

JULIANA MIRANDA DA SILVA

**DEMOCRACIA, CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE DIREITOS
NAS NARRATIVAS DAS REVISTAS *VEJA* E *ISTO É* (1974-1988)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador:
Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

**FLORIANÓPOLIS/SC
2014**

S586d Silva, Juliana Miranda
Democracia, cidadania e construção de direitos nas
narrativas das revistas Veja e Isto é (1974-1988) /
Juliana Miranda da Silva - 2014.
211 p. ; 21 cm

Orientador: Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

Bibliografia: p. 205-211

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação em História,
Florianópolis, 2014.

1. História do Brasil. 2. Imprensa. 3. Democracia.
4. Cidadania. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de
pós-graduação em História. III. Título.

CDD: 981 - 20.ed.

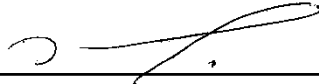
JULIANA MIRANDA DA SILVA


**DEMOCRACIA, CIDADANIA E CONSTRUÇÃO DE DIREITOS NAS
NARRATIVAS DAS REVISTAS VEJA E ISTO É (1974-1988).**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador: 
Doutor Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: 
Doutora Marialva Carlos Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro: 
Doutora Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 06 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Certa vez, ouvi que viver é compartilhar momentos. E justamente por ter compartilhado tantos bons momentos ao longo desta experiência, tenho muito a agradecer a todos que estiveram comigo.

Primeiramente, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, que por meio de incansável dedicação tanto contribuem à formação dos discentes e são para mim, verdadeiros exemplos.

Tive a grata oportunidade de cursar disciplinas ministradas pelos professores Luiz Felipe Falcão e Rafael Rosa Hagemeyer e pelas professoras Mara Rubia S'Antana e Cristiani Bereta da Silva. Cada profissional, ao seu modo, se fez referencial tanto no âmbito da pesquisa como no fazer docente.

Reitero minha gratidão ao professor Luiz Felipe Falcão, pelas contribuições significativas feitas na banca de qualificação.

Agradeço à professora e coordenadora do programa Janice Gonçalves, por sua atenção aos discentes e pela transparente competência que emprega em todas as atividades das quais faz parte.

À equipe da secretaria pelo atendimento atencioso e comprometido, registro meu agradecimento.

Também sou grata à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

Aos colegas de turma Marcos Luã, Marcão, Buca, Monique, Karla, Carlos Gregório, Ébano e Frank pelos momentos compartilhados ao longo de cada etapa que vivenciamos até aqui.

Em especial à Mariana, Fernanda, Gabrielli e Kárita, agradeço a amizade, no mais amplo sentido da palavra.

Agradeço aos integrantes do grupo de estudo Kelly, Patrícia, Diego, Hudson, Philip, Willian, Kadu e Sílvia pelos cafés terapêuticos, onde compartilhávamos não só nossas experiências como os nossos *horizontes de expectativa*.

Por todas as conversas, tenho muito a agradecer ao amigo Jackson e a amiga Tâmyta. O percurso teria sido bem mais difícil sem suas valiosas contribuições.

Não é fácil mensurar em palavras a importância do professor e orientador Reinaldo Lindolfo Lohn em minha formação. Por meio das orientações ou da leitura atenciosa dos textos, agradeço por ter sempre acompanhado de perto a produção deste trabalho.

Agradeço às professoras Marialva Carlos Barbosa e Silvia Maria Fávero Arend por prontamente aceitarem participar da banca de defesa.

Pelo amor e paciência, agradeço ao meu companheiro Luciano, que de diferentes maneiras contribuiu para tornar meus dias mais felizes. Agradeço a compreensão e o companheirismo, os abraços e jantares, a assessoria nos termos jurídicos e por sempre incentivar meu aperfeiçoamento profissional e pessoal.

Por fim, agradeço de forma impar a minha mãe Valdete Bernadete Miranda da Silva, ao meu pai João Anatólio da Silva e ao meu irmão Guilherme pela confiança, pelos exemplos e por serem meu alicerce.

“Nossa época é portentosamente revolucionária como não conheceu a história da humanidade. Mas não tem condução consciente, ou ao menos condução simplesmente instintiva. Muito menos, todavia, condução política organizada, porque nem sequer tivemos filosofia precursora ante a velocidade das mudanças que se acumularam.”

José Mujica

RESUMO

SILVA, Juliana Miranda da. **Democracia, cidadania e construção de direitos nas narrativas das revistas *Veja e Isto É* (1974-1988)**. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

Este trabalho resulta de uma investigação historiográfica que analisou as narrativas elaboradas pelas revistas *Veja e Isto É*, referentes à construção de sentidos atribuídos às palavras democracia e cidadania, ao longo do período de abertura política e funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte. A pesquisa envolveu as edições das respectivas revistas entre os anos de 1974 a 1988, recorte iniciado quando da posse do presidente Ernesto Geisel, que propôs o início da distensão política, desde que guiada pelo governo autoritário, e finalizado com a promulgação da nova Carta Magna, apelidada de Constituição Cidadã. A imprensa foi entendida como espaço de veiculação de debates quanto ao modelo democrático que se esperava construir com a abertura política, agindo como lugar de ordenação do tempo e do ritmo do processo político e interferindo na construção de uma memória compartilhada por diversos agentes e grupos sociais sobre a redemocratização. Buscou-se focalizar a retomada de manifestações de diferentes setores da sociedade civil, que articulavam novos espaços de atuação social e política ao mesmo tempo em que a imprensa fortalecia em suas narrativas a importância de seu papel mediador e fiscalizador. Analisou-se ainda, a operacionalização de um afastamento da imprensa e sociedade civil quanto à

participação e apoio ao golpe de 1964, bem como o agenciamento de narrativas que valorizarão durante todo o processo de transição a conciliação nacional como única via ao restabelecimento de um regime político democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa. Democracia. Cidadania. História.

ABSTRACT

SILVA, Juliana Miranda da. **Democracia, cidadania e construção de direitos nas narrativas das revistas *Veja e Isto É* (1974-1988)**. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014.

This work results from a historiographical research that analyzed the narratives prepared by magazines *Veja and Isto É* referring to the construction of meanings attributed to the words democracy and citizenship over the period of political opening and operation of the National Constituent Assembly. The research involved editions of their magazines between the years 1974 to 1988 when it started clipping the inauguration of President Ernesto Geisel, who proposed the beginning of political détente since guided by the authoritarian government, and finished with the promulgation of the new Constitution dubbed Citizen Constitution. The press was understood as a space for placement of debates about the democratic model that was expected to build the political opening acting as a place sort of weather and pace of the political process and interfering with the construction of a shared memory by different actors and social groups on democratization . We tried to focus on the resumption of demonstrations of different sectors of civil society articulating new spaces of social and political activity while the press strong in their narratives the importance of its mediating role and oversight . Analyzed yet, the operation of removal of the press and civil society on the participation and

support of the 1964 coup , and the assemblage of narratives that will value throughout the transition process at national reconciliation as the only way to restore a system democratic political.

KEYWORDS: Press. Democracy. Citizenship. History.

LISTA DE ABREVEATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AI – Ato Institucional
ALN – Ação Libertadora Nacional
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.
CBA – Comitê Brasileiro pela Anistia
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
DGP – Departamento-Geral do Pessoal
DOI – Destacamento de Operações e Informações
ESG – Escola Superior de Guerra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Social Democrático
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SNI – Serviço Nacional de Informações
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - OS PRIMEIROS PASSOS DA DISTENSÃO: A DEMOCRACIA COMO VALOR COMUM	31
1.1 ABERTURA POLÍTICA: PLANOS OU PROMESSAS?	36
1.2 CENSURA, ABERTURA E CRÍTICA	46
1.3 A DEMOCRACIA COMO QUESTÃO POLÍTICA E ECONÔMICA.....	58
1.4 NOVAS REGRAS PARA O MESMO JOGO POLÍTICO	74
CAPÍTULO II - A ABERTURA E A AMPLIAÇÃO DAS PAUTAS REIVINDICATÓRIAS	82
2.1 NO INTERIOR DO PACOTE DE ABRIL: NOVOS TEMPOS?	85
2.2 ARENA E MDB: ENTRE DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS.....	96
2.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL ROMPE O SILÊNCIO	104
2.4 A “QUESTÃO OPERÁRIA” ENCONTRA A QUESTÃO DEMOCRÁTICA	113
2.5 ANISTIA, NEGOCIAÇÃO E ESQUECIMENTOS.....	124
CAPÍTULO III – A POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO: ENTRE A EXPERIÊNCIA AUTORITÁRIA E A EXPECTATIVA DEMOCRÁTICA	144
3.1 A DÉCADA TERMINA, A DITADURA CONTINUA.....	146
3.2 TERRORISMO DE DIREITA E OS RUMOS DA DISTENSÃO.....	156
3.3 O PROCESSO ELEITORAL DE 1982.....	161
3.4 DIRETAS JÁ: DA EUFORIA A FRUSTRAÇÃO	170
3.5 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	205

INTRODUÇÃO

A proposta de distensão “lenta e gradual” apresentada pelo presidente Ernesto Geisel desde o início de seu mandato, no ano de 1974, é tida como marco inicial do processo de abertura política rumo à retomada da normalidade democrática e ao fim do estado autoritário. Entretanto, menos consensual do que o início do processo de distensão é a data do seu fim, tendo em vista que diferentes eventos são, aos olhos dos estudiosos da história política nacional recente, momentos emblemáticos que definiram o término do período ditatorial. A lei de anistia de 1979, a conturbada posse do primeiro presidente civil em 1985, a promulgação da nova Constituição em 1988 e a realização de eleições diretas para presidente em 1989 são acontecimentos que demarcam, para diferentes autores, a concretização do processo de transição.

Com o intuito de contribuir para uma compreensão mais ampla desse processo, sob um ponto de vista historiográfico, este trabalho destaca os acontecimentos ocorridos entre os anos de 1974 e 1988, o que extrapola a data consensual de 1985, considerada nas narrativas derivadas da crônica política do Brasil recente como ano final da transição democrática. Tal recorte foi escolhido por entender o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte como momento que revela coalizões e dissensos partidários, além de movimentos organizados que reivindicavam atenção às suas causas no novo código de leis e que remetem aos antecedentes históricos desses arranjos políticos e sociais.

No decorrer da investigação, algumas alterações de rumo e de foco mostraram-se necessárias, em relação ao projeto inicial de pesquisa, com vistas ao aprofundamento das questões estudadas, o que demandou um recorte temporal mais alargado, a partir de 1974. Por este mesmo motivo, optei pela

análise de revistas de circulação nacional em vez de jornais restritos a um âmbito regional, justamente pelo objetivo de compreender de que maneira o processo de distensão foi configurado e debatido em âmbito nacional. Assim, o problema levantado por esta pesquisa remete à narrativa que estabeleceu o período compreendido entre os anos de 1974 e 1988 como marcos da redemocratização, observando como data inicial o ano da posse do presidente Ernesto Geisel, que ao longo de seu mandato teria favorecido as interlocuções acerca da abertura política e, como data final, o ano no qual foi promulgada a nova Constituição. Dentro deste recorte, a pesquisa objetiva analisar a construção das narrativas realizadas pelas revistas *Veja* e *Isto É* referentes à inscrição na cena pública dos sentidos dados à palavra democracia e como tais sentidos estiveram relacionados à garantia de direitos sociais, civis e políticos no Brasil.

As práticas do aparelho de Estado, o sistema político que favoreceu a continuidade de práticas não democráticas e o relacionamento entre diferentes atores políticos devem, segundo Leonardo Avritzer (1995, p.6), ser levados em conta quando buscamos realizar uma análise sobre a democratização, considerando que “a introdução de práticas democráticas conduz, na melhor das hipóteses, à disputa entre duas diferentes culturas políticas” (1995, p.6). Nesse sentido, observamos que a lentidão e a gradualidade propostas como via de acesso à distensão contrapuseram-se ao descontentamento de diferentes grupos da sociedade brasileira que ganhavam destaque na cobertura midiática.

Para o historiador Marcos Napolitano (2006), a luta armada e o anseio pela “revolução” deram lugar a um período de retomada de manifestações de diferentes setores da sociedade em prol da restauração dos direitos políticos e civis. Com o esgotamento das experiências revolucionárias da década de 1970, o reformismo e a moderação, segundo Maria Helena

Capelato (1996, p.161) apresentaram-se “como alternativas aos projetos de revolução e movimentos de contestação radical”, que mesmo em meio as suas especificidades, compartilhavam em comum a busca pela construção da democracia.

Ao articular novos espaços de atuação social e política, diferentes movimentos colocavam em pauta os desafios ao próprio modelo de democracia que se desejava construir no país. O movimento estudantil, principalmente a partir de 1977, volta às ruas depois de ter sido duramente reprimido nos anos anteriores, encabeçando protestos e manifestações contrárias à manutenção das prisões políticas e restrições ao exercício da cidadania. O operariado também ressurgiu com movimentos rearticulados, reivindicando condições mais justas de trabalho. Fortalecem-se também os movimentos da Igreja Católica, que passaram a ampliar sua atuação levantando bandeiras de valorização efetiva dos direitos humanos e articulando ações em prol da diminuição das desigualdades geradas por estruturas sociais opressoras. Tal heterogeneidade, ao contrário do que possa parecer em uma análise superficial, não está ligada à compartimentação de diferentes classes ou camadas sociais. A pluralidade dos grupos que emergiam ao longo da década de 1970 indica que, além de formas singulares de expressão, articuladas e coordenadas de maneira autônoma e “não redutíveis a alguma forma superior e sintetizadora”, os movimentos sociais “tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos” (SADER, 1988, p. 199).

Na conjuntura de acontecimentos da segunda metade da década de 1970, a mídia impressa dava sinais de que as apostas realizadas em 1964, com o amplo apoio dado à tomada do poder pelos militares, auxiliados por expressiva parcela da sociedade civil, tomaram rumos diversos ao esperado e acabaram seguindo em direção a um radicalismo político, praticado através da censura, da privação de direitos políticos e

por severos desrespeitos aos direitos humanos. Grandes grupos de comunicação, que abertamente apoiaram o golpe, colocavam-se agora na condição de defensores do fim do Estado de exceção e intitulavam-se instrumentos da cidadania, como se dessem voz aos anseios do “povo” que sofria de carência de direitos básicos, inclusive o direito à informação.

Oportunizada pelo crescimento econômico dos últimos anos da década de 1960 e início dos anos 1970, a grande imprensa lançou publicações destinadas às camadas médias, construindo a necessidade de informação “precisa, veloz e interpretada” ao mesmo tempo em que se tornaram vitrines privilegiadas para anúncios publicitários. As revistas de informação multiplicavam-se ao longo dos anos, trazendo a síntese da semana, com apelos visuais ainda pouco utilizados pelos jornais diários. Estas, segundo Ana Cristina Teodoro da Silva, apresentaram-se como guias de entendimento e “arrogam-se o direito de organizar o mundo para seus leitores” (SILVA, 2011, p. 22).

Ao lidar com uma periodicidade distinta, as revistas inevitavelmente trarão em suas páginas uma construção textual diferenciada daquela encontrada nos jornais diários. Enquanto os jornais impressos noticiam diariamente os acontecimentos e no dia seguinte tornam-se obsoletos, as revistas de informação com sua periodicidade semanal ou mensal elaboram sínteses e, organizando-as em narrativas próprias, explicam e dão sentido à realidade de um espaço maior de tempo. O texto jornalístico que tem como destino a publicação em uma revista, conta com um período de preparo maior, o que possibilita também a construção de um resumo contextualizado, tendo em vista o desenrolar dos acontecimentos que serão noticiados na matéria. Por meio da utilização de gráficos, *rankings*, linhas cronológicas, imagens e outros inúmeros artifícios, esses tipos de veículos midiáticos procuram, além de sintetizar e noticiar determinado tema, oferecer ao leitor explicações, que por vezes ocorrem de maneira bastante didática, porém nada ingênua, e

que objetivam destacar o que, de acordo com o julgamento daquele meio de comunicação, deve ser lembrado. Observa-se ainda, a pretensão das revistas de prever, de acordo com interpretações próprias das dinâmicas sociais e políticas, o que deverá ocorrer ou ser descortinado futuramente.

Utilizando como aporte teórico para pensar a construção das narrativas a obra *Tempo e Narrativa* de Paul Ricoeur, entenderemos aqui o ato de narrar como ação organizadora das ações humanas no tempo, sem, contudo, deixar de ser intrínseca à existência temporal. Para Ricoeur, há uma relação recíproca entre temporalidade e narrativa, pois apenas pode ser narrado aquilo que acontece no tempo e a organização dos acontecimentos por meio de perspectivas temporais só pode ser reunida e representada através do ato de narrar. Desse modo, a estruturação da história ou do tempo histórico é articulada sob a dimensão de narrativa, que media o tempo fenomenológico ou tempo vivido subjetivo e o tempo cosmológico ou objetivo, passando o tempo histórico a ser compreendido nessa perspectiva como “um terceiro tempo”. Com a pretensão da verdade, o historiador articula suas intrigas, ou seja, as ações humanas ordenadamente representadas como um conjunto, para construir sua narração sobre o passado. Por outro lado, ao realizar a ordenação da intriga, selecionando e organizando os acontecimentos, para que se possa construir uma narrativa inteligível, uma circunstância inesperada constrói a chamada “peripécia”, fundamental, segundo Marialva Barbosa para instaurar o acontecimento jornalístico. Nesse sentido, o texto jornalístico pode ser construtor de intrigas ao representar, representações das ações humanas. Assim,

Baseado em convenções de veracidade, o discurso jornalístico é acreditado como verídico por antecipação, mas só se configura em algo a ser publicizado se instaurar uma ruptura. A

excepcionalidade do Jornalismo, nada mais é do que a peripécia indicada por Ricouer. (...) Por outro lado, ao transformar os acontecimentos em história, ou ao possibilitar que se retire dos acontecimentos uma história inteligível, o que os textos jornalísticos instauram é a construção da intriga, constituindo-se em uma espécie de mediadores entre o acontecimento e a história. (BARBOSA, 2006, p.141)

Ao ser constantemente ressignificado, o passado retorna ao presente, mudando também as configurações do futuro. As ações das mídias corroboram, portanto, em novas formas de organização temporal, ordenadas dentro de operações que envolvem diferentes jogos de poder na construção de narrativas. Nesse sentido, as narrativas midiáticas elaboradas pelas revistas inserem-se no círculo hermenêutico trabalhado por Paul Ricouer para interpretar o caráter inacabado de um texto. A tríplice mimese pressupõe compreensão própria da intriga narrada nas conjunturas de prefiguração onde há o agenciamento que permite a compreensão do que está sendo inscrito na cena pública num dado momento, para a seguir ser figurado como um “artefato” de valor histórico “monumentalizado” para então ser refigurado e transformado em memória, que foi selecionada pelo aparelho midiático, para novamente passar por outras prefigurações, figurações e refigurações. A perspectiva aqui adotada, portanto, passará ao largo, embora reconheça sua importância, de perspectivas que acentuam aspectos do controle exercido por redes monopolistas que dispõem da capacidade de manipular o cenário político por meio de maquinções de toda ordem (CHOMSKY; BARSAMIAN, 2003), mas que são menos eficientes em atentar para realidades históricas específicas, cuja complexidade escapam às lógicas binárias.

Criada a partir do modelo estadunidense de “revistas de notícias”, como a *Times*, a revista *Veja* foi lançada em setembro de 1968, pelo Grupo Abril, pertencente à família Civita. No editorial de lançamento da revista, *Veja* foi apresentada como uma publicação “reclamada” por diversos setores da sociedade e com apenas seis anos no mercado a revista tornou-se líder de vendas no país no segmento “revistas semanais de interesse geral” com a média de 153.830 exemplares por edição no quarto semestre de 1974. Este e outros dados, fornecidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), foram usados em diferentes editoriais da revista para anunciar que, a partir daquele ano, *Veja* havia ultrapassado todas as demais publicações concorrentes. Desde sua primeira edição em 11 de setembro de 1968, o editor chefe Vitor Civita já delineava as pretensões da nova publicação, desejando ser “a grande revista semanal de informações de todos os brasileiros”. Contudo, passados os estouros de vendagem das primeiras edições, a revista deparou-se nos anos seguintes ao seu lançamento com períodos de queda vertiginosa em suas vendas, mas que mesmo assim, transformaram *Veja* na revista mais lida do país.

Em 31 de dezembro de 1975, Mino Carta, um dos idealizadores e co-fundador de *Veja* comunicou, por meio da seção *Carta ao Leitor*¹, que estaria afastado da revista pelos três próximos meses, pois havia decidido tirar férias, após 8 anos de trabalho ininterruptos dedicados à revista. Contudo, aquele editorial acabou sendo o último do jornalista naquela revista. Desde 1975, o Grupo Abril estava em negociação com a Caixa Econômica Federal para conseguir a liberação de um grande empréstimo para pagamento de dívidas acumuladas ao longo dos últimos anos. Segundo Mino Carta, as alegações usadas pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, para

¹ *Veja*. n. 382, 31dez. 1975.

vetar o empréstimo eram embasadas pela atitude “antigovernista” de *Veja*, a principal revista da Editora Abril. Nesse cenário foram reunidos interesses tanto do governo, que desejava manter sob controle a revista de maior circulação no país, quanto do Grupo Abril, que buscava conseguir o empréstimo e quitar suas dívidas. Segundo Carta², naquele mesmo ano, além de conceder autorização para o empréstimo, a revista *Veja* deixou de sofrer censura prévia.

Depois de deixar *Veja*, Mino Carta envolveu-se na criação de uma nova revista, e, em maio de 1976, chegou às bancas o fruto de sua nova empreitada: a revista *Isto É*, publicada pelo Grupo Três e que permaneceu como publicação mensal até fevereiro de 1977. *Isto É*, trazia em suas páginas semelhanças e particularidades em relação a sua concorrente, *Veja*. Ambas trabalhavam com coberturas políticas, porém enquanto a revista recém-lançada trazia a proposta de assinatura dos artigos publicados, identificando o jornalista ou colaborador que redigiu o texto, *Veja* trabalhava com textos editados e que, por isso, deixavam de levar o nome dos autores. As duas revistas propunham-se a selecionar e interpretar os acontecimentos, trazendo ao público leitor a “verdade” como principal compromisso.

Este trabalho irá debruçar-se em especial sobre estas duas revistas, entendendo-as como articuladoras de discussões acerca de democracia e cidadania, tendo em vista que tanto *Veja* como *Isto É* se colocaram como elementos fundamentais à redemocratização. Buscaremos ao longo do trabalho analisar como as revistas *Veja* e *Isto É* abordaram o período de abertura política no tocante a construção e recuperação dos direitos sociais, civis e políticos e que eventos foram sendo inscritos

² O livro *Censura política na imprensa brasileira* de Paolo Marconi traz informações fornecidas pelo próprio Mino Carta acerca do seu desligamento da revista *Veja*.

nas revistas como “marcos” da mobilização pela cidadania e democracia. A série documental analisada, tanto as edições de *Veja* a partir de 1974, como as de *Isto É*, a partir de maio de 1976 a outubro de 1988, está disponível na Biblioteca Pública de Santa Catarina. As edições de *Veja* também podem ser acessadas por meio de acervo digital no próprio site da revista.³

Uma das vertentes exploradas na investigação foi a de observar as maneiras empregadas pelos fazedores das revistas para atribuir coerência e sentido às narrativas construídas no interior dos textos jornalísticos, fazendo usos do passado no presente, corroborando para a criação de novos imaginários sociais, organizando experiências e inserindo-as em uma conjuntura nacional pró-democracia e cidadania. A elaboração de um novo código de leis como meio de garantir a consolidação de um estado democrático e as concessões e coalizões realizadas para que a nova Carta Constitucional fosse aprovada também estão entre as questões que se colocam como norteadoras para a análise nos periódicos adotados como fontes nesta pesquisa.

A abordagem metodológica escolhida compreende as revistas como fonte e objeto, pois reconhece a imprensa como “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19), entendendo que os periódicos vão além da simples transmissão de acontecimentos aos seus leitores. Ao longo da abertura política, *Veja* e *Isto É* construíram narrativas que buscavam dar sentido a modelos de democracia que servissem ao Brasil delineado a partir de um estado de direito, menos refém das arbitrariedades dos governos militares e seus atos institucionais. Assim, trouxeram para a cena pública apelos populares, denunciando como se faziam urgentes mudanças na estrutura de participação

³ Acervo digital da revista *Veja* disponível em <
<http://veja.abril.com.br/acervodigital>> Acesso em: 03 fev. 2014.

nas decisões políticas e na vida de brasileiros e de brasileiras. As constantes pautas ligadas a reivindicações trabalhistas, ao direito dos consumidores, as deficiências na saúde e na educação, bem como as pressões por maior liberdade de expressão também serão discutidas ao longo trabalho, pois tais temáticas foram muitas vezes associadas pelas revistas à abertura política e ao ideal democrático.

Para dar conta da conjuntura política dos anos de abertura, optou-se por um referencial teórico que contemple tanto a dinâmica das ações governamentais, que entre avanços e retrocessos guiou a lenta distensão, como autores que se debruçaram sobre os movimentos da sociedade civil e o impacto dessas novas formas de organização social em prol da criação e ampliação de direitos. *Democratizando o Brasil*, coletânea organizada por Alfred Stepan aborda através da perspectiva de diferentes autores a dinâmica da abertura, aspectos econômicos ligados à transição e as contribuições da sociedade civil através de movimentos como os liderados pela Igreja Católica, a postura do novo sindicalismo, entre outros. As abordagens de Thomas Skidmore e Bolívar Lamounier são essenciais quando se pensa o processo inicial de abertura política guiada por um modelo de governo autoritário, bem como a crise econômica e o fim do “milagre”, paralelos à proposta de distensão. Outra coletânea, mais recente (2009), organizada por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, também foi bastante utilizada. Com análises e interpretações de Denise Rollemberg, Nilson Borges, Marcelo Ridenti, Carlos Fico, Francisco Teixeira da Silva, entre outros, incluindo os próprios organizadores, o quarto volume de *O Brasil Republicano* consolidou-se como um referencial significativo, principalmente para o segundo capítulo.

Os novos espaços de atuação social e política, surgidos principalmente a partir da segunda metade da década de 1970

transformaram o anseio pela democracia em uma bandeira compartilhada por diferentes grupos, que defendendo causas distintas, uniam-se contra um modelo de governo que usurpava direitos e salientava diferenças sociais. Difundia-se na época, segundo Marcos Napolitano (2011), um conjunto de perspectivas políticas que remetiam à busca de igualdade social efetiva e a um novo sentido histórico de democracia. Assim, analisar nas revistas de que maneiras foram abordadas as novas culturas políticas e sociabilidades que emergiam no período, contribuem para um novo entendimento do político, que extrapola o aparato estatal, tendo em vista que, conforme Sirinelli (2003), o jogo que se é jogado no mundo político, de uma maneira ou de outra, será resumido e reunido nos meios de comunicação.

As discussões acerca do sentido plural de democracia dialogarão ainda com teóricos de outras disciplinas, como Norberto Bobbio, intelectual italiano que, em suas análises acerca de Estado, ideologias políticas, moral, ética e violência, acrescenta possibilidades de interpretação a esta investigação e a qualquer debate que tenha cunho político. Numa perspectiva diversa, a posição de Claude Lefort sobre as tramas do cenário político e “invenção” social da democracia também elucidaram questões referentes aos limites estatais e a consciência relacionada à construção de direitos.

Fazendo uso do conceito de cultura política, entendido como um sistema de representações sociais que surgem em uma sociedade e difundem-se em meios que não são claramente políticos (BERSTEIN, 2008) entende-se que, além da participação política por meio de eleições, surgiram ao longo da abertura ideais de construção de um novo país, pautado pelo alargamento do sentido de cidadania. O uso de termos como “cidadania”, “cidadão” e “cidadã” nas revistas tomadas aqui como fontes de análise, passou a ser usado

rotineiramente nas diferentes sessões e, inclusive, em anúncios publicitários para substituir expressões como “povo”, “indivíduo”, “pessoa”. Isto nos leva a crer que ocorreu na época uma adesão a certos termos em detrimentos de outros e que tais termos, passavam a fazer parte do imaginário de nação que se desejava construir. Além disso, o momento parecia aliar a descrença nos representantes políticos, tendo em vista as contínuas manipulações realizadas nos pleitos e na utilização de Atos Institucionais. Em consonância com Berstein (2003, p.88), observa-se o surgimento de um sistema de referências compartilhado, que remetem a experiências, heróis, lembranças históricas em que os membros se reconhecem como pertencentes a “uma mesma família política”.

Quando buscamos analisar o emprego de determinados conceitos como possíveis indicadores de transformações sociais, somos compelidos a pensar no que Koselleck chamou de “força expressiva da história” presente na ressignificação de termos, assim como na criação de neologismos que venham a expressar novos horizontes de expectativa no campo de experiências sociais e políticas. Nesse sentido

A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denomina-los. (KOSELLECK, 2006, p. 102)

A investigação histórica de um conceito, além de possibilitar a análise de projeção de um horizonte de expectativa expressada por meio da interação social realizada pela linguagem, deve remeter a seus usos no passado, tendo em vista que para Koselleck (2006, p. 104) “a partir da investigação de significados passados, tanto a história dos termos quanto a dos conceitos conduz a fixação desses significados sob a nossa perspectiva contemporânea”. Sob tal perspectiva metodológica, cabe salientar que nem toda “palavra” pode ser identificada como um “conceito”. Para uma palavra ser entendida como conceito, esta precisa manter uma multiplicidade de significados que possam reunir diferentes totalidades de sentido.

O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito. (KOSELLECK, 2006, p. 110)

Em meio aos apelos populares e crítica ao modelo de governo aplicado pelos presidentes militares, as revistas de informação vão se colocando como instrumentos capazes de interpretar e explicar à população o sentido de diferentes conceitos, ao mesmo tempo em que estes veículos moldam significações. Fazendo uso de outras realidades políticas e de outros momentos históricos, a imprensa escrita coloca-se como uma instituição capaz de prever os rumos da abertura política, pois afirma enxergar não apenas o futuro da democracia brasileira, como também os erros cometidos no passado. Por meio da utilização de artifícios narrativos coloca-se sobre qualquer julgamento, pois busca confundir seus interesses com os interesses de todos os demais. A interação entre leitor-

jornalista, onde o “nós” faz o consumidor de informação esquecer que está comprando determinada interpretação de um grupo, que pode ter pretensões políticas e econômicas diferentes das dele, pode ser identificada quando nos inclinamos a olhar com um pouco mais de atenção uma série de exemplares das revistas. Dessa forma, cabe observar o papel da imprensa como agenciadora - pois ordena ações, resignificando-as e dando sentido próprio a acontecimentos sociais - e também, como construtora de memória, que intencionalmente faz usos do passado no presente, rememorando o que anseia que seja monumentalizado e trabalhando para o esquecimento do que parece lhe convir.

Sob o prisma dos estudos da história política renovada, Jean-Noël Jeanneney (2003) nos alerta que nas análises das relações de poder entre os meios de comunicação, Estado e a “nação como um todo”, sejam elas conflitantes ou não, deve-se observar as instituições de comunicação “em si mesmas”, como empresas. As finanças e os meios de arrecadação seriam âmbitos a serem levadas em consideração quando nos debruçamos sobre estudos de uma determinada mídia. No caso da revista *Veja*, identificamos já na sua primeira edição na coluna Carta do editor, assinada por Vitor Civita uma série de informações acerca dos pesados investimentos da Editora Abril na elaboração da revista:

(...) Agora nasce *Veja*. Para fazê-la, selecionamos 100 entre 1800 candidatos universitários de todos os Estados e realizamos um inédito Curso Intensivo de Jornalismo. (...)

(...) Enviamos editores e redatores para o exterior a fim de observar as principais revistas congêneres em ação. Abrimos ou ampliamos escritórios regionais em todas as grandes cidades do País e montamos uma complexa rede de telecomunicações (...)

(...) Para a cobertura internacional, contratamos os serviços de agências de notícias e revistas de prestígio mundial.(...)

(...) Devemos esta revista – em primeiro lugar – aos milhões de leitores que através dos anos tem prestigiado nossas publicações. (...)⁴

Evidentemente, uma pequena editora não teria condições de além de elaborar grandiosas seleções de profissionais, abrir sucursais em várias cidades antes mesmo da primeira publicação da revista.

Uma segunda abordagem proposta por Jeanneney e complementar aos dados relativos ao capital financiador dos meios de comunicação remete ao modo como funcionam as influências sobre aquela mídia. Nomeações e afastamentos de diretores são exemplos de incidentes que “fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens”. Nesse sentido, o desligamento de Mino Carta com o Grupo Abril em 1976, pode ser bastante reveladora das negociações feitas pelo grupo Abril.

A materialidade da série documental, que compreende as edições das revistas *Veja*, a partir de 1974 e *Isto É* a partir de maio de 1976, até a promulgação da Constituição em outubro de 1988, também receberá atenção e análise, pois estes carregam intencionalidades e nada tem de natural (LUCA, 2010). Os conteúdos não podem ser analisados dissociados dos apelos imagéticos como tamanho e estilo de fonte, uso de fotografias, cores e diagramação de página. A seleção de tais conteúdos levou em conta ainda a abordagem dos temas “abertura”, “distensão”, “democratização” e “direitos”. Tais temas ultrapassam as colunas políticas e editoriais, e estiveram

⁴ *Veja*, n.1, 11 set. 1968.

presentes nas capas das revistas, em sessões de comportamento, economia, sociedade, saúde e ainda como matérias especiais.

A expansão dos direitos pleiteados durante o processo de redemocratização e o papel da imprensa ao selecionar o que viria a ser de conhecimento público, ancoram-se em uma temática pertinente à História do Tempo Presente. Em meio à demanda social por explicações de questões estabelecidas nas últimas décadas, o historiador do presente depara-se com temporalidades diversas e ainda inacabadas. Se a “Constituição cidadã” foi responsável por um considerável alargamento dos direitos individuais, esta também contém um caráter conciliatório, onde velhos personagens ganharam novas roupagens para figurar como importantes integrantes na construção deste Brasil democrático. Assim, observamos novas questões serem delineadas e entrarem na pauta de discussões em relação aos modelos de democracia e cidadania brasileiros. E em meio a essa teia de configurações partidárias em que o velho ganha cara de novo, buscar-se-á nesse trabalho analisar a construção de narrativas midiáticas que ordenam e reforçam o que deve ser lembrado e esquecido, reconhecendo que a mídia atua como construtora de memórias e é articuladora de uma escrita da história. Compreender como a relação entre mídia, memória e história, “articulados em uma complexa operação cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação”, chamada de “operação midiográfica” pela historiadora Sônia Maria de Meneses Silva (2011, p. 24) é um dos caminhos a serem trilhados na análise das revistas *Veja* e *Isto É* durante o processo de redemocratização.

Os debates atuais acerca do alcance da grande imprensa, ligada a partidos políticos e grandes grupos donos de verdadeiros oligopólios da informação são alguns dos pretextos que me motivaram a realizar esta pesquisa, que mesmo

contemplando um recorte que inicia há quase quarenta anos, ainda é significativamente presente nos debates atuais. Não é difícil encontrar artigos em revistas semanais, jornais diários ou em sites informativos a respeito de grupos que buscam ampliar sua participação política, inscrevendo novos direitos, que contemplem grupos específicos e incluía minorias. Da mesma forma, telejornais rotineiramente veiculam em seus noticiários o ativismo de diferentes grupos sociais como prática fortalecedora da democracia.

Ao dividir a pesquisa em três capítulos, optou-se por realizar no primeiro uma discussão a respeito do conceito de democracia e do horizonte de expectativas que foi criado ao longo dos anos iniciais da distensão política, discutindo-se como figuraram nas revistas a modernização e os projetos de integração nacional propagandeados pelo governo, ao mesmo tempo em que a crise econômica, empréstimos internacionais e as dificuldades de acesso entre uma região e outra mostravam outras “realidades”. Serão analisados ainda neste capítulo, o afrouxamento inicial da censura nos órgãos de imprensa e a maneira como estes se colocaram como representantes dos cidadãos na luta por direitos.

No segundo capítulo, serão discutidas as novas reivindicações de movimentos organizados como o movimento estudantil e o novo sindicalismo, e a recorrência de temas como a “participação política”, a cobrança de uma “agenda política” rumo à efetiva democratização e a ampliação por parte da imprensa do uso do conceito autointitulado de “veículo de cidadania”, construindo narrativas que visavam distanciar a grande imprensa do modelo político aplicado ao longo do regime militar.

Por fim, no terceiro capítulo serão discutidas as narrativas construídas pelas revistas acerca do voto como necessário à consolidação dos direitos e exercícios da

cidadania, as novas configurações políticas após a derrota da emenda Dante de Oliveira e a insegurança gerada pela eminência de um novo golpe no período de transição do poder para um presidente civil. Serão analisadas ainda, as pautas relacionadas ao sentimento de descrença quanto a significativas melhoras na vida da população e o cenário político que demandava a construção de uma nova Constituição.

CAPÍTULO 1 - OS PRIMEIROS PASSOS DA DISTENSÃO: A DEMOCRACIA COMO VALOR COMUM

A democratização brasileira teve, acima de tudo, um caráter gradual e extremamente negociado, que possibilitou o aparecimento de novos espaços de atuação social institucionalizada. Enquanto países vizinhos, cada um a seu modo, reestabeleceram o regime democrático, seja pela retomada ao poder de partidos tradicionais como no caso uruguaio, ou motivado pela desastrosa derrota em um conflito internacional como ocorreu no caso argentino (STEPAN, 1988), no Brasil o governo precisou lidar com uma crescente tomada de consciência quanto ao papel da sociedade civil como agente propulsor de mudanças na ordem social, ao passo em que houve a institucionalização, por meio de uma legislação que minuciosamente procurou dar conta das inúmeras contradições surgidas com o processo democrático.

O projeto de distensão política proposto pelo presidente Ernesto Geisel suscitou na época, discussões acerca da maneira como deveria ser efetivado o retorno a um Estado democrático de direito, no qual deixassem de ocorrer ações arbitrárias, amparadas por atos institucionais e manobras políticas que restringiam direitos e salvaguardavam práticas de censura, cassações, tortura, manipulações nos processos eleitorais e outras atitudes de caráter autoritário, em voga desde o golpe civil-militar, que depôs o presidente João Goulart em 1964.

Com o abrandamento da censura, principalmente a partir de 1976, a imprensa passou a tratar de assuntos antes restritos ou proibidos, como a tortura sistemática, reivindicações de movimentos da sociedade civil e a falta de garantia de direitos básicos ao exercício da cidadania. Além disso, o fim do chamado “milagre econômico” corroborava para a falta de legitimidade de um governo que justificava seu autoritarismo como necessário à defesa da “segurança nacional” e do propagandeado progresso econômico.

Ao longo da trajetória rumo à redemocratização, a possibilidade de participação política por meio do voto direto não deixou de ocupar as pautas reivindicatórias visibilizadas pela imprensa, entretanto as preocupações de grande parcela da população com assuntos que lhes pareciam de maior urgência, evidenciam que o reestabelecimento de um estado de direito envolvia questões que suplantavam o desejado retorno de eleições diretas. A carestia e a perda real do valor dos salários, que diminuía a quantidade de alimentos na mesa das famílias, a precariedade dos sistemas de saúde e educação e o desrespeito praticado contra os direitos humanos são alguns dos exemplos de mazelas que eram entendidas como prioridades a serem combatidas nas narrativas da imprensa escrita de circulação nacional. Nesse sentido, procuramos identificar nos impressos como as diferentes propostas elaboradas pelas mais distintas esferas da sociedade civil convergiam rumo ao desejo de se construir uma organização legal que garantisse não apenas o retorno de um Estado efetivamente democrático, mas que possibilitasse melhores condições de vida aos seus cidadãos e cidadãs,

assegurando-lhes direitos necessários ao atendimento das necessidades humanas básicas e participação política, ou seja, assegurando-lhes a cidadania.

O arranjo político da experiência ditatorial brasileira alternou fases de grande repressão e períodos de maiores liberdades, decorrentes das próprias divergências presentes nas Forças Armadas. Após o golpe e a deposição do presidente João Goulart em 1964, a instituição militar passou a ser também um local de disputas pelo poder político, o que, além de gerar um clima de certa instabilidade ao longo dos 21 anos de governo ditatorial, também influenciou na dinâmica política do regime. Segundo Kinzo (2007), esse modelo, que mesclava o extremo autoritarismo e as pretensões democráticas de grupos mais moderados, teve grande impacto na maneira como se deu a transição brasileira. Exemplo disso é a morosidade da realização de ações concretas em prol da redemocratização, que iniciada em 1974 estendeu-se pelos anos seguintes, tardando em onze anos a posse de um presidente civil e em quinze anos a realização das primeiras eleições presidenciais por voto direto.

Ainda a respeito das diferentes posições adotadas pelos militares e o impacto de tais arranjos no processo de distensão, Carvalho (2011) salienta que o presidente Ernesto Geisel pertencia ao grupo que apoiava o general Castelo Branco, classificando-os como liberais conservadores ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e que embora não lhes agradasse o populismo varguista, estes se opunham aos radicalismos autoritários da linha dura, que elegera o general Costa e Silva como

presidente. Outro fator remete ao choque do preço do petróleo e a ideia de que realizar a distensão durante o agravamento de uma crise econômica seria mais arriscado e de difícil controle. Carvalho expõe ainda outra questão, ligada ao desgaste da imagem das forças armadas, que ocorreu durante a ditadura militar, enquanto os oficiais eram atraídos para a vida política, relegando ao segundo plano o exercício de suas funções. A formação de aparelhos repressivos dentro das organizações militares também é vista por aqueles que, assim como Geisel compartilhavam uma visão “mais profissional das forças armadas” como uma ameaça à hierarquia militar, devendo então, ser reavaliada.

Criticando a visão dualista, predominantemente usada nas interpretações sobre o período de governo dos militares e predominante em autores como Thomas Skidmore, Martins Filho (2004) discorda da simplificação “castelistas x duros”. Para o autor, os castelistas além de não confiarem na capacidade de discernimento intelectual e político do oficial médio e de terem buscado, quando necessário, alianças com políticos civis conservadores, este grupo agiu pragmaticamente desde que tal pragmatismo não viesse a interferir na consolidação de um regime militar “feito por militares”. Entre os exemplos que são lembrados pelo autor que afastam os castelistas da ideia de um grupo vitimado pela ação da “linha dura” estão as leis de imprensa e de segurança nacional, além do próprio Ato Institucional número 2, que ampliou os poderes do presidente e criou o bipartidarismo. O que deve ser levado em consideração para explicar o período de 21 anos de governo centralizado nas mãos dos militares é o fato de que

mesmo em meio às crises que estiveram presentes ao longo de todo esse período, a unidade institucional prevaleceu. De acordo com esta interpretação, o papel do presidente Geisel no processo de distensão não se centrava em agir contra a hierarquia, e sim, usar de seu poder hierárquico e centralizador para garantir a efetivação da abertura política.

Em seu estudo sobre a democratização brasileira, Maria D'Alva Kinzo procurou, a partir das particularidades de cada momento, dividir o processo de democratização em três períodos. Os primeiros anos da proposta distensão, que se estenderam de 1974 a 1982, pareceram, nas palavras da autora “uma tentativa de reforma do regime”, tendo em vista que ao mesmo tempo em que ocorre um afrouxamento repressivo aos opositores do governo como, o fim da censura prévia, a anistia e a libertação de presos políticos, o governo continua tentando manter o controle político com medidas arbitrárias como a Lei Falcão e o Pacote de Abril. A segunda fase remete aos anos de 1982 a 1985, quando a sociedade civil, ainda sob o domínio militar, passa a figurar como importante personagem do processo político de distensão. A substituição dos militares por políticos civis entre 1985 a 1989 marcaria a terceira fase. O período contemplado para a análise neste capítulo corresponde ao que foi classificado por Kinzo como o primeiro momento do processo de distensão, sobretudo referente ao período de governo do presidente Geisel e aos desenhos iniciais do modelo democrático que se desejava construir. Esta primeira etapa do trabalho de análise das revistas *Veja* e *Isto É* refere-se aos sentidos de democracia associados aos primeiros anos da distensão e

como estes figuraram nas edições, estando ora associados ao otimismo de um iminente fim do regime autoritário e ora ligados à problemática situação de carência de direitos e as dificuldades econômicas, gerando, conseqüentemente, análises pessimistas quanto à possibilidade de implantação de um novo modelo político.

1.1 Abertura política: planos ou promessas?

Após a posse de Geisel, sucederam-se na revista *Veja* reportagens acerca do novo projeto político rumo à abertura recomendado pelo presidente. Na edição de 27 de março de 1974, foram discutidos diversos pontos da plataforma de governo anunciada nos primeiros dias após sua posse. Segundo a reportagem, o novo presidente contou com significativo período de preparo para o cargo e trabalharia a partir de “planos e não de promessas”. Em sua primeira reunião ministerial, o presidente recém-empossado buscou traçar o perfil de seu governo, intercalando a segurança de continuidades, com a adição de posturas diferenciadas que norteariam o país a partir de então.

Como a continuidade administrativa parece ser uma conquista já consolidada desses dez anos, o discurso de Geisel emprega seus trechos mais significativos em definir as diferenças que devem marcar os anos de sua gestão. E nisso, produziu uma espécie de carta de navegação para os políticos, técnicos,

empresários e até mesmo seus auxiliares mais imediatos que pretendem engajar-se em sua convocação ao ‘diálogo mais honesto e mutuamente respeitoso’ e à ‘maior participação das elites responsáveis e do povo em geral’, em busca do objetivo anunciado para o seu governo e tão esperado: ‘O gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático’.⁵

Chama a atenção, na parte final do texto citado, o fato de que o presidente não estivesse propondo a retomada de um estado democrático, mas o seu “aperfeiçoamento”. O discurso que definia o modelo democrático como uma realidade vivenciada pelo país durante os mandatos dos presidentes militares foi repetidamente utilizado ao longo do regime militar. Em reportagem referente aos dez anos da chamada “revolução”, observamos um exemplo na fala de Geisel a respeito das “conquistas” dos últimos anos em comparação ao “caos” do início da década de 1960 e sua forte preocupação com as avaliações realizadas pela juventude:

Convocando especialmente os jovens para esse mergulho no passado, ele na verdade advertiu para as necessidades de que não se perca, pelo esquecimento, a memória das ameaças e dos perigos de que a nação se libertou na madrugada de 31 de março – com o ‘triumfo total,

⁵ **Veja**, n. 290, 27 mar. 1974.

supreendentemente rápido sobre as forças de anarquia”.⁶

Nessa mesma edição, mas em matéria especial sobre o tema, a revista traçou um panorama dos últimos dez anos, a partir da conspiração e tomada do poder pelos militares. Entre os episódios lembrados pela reportagem, foram narrados os momentos que antecederam o golpe, a inexistência de grupos de resistência contra o que a revista chamou de “marcha rumo ao mar”⁷ e os êxitos na economia após a “vitória fácil da revolução”, as difíceis relações entre o governo, a Igreja Católica e os trabalhadores. Entretanto, ações de protesto e violência também foram destacadas na matéria. Imagens que trataram da primeira década de governos militares lembraram “o terror e a violência nas ruas do Rio e São Paulo” durante as passeatas realizadas em 1968, a “passeata dos cem mil” antes da aprovação do AI-5, o sequestro do embaixador estadunidense Burke Elbrick. Entre os elogios ao avanço vivenciado pelo país no campo econômico e as mazelas ainda enfrentadas pelo povo brasileiro, um fato chama atenção na retrospectiva de mais de 20 páginas. Mesmo que a ação dos militares tenha sido chamada de “revolução”, não se percebe, tanto no texto como nas legendas das imagens, o uso do termo “revolucionários” para se referir aos articuladores da

⁶ **Veja**, n. 291, 3 abr. 1974.

⁷ Referindo-se ao deslocamento das tropas de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro, que eram lideradas pelo general Olympio Mourão Filho, na época comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados em Juiz de Fora (MG),

deposição do presidente João Goulart. No seu lugar, observamos as palavras “conspiradores” e “conspiração”, termos que evidenciam um tom crítico ao movimento como no quando ao se referir ao governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, o editorial afirma que “versado em todas as habilidades da política mineira, ele mantinha portas abertas para o diálogo com o Governo Federal, embora estivesse no centro da conspiração”. E neste outro trecho, acerca da falta de planos dos “conspiradores” após o golpe que diz que “dos arquivos dos conspiradores começaram a sair, então, os relatos das primeiras dúvidas, dos primeiros trabalhos – mas em nenhuma gaveta havia planos do que fazer com o poder tão facilmente conquistado”.⁸

A construção de uma “memória oficial” por parte dos grupos dominantes mesmo fazendo parte de um jogo de doutrinação ideológica, não impede, contudo, que sejam tecidas em redes de sociabilidades “lembranças proibidas”, que segundo Pollack são “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (1989, p.8). Tais lembranças, formadoras de uma “memória coletiva subterrânea” estão separadas daquela memória organizada e imposta pelo Estado, podendo vir à tona em momentos de crise, gerando assim, uma “disputa de memórias”. Nesse sentido, percebemos que mesmo em meio às tentativas do governo de construir no aniversário do golpe um momento festivo, comemorativo, a revista apresentou aspectos que remetiam, por exemplo, ao trato violento da polícia diante de manifestações públicas e a

⁸ **Veja**, n. 291, 3 abr. 1974, p. 52

“conspiração” que pôs no poder uma sucessão de presidentes que não foram eleitos democraticamente. Levamos em consideração nesse momento, que o grupo editorial de *Veja*, liderado pelo jornalista Mino Carta propõe na edição de aniversário do golpe trazer à tona dúvidas quanto à legitimidade dos festejos.

Imprensa, governo e sociedade civil utilizaram largamente em seus discursos a defesa da democracia e da cidadania. Construíram sentidos diversos ao termo, inculcando no imaginário social propostas de construção de um país idealizado real num futuro que desejavam próximo. Direitos civis, sociais e políticos, aliados a estabilidade econômica encabeçavam as propostas desse novo país, foram sendo associados ao processo de abertura política. A importância deste “Brasil grande” aos olhos dos outros países também era disseminada na época nos discursos da imprensa e do governo.

Para Koselleck (1992), todo conceito ultrapassa a condição de fenômeno linguístico: a passagem do tempo e relações historicamente construídas interpõem-se às palavras, que ganham diferentes significados em momentos específicos. Assim, o conceito “articula-se sobre um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível”. Koselleck indica ainda, que o estudo de tais conceitos pode ser feito de maneiras diversas, como por meio de perguntas e respostas, textos e contextos nos quais é empregado, assim como a partir de análises de aplicação e do conteúdo trazido por aquele conceito em relação ao momento histórico onde é desenvolvido e passa a ser utilizado. A formulação conceitual atribuída à palavra democracia é um exemplo

significativo das possibilidades de mutação de sentidos que pode originar novos conceitos, a partir de um mesmo termo quando este é aplicado por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos.

Para Norberto Bobbio, justamente por ser entendida como um sistema incompleto, inacabado, a democracia coloca-se como instrumento,

mas um instrumento sem o qual a liberdade relativa não se transforma por encanto em liberdade absoluta convertendo-se no seu contrário, na escravidão, e a justiça em opressão e a felicidade na infelicidade geral. A democracia não impede ninguém de lutar pela consecução dos próprios fins, mas exige uma condição: que cada um permita aos outros lutarem pelos fins que acharem melhor e que todos cheguem a um acordo sobre o critério possivelmente mais objetivo para decidir de quando em quando, e nunca definitivamente, quais são os fins que devem prevalecer. (BOBBIO, 1999, p. 131)

Assim como os estudos de Bobbio, inúmeros estudos nas áreas das Ciências Humanas contemplam diferentes aspectos do que pode ser compreendido como característico de um sistema democrático. Contudo, historiadores, filósofos, juristas e cientistas políticos não são os únicos a refletirem sobre os sentidos históricos do conceito de democracia. Capaz de intervir na formulação de concepções da sociedade e de inscrever na cena

pública temáticas que alcançam enorme visibilidade, o poder de agenciamento da imprensa não pode ser ignorado. A imprensa como “agente” pode, no sentido atribuído por Giddens (2009, p.17), ser capaz de abster-se ou atuar “com o efeito de influenciar um processo ou estado específico das coisas”, podendo levantar, dessa maneira, discussões relacionadas a temas de cunho político, possibilitando a reformulação de conceitos. Ao longo da trajetória de abertura política, as revistas *Veja e Isto É* suscitaram formulações próprias para a compreensão dos rumos da democracia no Brasil e no mundo. Através de comparações entre modelos democráticos de diferentes países ou mesmo a partir de exemplos autoritários a não serem seguidos, as revistas de circulação nacional discutiram e enquadraram, sob seus pontos de vista, diferentes versões acerca do conceito. O próprio uso de expressões como “abertura” e “distensão”, constantemente presentes nos discursos do presidente Geisel e de seus ministros foram bastante usados pela imprensa. São conceitos que nos sugerem continuidade a partir de algo que já existe. Abrimos algo que está fechado, mas que está lá, assim como é possível realizar a distensão sobre algo que está comprimido. Dessa forma, identificamos na fala dos representantes do governo narrativas que não propõem a criação de algo novo, no caso, uma nova democracia, e sim o desenvolvimento de uma flexibilização, partindo do modelo já em aplicação.

Em oito de janeiro de 1975, a Carta ao Leitor da revista *Veja*, assinada pelo jornalista Mino Carta, referindo-se ao pronunciamento de final de ano do presidente Ernesto Geisel em defesa da distensão

política, articulou os resultados das eleições de novembro de 1974 para demonstrar que talvez estivesse “começando a raiar o sol da liberdade em raios fúlgidos”. Cabe destacar que a capa desta edição trouxe, como frase-título, “O alvorecer da política”. O tema “projeto de distensão” seria tratado constantemente ao longo dos próximos anos, onde uma série de termos começariam a ser vistos com bastante frequência. Um dos exemplos de termos que passaram a estar em voga na revista são “cidadania” e “cidadão”. Enquanto as expressões foram usadas 96 vezes pela revista em 1974, no ano seguinte a ocorrência dos termos contabilizou um considerável aumento passando a figurar na revista 189 vezes. Número maior do que o registrado no ano de promulgação da Constituição - em 1988 registrou-se 168 ocorrências dos termos - que inclusive acabou sendo apelidada de “Constituição Cidadã”.⁹

O próprio significado de “distensão” aparece na revista como “uma palavra em debate” e na edição de 25 de julho de 1975¹⁰ são apresentadas algumas versões de seu significado. Para o então senador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação civil da ditadura, José Sarney, “é a ação política que corresponde a equilibrar o desenvolvimento político ao mesmo nível do desenvolvimento econômico e social. Enfim, como diz o presidente: ‘É sair-se da estagnação

⁹ Atualmente, a revista veja disponibiliza gratuitamente acesso digital a seus exemplares, desde a primeira edição, publicada em 11 de setembro de 1968. O acervo digital da revista possui um sistema próprio de busca, que facilitou o levantamento das informações aqui apresentadas.

¹⁰ **Veja**, n. 355, 25 jan. 1975.

política para um período de maior dinamismo””. No entendimento de Tancredo Neves, na época deputado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única oposição legal ao regime militar, “é um processo de abrandamento da rigidez autoritária do governo até que através do diálogo se chegue à eliminação dos instrumentos excepcionais da Revolução, visando a grande reconciliação nacional cujo nome é anistia”. Mais descrente, o deputado emedebista Jarbas Vasconcelos acredita que a distensão “é um blefe. Como se pode fazer a distensão lenta e gradual com os inimigos por perto?” Ao todo, a reportagem traz treze opiniões distintas, que em sua maioria significam “distensão” como um movimento reconciliatório rumo à redemocratização, reconhecendo o momento como um período de abrandamento do modelo autoritário.

Distinto de outros regimes autoritários, o regime militar brasileiro de Estado de exceção manteve não apenas um discurso a favor da democracia, como também conservou processos característicos dos regimes democráticos¹¹, que, contudo, faziam parte de uma grande encenação, pois nesse jogo político, os papéis se reestruturavam e inimigos eram criados para alimentar a necessidade de manter o rígido controle. O uso de “técnicas de combate no domínio do imaginário” (BACZKO, 1985, p. 300) visa contribuir para a criação de uma imagem ilegítima e desvalorizada do poder

¹¹ Um exemplo de prática democrática realizada durante o regime ditatorial, mesmo que realizada com altos graus de manipulação é o fato de terem ocorrido eleições. Salienta-se, portanto, que processos eleitorais por si só não são sinônimos de democracia.

adversário, enquanto, por outro lado, são constituídas representações que tendem a engrandecer o poder do grupo oposto. Os excessos justificados na alardeada ameaça comunista, na deposição do presidente João Goulart e nos primeiros anos do regime foram gradativamente recebendo amparo legal pelo uso de Atos Institucionais e da própria Constituição de 1967, como elementos a justificar a legalidade da ação dos militares, enquanto ações que colocavam em cheque a legitimidade do poder vigente eram punidas na forma da lei. Pode-se exemplificar a prática de perseguições políticas e a censura sobre produções culturais e sobre a imprensa como ações arbitrárias aplicadas em nome desta lei e, evidentemente, usadas com o intuito de dificultar a divulgação de ideias que colocassem em discussão a legitimidade do governo. Ao mesmo tempo, alguns processos eleitorais eram mantidos, alegando-se então, que haviam sido conservadas práticas democráticas. Nesse sentido, nos lembra Lefort que a aplicação do poder é feita conforme a essência de um regime, justificada por suas regras e “quando os direitos do homem são violados, a violação existe apenas aos olhos das vítimas” (2011, p. 69).

Cabe ressaltar que o pretexto da necessidade da manutenção de um modelo de governo autoritário para o funcionamento da democracia vinha sendo usado desde o golpe civil-militar em 1964. É possível identificar nas falas de representantes do governo divulgadas nas revistas, que enquanto os termos “aperfeiçoamento democrático”, “distensão” e “abertura política” são usados desde a posse do presidente Geisel, o conceito “redemocratização” começa a ganhar espaço

principalmente a partir de 1977. Até então, é possível perceber que seu uso é evitado sob a justificativa de que o modelo vigente no país era efetivamente um modelo democrático, que, contudo, precisava apenas ser aperfeiçoado.

1.2 Censura, abertura e crítica

Reivindicações por direitos sociais, entendidos como necessários à dignidade humana abriram espaço para o envolvimento e a participação da sociedade civil, que em seguida, passou a pleitear a ampliação dos direitos políticos e civis. Nesse sentido, Romancini e Lago (2007) apontam a junção de dois fatores como responsáveis pelo aumento da dinâmica de abertura. Em primeiro lugar a pressão da sociedade civil e da oposição, representada MDB e, em segundo lugar, o apoio da imprensa à retomada dos direitos suspensos pela ditadura.

Como espaço de veiculação de informações, os meios de comunicação podem atuar no sentido de dar visibilidade às carências enfrentadas pelos cidadãos, agindo como intermediários nas reivindicações populares. Além de selecionar e inscrever na cena pública eventos específicos, a imprensa procura legitimar sua importância para a consolidação da cidadania, colocando-se cada vez mais como espaço disponível à promoção de debates pertinentes à liberdade de pensamento e de expressão, necessários à conservação de

um regime democrático¹². Por isso, regimes autoritários no século XX procuraram desenvolver mecanismos de controle e censura à imprensa. No caso brasileiro, durante a ditadura militar foram criados aparatos legais que visavam manter o controle acerca do que deveria ou não ser divulgado, a fim de garantir que a população tivesse acesso apenas ao que conviesse aos interesses dos grupos dominantes.

Capazes de alcançar grandes grupos, as mídias de massa atuam não apenas no fluxo de informações, mas agem nas características das notícias veiculadas, ao mesmo tempo em que criam demandas para a necessidade de ordenamento de fatos dispersos, elas mesmas articulam tal ordem e fabricam imaginários sociais. Compreende-se dessa forma, segundo Baczkó (1985, p.314), que “os indivíduos já não são capazes de dominar a massa fragmentada e dispersa de informações, sentindo assim uma maior necessidade de representações globais e unificadoras”. Por isso, os conteúdos apresentados precisam ser inteligíveis aos leitores e as informações devem ser organizadas de tal forma que façam sentido em meio à imensa variedade de acontecimentos que, por um motivo ou outro, poderiam ganhar destaque naquela edição.

Com o aprofundamento do autoritarismo, grupos da sociedade, inclusive órgãos de imprensa que haviam apoiado a instauração de um regime de exceção, passaram a encampar propostas favoráveis à abertura

¹² Alzira Alves de Abreu discute as relações que se estabeleceram entre cidadania e imprensa no texto *Jornalismo Cidadão*, publicado pela *Revista Estudos Históricos*, nº 31, 2003, p.25-40.

política. A partir do Ato Institucional nº5, a censura foi institucionalizada, mas contraditoriamente negada ou camuflada. Romancini e Lago (2007) apontam que o “melhor e mais risível exemplo dessa ambiguidade” foi registrado em um comunicado da Polícia Federal ao *Jornal do Brasil* em 1972, na qual preceituava que “o censor federal proíbe a divulgação do discurso do líder da maioria, Senador Filinto Müller, negando que exista censura no Brasil.”

Portando-se como fiscal e inspetora dos agentes políticos e alegando estar a serviço da população, a grande imprensa toma para si a função de porta-voz dos anseios populares, que, contudo, tendem a ir ao encontro de desejos particulares, sejam eles dos proprietários, partidos políticos ou investidores daquele veículo de comunicação. Como “grande imprensa”, compreenderemos aqui:

os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência. (AQUINO, 1990, p.12)

A chamada imprensa alternativa não se constitui em objeto específico de análise neste trabalho, mas cabe

salientar que paralelamente à grande imprensa, entre os anos de 1960 e 1970 mais de cem periódicos, que contavam com um capital extremamente limitado circularam pelo país. Tinham como características a exposição de denúncias e protestos, que podiam ser feitos através do humor e da ironia como as revistas *Pif-paf* e *O Pasquim*, ou pela veiculação de ásperas críticas ao sistema político e social vigente como os jornais *Movimento* e *Opinião*. Existiam ainda jornais de baixíssima circulação, com caráter ideológico-político específicos, que em alguns casos devido à censura e a carência de recursos tiveram vida curta e não passaram dos primeiros números.

Tanto a grande imprensa quanto a imprensa alternativa sofreram com a autocensura e a censura prévia. Enquanto a autocensura, aplicada a partir de 1968 teve caráter mais abrangente e consistia em comunicar aos órgãos de imprensa o que poderia ou não ser divulgado, a censura prévia era praticada dentro das redações, onde todo o material produzido pelos jornalistas era submetido à averiguação, na qual podiam ser parcial ou totalmente vetados. Em alguns casos, após os vetos e cortes realizados pelo censor a publicação de certos números tornava-se inviável. Além da censura prévia e da autocensura, outras formas de intimidação foram aplicadas ao longo dos vinte e um anos de ditadura. Entre elas, apreensões de exemplares, invasão e saques a redações e ataques a bomba nas sedes de jornais ou em bancas que comercializavam publicações consideradas subversivas, além de prisões e violência física contra jornalistas. Por conta de tais ações, unidas a pressões financeiras, diversos órgãos de imprensa

acabaram fechando suas portas, como foi o caso do jornal *Correio de Manhã* em 1974.

Tendo em vista que o debate aberto de ideias se faz necessário à existência e a manutenção de um regime democrático, podar qualquer liberdade dos órgãos de imprensa é o mesmo que talhar a voz do próprio povo. Ao menos é desse modo que a revista *Veja* afirmou semanalmente seu papel como veículo mediador no processo de abertura política no Brasil, ocorrida a partir de meados da década de 1970. Elaborada aos moldes da revista estadunidense *Times*, *Veja* começou a ser construída tendo como pilares alguns diferenciais, tais como sua editora, a Editora Abril, dona do maior parque gráfico da América Latina, responsável também pela divulgação da nova revista em outras publicações do grupo. Entre os privilégios de “nascer” em uma grande editora, podendo dispor de recursos financeiros e tempo necessário para estudos mercadológicos, gráficos e logísticos, *Veja* também pode contar com uma seleta equipe de jovens e veteranos jornalistas e período experimental de publicações, que em seis meses redigiram 13 edições número zero. Além disso, um sistema de comunicação e distribuição eficiente e a montagem de sucursais por todo o país objetivavam construir a imagem de *Veja* como a de uma revista efetivamente nacional.

Segundo a inaugural Carta do Editor, *Veja* sensibiliza-se com a “comovedora prova de confiança” dos anunciantes, que mesmo sem conhecerem o projeto final da revista utilizaram todos os espaços disponíveis à publicidade. Observa-se, desse modo, que além de contar com os “leitores” de outras publicações, o novo

semanário do Grupo Abril estreou com um vasto apoio publicitário, que enxergou a revista como local privilegiado para divulgação de seus produtos.

Examinar como foram sendo construídos no imaginário social os modelos de distensão que resultariam no reestabelecimento da democracia no país perpassa inevitavelmente por uma análise das narrativas construídas pela imprensa. Esta é compreendida como agente político, pois atua como espaço propício à divulgação de ideias, afirmação de ideologias, e ainda se autointitulava intercessora entre o povo e o poder público na luta pelo retorno da democracia e pela consolidação dos direitos dos cidadãos.

O debate político é aquecido quando as regras de censura começaram a sofrer alterações, principalmente a partir de 1975. A censura à grande imprensa escrita vai lentamente tornando-se mais restrita e menos frequente. No início deste ano, *Veja* noticiou decisões do presidente Geisel em relação às propostas de colaboração com “órgãos públicos, associações, imprensa, agências noticiosas e publico em geral” à partir da tarefa de substituição da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada no governo Costa e Silva pela integração entre o gabinete pessoal do presidente a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP). Segundo a revista

A primeira providência saudada como sinal de que já se registram as primeiras mudanças nesse sentido foi a decisão de facilitar o transito dos jornalistas nos corredores do Palácio do Planalto, e seu

acesso às pessoas que frequentam o gabinete do presidente da República.¹³

Uma entrevista de Ernesto Geisel ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) transformou-se em um importante livro sobre a memória militar do Brasil recente¹⁴. O General e ex-presidente salientou que, todas as manhãs, lia “uma súmula dos principais assuntos tratados pela imprensa”. Mas, procurava preservar-se de jornalistas, evitando hostilizar a imprensa ou apregoar muita importância à uma instituição, entendida como mais preocupada em “estourar um escândalo” do que em “construir com ideias ou cooperar”.

Outras mudanças relacionadas ao “afrouxamento” da censura foram sendo notícias em *Veja*, porém davam a entender que mesmo em meio a ampliação da liberdade de imprensa, a repreensão ainda existia. Destacamos outro fragmento, publicado em 1976, que exemplifica tanto as negociações para o fim da censura, como a posição dúbia da revista

Nos seus últimos pronunciamentos públicos, o presidente Ernesto Geisel não tem deixado de reconhecer o papel positivo representado pela oposição, e esse é também um dado estimulante do debate. Mas há outras manifestações de

¹³ *Veja*, n. 333, 22 jan. 1975, p. 15.

¹⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina; CATRO, Celso (org.) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

boa vontade, da parte do governo, que são destacadas pelos políticos. Na semana passada, por exemplo, o núncio apostólico dom Carmine Rocco, foi recebido por Geisel e, à saída, falou muito à vontade com jornalistas, aos quais revelou ter conversado, até mesmo sobre a censura prévia que ainda vigia o semanário da arquidiocese paulista, O São Paulo – e declarou-se muito otimista quanto à sua eventual suspensão, num futuro próximo.¹⁵

Contudo, outros atos arbitrários evidenciavam que a repressão estava longe de ser extinta por completo. Redações continuavam a ser invadidas, prisões, processos, atentados à bomba e ameaças marcariam ainda o período de gradual distensão. Nessa conjuntura, a revista *Veja*, periódico semanal de maior circulação no país desde 1974, ainda lidava com a autocensura, recebendo recomendações principalmente por telefonemas e bilhetes acerca do que deveria ou não ser publicado (AQUINO, 1990).

Paralela às narrativas de retomada da atuação da sociedade civil durante a segunda metade da década de 1970, ocorreu também uma significativa operação por parte de meios de comunicação da grande imprensa, no sentido de agenciar o esquecimento do apoio dado por estes ao golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964 e iniciou o período ditatorial.

¹⁵ *Veja*, n. 410, 14 jul. 1976, p. 21.

Observa-se também, que a partir de usos articulados do passado no presente, os meios de comunicação, além de construírem esquecimento, elaboraram no imaginário nacional a ideia de que foram exclusivamente vítimas da repressão e da censura, características do período em que vigorou o Ato Institucional nº 5, entre 1968 a 1979. A construção dessa memória pelos veículos de imprensa não fez questão de destacar, por exemplo, as experiências de “jornalistas/policiais” e “policiais/jornalistas” que, segundo a historiadora Beatriz Kushnir (2004), inseridos em redes de convivência regidas por “códigos de sociabilidades”, colaboraram com o sistema autoritário, seja por meio de vetos nas versões finais de publicação dos artigos jornalísticos ou ao “defenderem os interesses da nação” atuando como informantes dentro das redações.

A credibilidade da informação precisa ser construída e reafirmada para que os leitores depositem confiança no veículo midiático no qual buscam ampliar sua compreensão do mundo. O ponto de vista de um determinado grupo editorial, o posicionamento crítico de seus jornalistas e os compromissos assumidos por aquela revista como meio de comunicação vão influir na escolha de leitura – e compra – desta ou daquela publicação.

Desligando-se da revista *Veja*, Mino Carta trabalhou na construção de uma nova revista. Com teor mais sarcástico e em seu primeiro ano sendo uma publicação mensal, a revista *Isto É* chegou às bancas em maio de 1976, com artigos que afrontavam a imprensa da época e debochavam dos planos de modernidade

propagandeados pelo governo. Colocando-se como uma revista pare ser lida ao longo do mês, *Isto É* alargou o campo de discussões, pois ao mesmo tempo em que as notícias eram apresentadas com reflexões advindas de maior período de produção dos textos, se comparadas ao tempo de edição dos jornais diários e das revistas semanais. Além de trabalhar com a possibilidade de se ter um maior entendimento dos acontecimentos e seus desdobramentos ao longo das semanas, *Isto É* incorporou sessões que comentavam teses recém defendidas, artigos acadêmicos e capítulos de livros entendidos como pertinentes a compreensão da realidade social e política brasileira.

Em sua edição de estreia, a revista ironizou a instalação da fábrica da montadora italiana *Fiat* em Minas Gerais. O artigo intitulado “De Turim a Betim” relaciona o “futuro” que era anunciado como iminente para a região com os problemas que circundavam Belo Horizonte, como a falta de moradias populares e da péssima qualidade das estradas que os carros, agora produzidos no Brasil, circulariam.

Na Carta ao Leitor do mês seguinte, as pretensões da nova publicação são definidas como a busca por se fazer uma revista de ideias, críticas e de interpretação dos fatos:

Isto É se propõe a iluminar os fatos, alguns determinados fatos, para que o leitor melhor lhes entenda os significados e as consequências. E que os fatos não são necessariamente escolhidos ao sabor de hierarquias

ortodoxas, não são obrigatoriamente os das manchetes. (...)

Analisar, segundo *Isto É*, significa automaticamente criticar. A crítica é um movimento espontâneo da consciência, equivale a tomar posição dentro da realidade. Poderia dizer que viver é criticar.¹⁶

Nesta mesma edição, uma matéria intitulada “Democracia, um artigo para ser consumido” faz uso do exemplo estadunidense da lei de liberdade de informação, que obriga à divulgação por parte de organismos governamentais de registros realizados por órgãos do governo federal, para valorizar a necessidade de transparência nos governos como forma de fortalecimento democrático. A matéria trouxe sob a forma de entrevista a opinião do advogado e ativista pelos direitos do consumidor Ralf Nader, na qual foram destacados o papel do governo como agente a serviço do povo e a necessidade de encarar a prática democrática como algo a ser consumido, tornando-se perecível caso seja armazenada para o futuro.

Temáticas ligadas aos usos da Língua Portuguesa tiveram espaço de discussão em *Isto É* na coluna de Marcos Sá Correa, onde a terminologia política vinculada à distensão apareceu usualmente. Partindo, por exemplo, de uma declaração dada por determinada figura pública, de um título de livro ou de termos que vinham ganhando

¹⁶ *Isto É*, n. 2, jun. 1976, p.7.

espaço ou incorporando novos sentidos, a coluna teceu críticas e estabeleceu comparações entre o Brasil e outros países. Ao discutir democracia, o jornalista criticou de maneira irônica o excesso de democratas no país, em desarmonia com o empenho prático de consolidar a normalidade democrática com a distensão:

No Brasil, onde todo mundo é democrata, a percepção da realidade fica mais difícil. (...) Por falta de palavras, não se tem instrumentos para cortar as ideias. Como a distensão, presumivelmente de polpa saborosa, mas de casca difícil de abrir. Distensão na Espanha, é um projeto com datas marcadas, etapas identificadas, restrições inequívocas. No Brasil, é um chiclete que os políticos ruminam há dois anos, uma bolinha de látex açucarado. Ninguém a definiu. Intata, ela habita o universo das crenças individuais (...).¹⁷

De maneira geral, a abordagem de *Isto É* se comparada à revista *Veja* tendia a ir além das críticas, propondo em suas matérias reflexões históricas e sociológicas mais profundas, abordadas não apenas por jornalistas de formação, mas por especialistas das Ciências Humanas que atuavam como colunistas mensais ou eram convidados a discutir questões pontuais em determinadas edições. Como já foi dito anteriormente, *Isto É* apresentava-se como uma revista para ser lida ao longo do mês, mais preocupada com a análise crítica dos

¹⁷ *Isto É*, n. 3, jun. 1976, p.8.

fatos do que com o “furo jornalístico”. Entretanto, a partir de março de 1977, a revista “estimulada pelo êxito” passou a atuar como semanário, tendo em vista que se julgava “na obrigação de participar ativamente” no “debate de problemas nacionais”. Mino Carta identificou a “busca da razão dos fatos” como principal objetivo da revista à partir da mudança da periodicidade de publicação.

1.3 A democracia como questão política e econômica

Além das questões internas, o cenário político mundial também aparece como fator a influenciar o teor ora otimista e ora pessimista presente nas matérias das revistas. Não são raras às vezes em que as revistas trouxeram em suas capas destaques relacionados ao que estava acontecendo ao redor do mundo, sendo as temáticas relacionadas às crises políticas, de maneira geral, as que aparecem com maior frequência nas capas da revista *Veja* entre os anos de 1974 a 1978. O fim da ditadura salazarista em Portugal, os escândalos envolvendo a renúncia do presidente estadunidense Richard Nixon, as tensões governamentais na Argentina e os efeitos da crise econômica ao redor do mundo são alguns dos destaques internacionais que figuraram nas capas de *Veja*.

Assim como a revista *Veja*, *Isto É* publicou reportagens que estabeleciam comparações entre o Brasil e outros países, fazendo uso de questões políticas, queda de regimes autoritários e principalmente balanços econômicos, para tratar de questões relativas ao cenário

nacional. Tal estratégia narrativa nos leva a crer que mesmo com o afrouxamento da censura as revistas buscavam realizar críticas, mesmo que de maneira ainda sutil, desnaturalizando algumas práticas que vinham sendo usadas pelo governo e por representantes políticos, criticando a demora na realização de medidas realmente práticas rumo à abertura. Para Huysen (2000), tal estratégia narrativa, que recorre a discursos de memórias que tendem a parecerem fenômenos globais constituem tentativas de nações que tenham passado por experiências traumáticas, como a de um regime militar ou totalitário, de ao buscarem assegurar e legitimar “o futuro de suas políticas emergentes”, buscarem também maneiras de “avaliar ou comemorar os erros do passado”.

Em reportagem intitulada “Democracia em crise”, a revista *Veja* tentou identificar o conjunto de acontecimentos no cenário internacional da corrente década de 1970 que, segundo o periódico, colaboravam com a então fragilidade dos governos democráticos. No parágrafo inicial do ensaio foi informado ao leitor que o texto havia sido “enriquecido com as opiniões de algumas autoridades mundiais em política internacional”. Contudo, o que chama atenção entre as teses apresentadas para explicar a referida crise, é que o sentido de “governo democrático” parece se confundir com o de “modelo econômico”, pois as reflexões que permeiam aspectos de mercado ocupam maior espaço na discussão do que argumentos de uma possível crise de representação e de gestão estatal democrática:

A explicação imediata para a crise de liderança é a inflação: nada parece solapar

mais depressa a popularidade de um governo do que uma violenta alta de preços (...)

(...) Há quem acredite que o problema é de curto prazo, causado pela crise de energia e o boicote do petróleo árabe. A tempestade, dizem, vai amainar quando os produtores e consumidores de petróleo chegarem a um acordo razoável sobre a produção e o preço do produto. (...)

(...) Realmente, a falta de matérias-primas, a superpopulação, fome, poluição e o caos do sistema monetário internacional ainda poderão evoluir de forma muito desfavorável à economia ocidental. (...)¹⁸

Sublinhe-se que a edição na qual fora publicado o citado ensaio, abordando o então clima de crise e insegurança político-econômica, fora também a edição que trouxera como matéria de destaque e chamada de capa a cobertura da posse do presidente Ernesto Geisel. Desde o início de seu mandato, em 15 de março de 1974, o presidente precisou lidar com as notícias nada animadoras no âmbito da economia acerca da cada vez mais desigual distribuição de renda. Entre 1960 e 1970 os mais ricos aumentaram sua parcela de renda de 40% para 47%, ao mesmo tempo em que o percentual mais pobre caiu de 17% para 15% de participação (SKIDMORE, 1988, p.31). Além disso, o aumento do preço do petróleo no mercado internacional fez com que o país contrai-se

¹⁸ Veja, n. 289, 20 mar. 1974.

empréstimos que foram usados em grandes obras estatais de infraestrutura, com o objetivo de ampliar a capacidade interna de aproveitamento de matérias-primas e diminuir a necessidade de importações, ao mesmo tempo em que a exportação de minérios era incentivada. Só no ano de 1974, a quantia adquirida em empréstimos ultrapassou a casa dos cinco bilhões de dólares, porém, o crescimento acima dos 10% anuais dos primeiros anos da década de 1970, não voltou a se repetir.

Temáticas relacionando o processo de abertura política com as dificuldades enfrentadas no cenário econômico foram frequentes não apenas nos anos iniciais da abertura, como em todo o período rumo à redemocratização. Entre as temáticas que foram extensamente debatidas destacam-se além da crescente dívida externa, os prejuízos sociais decorrentes dos altos preços e os problemas de abastecimento enfrentados em diversas áreas do país. Em 10 de abril de 1974 a capa de *Veja* foi ilustrada por um balão vermelho com a palavra “inflação” que era segurado com grande dificuldade pelo desenho de um homem, do qual ao lado estava a frase-título “O aumento dos preços e os problemas do abastecimento”. Na seção “Carta ao Leitor” desta mesma edição, em meio à polêmica pela falta de gêneros de primeira necessidade, foi destacado o papel da imprensa como mediadora na interpretação do mundo para os seus leitores, ao mesmo tempo em que pode agir como colaboradora na resolução de problemas de cunho social, pois

Órgãos de imprensa honestos, (...)
contam os problemas para explica-los e

orientar os leitores em proveito de uma exata e possivelmente tranquilizadora mediação das suas proporções. E, em certas ocasiões, podem ir mais longe até o benéfico ponto de colaborar com as autoridades, oferecendo-lhes além de informações sobre o estado de espírito da opinião pública, ideias, sugestões e propostas.¹⁹

Em menos de dois meses, a temática “inflação” volta a ocupar a capa da revista *Veja*, na qual a imagem de um supermercado foi usada como fundo para o desenho de um gráfico que demonstrava o gradual aumento nos preços, trazendo como título a frase “Como enfrentar a inflação”, uma espécie de guia para chamar atenção dos leitores sobre o tema. Entre relatos de diferentes famílias sobre as dificuldades em prover as necessidades mais básicas, a reportagem aconselha o planejamento e esboça tons pouco animadores em relação aos anos anteriores:

Diante dos índices de aumento do curso de vida constatados ultimamente, a economia doméstica deixou de ser um tema apenas para suplementos e revistas femininas. O orçamento familiar transformou-se num assunto de transcendental importância para quase todos os brasileiros. Qualquer tomada de posição em relação ao futuro, mesmo que o futuro seja a aquisição de um carro de segunda mão, já não pode ser feita sem longas considerações sobre o que se

¹⁹ *Veja*, n. 292, 10 abr. 1974.

chama de processo inflacionário. E seria inevitável que nesses casos se estabelecessem comparações com tempos passados, e essas comparações não são nem um pouco entusiasmadoras.²⁰

Na *Carta ao leitor* desta edição, Mino Carta além de creditar o texto aos editores especialistas no assunto, salienta que a reportagem contou com o trabalho conjunto de diferentes sucursais da *Veja* pelo país no levantamento de informações sobre o custo de vida de famílias de variadas rendas. A interpretação dos acontecimentos por especialistas em diferentes assuntos é um dos produtos oferecidos ao consumidor de revistas semanais. Por isso, os conteúdos apresentados precisam ser inteligíveis aos leitores e as informações devem ser organizadas de tal que forma que façam sentido em meio à imensa variedade de acontecimentos que, por um motivo ou outro, poderiam ganhar destaque naquela edição. Em outras palavras, a chave do sucesso mercadológico das grandes revistas está no fato de que estas “vendem informação acessível” (SILVA, 2011, p. 48), que atrai não pelo novo, mas pelo familiar, que como uma trama tem seu enredo contado semanalmente, acrescido de novos elementos.

Para Abreu e Lattman-Weltman (2006) os editoriais de economia foram se constituindo, a partir de 1974, como importantes canais de expressão e crítica à continuidade dos militares no poder. Ao apresentar

²⁰ *Veja*, n. 298, 22 mai. 1974. p. 85.

dados, indicadores econômicos e resultados de estudos realizados por universidades e institutos de pesquisa que contrastavam com as informações divulgadas pelo governo, os editoriais de economia conseguem tecer críticas direcionadas ao modelo econômico aplicado pelo governo, ao mesmo tempo em que denunciavam a pobreza, o desemprego e a má distribuição de renda, entre outros problemas.

Ao longo do ano 1974, outras reportagens abordaram questões econômicas e como o governo propôs ações para tentar combater a inflação. Observa-se um esfriamento nas discussões acerca da distensão política, tendo em vista que resolver os empasses econômicos que limitam o consumo das famílias brasileiras parece ter sido na época uma discussão mais relevante, tanto para o governo como para a revista. Contudo, em setembro daquele ano, o tema “economia” volta a ser destaque de capa da revista *Veja*, evidenciando a relação da crise do petróleo no cenário internacional com a postura do governo brasileiro quanto ao delicado momento. Na *Carta ao leitor*, Mino Carta faz menção a um número da revista publicado em dezembro do ano anterior para contrastar dois períodos da “tormenta da economia mundial”.

A revista mencionada é chamada de “edição profética” por ter trazidos análises valiosas já no início da crise do petróleo. Contudo, Carta dá a entender que outro assunto, também discutido naquela edição, havia sido “profético” ao antecipar a relação entre a abertura política e uma possível crise econômica. O resumo de um

artigo do professor Juan Linz da Universidade de Yale e que havia sido publicado nesta mesma edição, trouxe reflexões sobre as características do regime brasileiro e analisou possíveis alternativas para a situação política brasileira. Segundo o analista, o Brasil não vivenciava um regime autoritário, mas uma situação autoritária ligada à administração econômica comandada pelos dirigentes militares na política. Assim,

No melhor dos casos, isso pode significar que os governos se sucedem administrando a economia, mas adiando qualquer projeto sério e consistente de institucionalização política. Falando de forma pragmática tal processo (...) poderia assegurar a continuidade da situação atual, mesmo deixando um temível vácuo político para o futuro.²¹

Na sequência do texto, Carta faz referência a esperança de que esse “vento” que passa trazendo mudanças, carregadas de “maléficas qualidades”, que poderiam abalar até mesmo aqueles que se julgavam protegidos e inatingíveis. Finaliza questionando

Em todo caso, não é de todo improvável que tenha chegado, ou esteja se aproximando, o momento da definição política, quem sabe alicerce indispensável para tamanha barreira. (...) diante da ameaça dos mais ventos da economia mundial, o regime brasileiro estaria caminhando agora,

²¹ **Veja**, n. 315, 18 set 1974.

definitivamente, para sua
institucionalização?²²

Nos meses finais de 1974, a “boa vontade” do governo ao administrar a crise econômica e as dificuldades da população em conseguir sobreviver com salários cada vez mais afetados pelo constante aumento dos preços, dividiu espaço nas manchetes de *Veja* com a disputa eleitoral. Em novembro deste ano, a revista perguntou em sua capa “Quem está interessado em votar?” e discutiu nessa edição a importância que a televisão passava a exercer na campanha eleitoral. Em matéria intitulada “Procura-se eleitores, vivos” foram discutidas tanto as potencialidades do novo veículo de comunicação como o desinteresse dos eleitores em conhecer as propostas dos candidatos que passaram a ocupar o horário nobre do rádio e da televisão.

Infelizmente, mesmo as mais grosseiras pesquisas de mercado indicam absoluta falta de interesse do distinto público – do qual ainda na semana passada tiveram um eloquente exemplo os pregadores da ARENA e MDB de São Paulo, forçados a falar a pequenos auditórios onde sobressaíam cadeiras vazias.²³

²² Idem.

²³ *Veja*, n. 326, 25 nov. 1974

O desinteresse por grande parte do eleitorado no pleito de 1974 estaria, segundo a revista, ligado à preocupação com temas distantes dos assuntos institucionais e mais próximos à vida cotidiana como a alta dos preços e a desvalorização salarial. Contudo, destaca que o momento de relativa liberdade deveria ser aproveitado tanto pelo partido de oposição como pelo partido da situação. O MDB teria a chance para “mostrar a que veio” enquanto a ARENA poderia usufruir de um teste “por mais exíguo e incompleto que seja, das preferências da nação”.²⁴ E o resultado do “teste” veio estampado na capa de 20 de novembro daquele ano, sob o título “A derrota da ARENA”. Nesta edição afirmou-se que “um Brasil” havia sido enterrado e assim “sob a torrente de votos provocada pelos candidatos do MDB ao Senado ficariam velhas crendices e preconceitos da política nacional”²⁵. Os resultados dos pleitos foram significativos: o número de senadores emedebistas aumentou de 7 para 20, enquanto o número de cadeiras ocupadas pelo partido na Câmara dos Deputados passou de 87 para 165. A ARENA, partido da situação, caiu de 59 para 46 cadeiras no senado e de 223 para 199 na Câmara dos Deputados. Além disso, o anunciado desinteresse dos brasileiros pelo processo eleitoral não se confirmou, tendo em vista que o comparecimento às urnas esteve na ordem de 80% dos eleitores.²⁶

Retrospectivas e narrativas que cruzam temporalidades simultâneas são costumeiramente

²⁴ **Veja**, n. 319, 16 out 1974, p. 19.

²⁵ **Veja**, n. 324, 20 nov 1974, p.20.

²⁶ **Veja**, n. 331, 8 jan 1975.

utilizadas pela imprensa para dar sentido à realidade e ao tempo presente. Recorrer a acontecimentos históricos, por exemplo, é uma estratégia largamente utilizada pelas revistas de informação, com o intuito de estabelecer comparações, retrocessos e avanços no cenário político e econômico do país. Um dos exemplos de aplicação desse recurso narrativo na escrita jornalística foi visto em uma pequena retrospectiva da História da República Brasileira, na qual destacou o pleito de 1974 como um momento de “reabilitação do voto”. A matéria indicou que a prática de votar havia sofrido com mecanismos de controle da vontade popular, como o voto a bico de pena, na qual os resultados antecederiam o pleito e com os vícios das práticas de cabos eleitorais, mas concluiu que, por pior que fossem, estas não seriam piores do que um país sem qualquer tipo de pleito.

Segundo Skidmore (1988), além de balizar sua campanha na busca de liberdades civis e políticas de justiça social, o MDB aproveitou os espaços disponíveis nas diferentes mídias para denunciar a desnacionalização por parte do governo militar, justificadas nas crescentes interferências estrangeiras na economia brasileira. E por algum tempo o expressivo aumento da bancada oposicionista no Congresso parece ter feito com que a população passasse a creditar maior confiança na distensão em curso. Para *Veja*, a reforma política teve seu início a partir dos resultados das eleições, contudo o clima de insegurança não deixou de ser percebido na revista. Já em dezembro de 1974, mês seguinte às eleições, a revista volta a destacar na edição n. 328 temas relacionados à economia e aos desafios que deveriam ser priorizados no ano seguinte, entendido como “ano

determinante” não apenas para as finanças do Brasil, como para toda a “aldeia global”. A descoberta de jazidas de petróleo e o interesse estrangeiro, principalmente por parte de grupos de banqueiros que enxergavam o país como um terreno propício a investimentos financeiros foram tratados em reportagem intitulada “Como o mundo vê o Brasil”.

A sociedade de consumo, que segundo a revista, vinha sendo moldada no país desde a década de 1950, foi tratada em reportagem sobre as compras de natal em épocas de crise econômica²⁷. Entre especulações sobre o comportamento consumidor do brasileiro e as manobras publicitárias para atrair um número maior de compradores, a reportagem salientava que, mesmo em meio às facilidades de financiamento, a parcela consumidora correspondia apenas a cerca de um terço da população. Em outras palavras, “qualquer campanha nacional de publicidade parte do pressuposto de que somente 35 milhões de brasileiros têm meios suficientes para eventualmente se sensibilizar com seus anúncios”. Os outros dois terços, ou as partes mais basilares da pirâmide social, estariam mais preocupados com a subsistência familiar e menos com o *status* dos produtos a serem comprados. Esta última característica estaria ligada às camadas médias, identificadas em uma área intermediária na pirâmide e qualificada como “sonhadora” pela revista, por buscar imitar os hábitos de consumo das camadas mais altas.

²⁷ **Veja**, n. 329, 25 dez 1974.

A primeira edição de *Veja* de 1975²⁸ reafirmou narrativas que vinham sendo construídas nos meses anteriores, tais como a importância daquele ano como um “ano chave para o definitivo e tão esperado encaminhamento de uma fórmula política destinada a reestabelecer gradualmente no Brasil plenas liberdades democráticas”. Em exercício de “salutar meditação” a revista buscava no editorial da referida edição “esboçar os lances possíveis no tabuleiro da economia brasileira”. Cabe explicar que a figura de linguagem usada remetia ao desenho de capa, que trazia a imagem de um tabuleiro de xadrez, no qual peças representando setores da economia nacional como o setor automobilístico, a exploração de petróleo e a agricultura, estavam sendo movimentadas por uma grande mão. Para o ano que havia recém iniciado, a revista aconselhava imaginação e tranquilidade.

No segundo semestre de 1975, observa-se outro interessante exemplo de relação entre política, distensão e economia. Ao afirmar que “a distensão morreu”, *Veja* explica aos leitores o novo termo, que passava a figurar nos discursos do presidente:

Desenvolvimento político é a nova expressão cunhada no discurso feito pelo presidente Ernesto Geisel na televisão (...) Ela nasceu sem compromissos de qualquer espécie, nem prazos, nem limites. E vem com a difícil missão de substituir a mais bem sucedida moeda já posta a circular na política brasileira,

²⁸ *Veja*, n. 330, 1 jan. 1975.

desde o advento da Revolução (...). Pois, além de política – e não apenas, ou sequer predominantemente política –, ela deverá ser também social e econômica.²⁹

Para o presidente, os entraves da distensão perpassavam aspectos rumo ao desenvolvimento “integral e humanístico”, extrapolando questões apenas políticas. Seria necessário combater as chamadas “tensões multiformes sempre renovadas” para então alcançar a distensão. Nesse sentido, observa-se que no processo de abertura, intensifica-se a produção de novos imaginários sociais (BACZKO, 1985), tornando interessante ao governo salientar que os “inimigos” da democracia e do desenvolvimento ainda estavam por perto. Em épocas de crises de legitimidade do poder estabelecido, grupos em disputa buscam adesões às suas causas e atuam no sentido de desqualificar um possível poder concorrente.

Nessa conjuntura, observamos também uma disputa pela memória dos artífices da distensão, pois enquanto o governo buscava imprimir, em um ritmo que lhe era favorável, reformas que resultariam na devolução do poder político aos civis, a sociedade evidenciava o seu descontentamento, insistindo em participar de lutas que assegurassem a expansão de direitos não apenas políticos. Ainda nesse cenário de disputa, a imprensa mostrou-se como agente capaz de problematizar determinados temas e elaborar narrativas que ordenariam

²⁹ Veja n. 361 06 ago. 1975 p.17.

as possibilidades interpretativas ou mesmo a construção de acontecimentos.

Em um longo discurso no mês de outubro de 1975, o presidente Geisel reafirmou que o país passava por uma fase de austeridade e que não estava imune “às moléstias financeiras” que assolavam o mundo. Em reportagem sobre o tema, *Veja* discutiu as medidas que foram anunciadas pelo presidente, que objetivaram reequilibrar a balança comercial do país. Entre as medidas anunciadas estavam a taxaço de produtos importados considerados supérfluos, incentivo às exportações, aumento nos preços da gasolina e do óleo diesel e a autorização para que a Petrobras firmasse contratos de serviço com cláusulas de risco com empresas estrangeiras, com o intuito de estimular a exploração de novos campos petrolíferos. Todas as medidas foram tomadas pela revista como necessárias e dentro da legalidade, contudo no parágrafo final da extensa matéria foi salientado que “é certo que recessão econômica e programas de distensão política não costumam produzir boa mistura”³⁰.

A divulgação de medidas que visavam conter a crise econômica costuma acontecer sob forte desconfiança. Ao lado dos anúncios de ações preventivas ou emergenciais de intervenção e controle de preços, salários, redução nos déficits da balança comercial etc., os planos da abertura política eram acrescentados à pauta. Em uma conjuntura de agravamento da crise econômica devido ao inesperado aumento súbito da inflação nos

³⁰ *Veja*, n. 371, 15 out. 1975.

primeiros meses de 1976 e de cassações de três deputados emedebistas, que haviam sido considerados “ofensivos ao regime e às Forças Armadas”, José Roberto Guzzo, que dividia a direção da revista *Veja* com Sérgio Pompeu desde o desligamento de Mino Carta em janeiro daquele ano escreveu sobre as incertezas do período:

Espíritos dados a comparações evocavam semelhanças entre a tensão da semana passada no Congresso e a atmosfera que reinava ali em alguns duros episódios do passado. E, enquanto os boatos – alguns fugazes, outros mais resistentes – pipocavam em todas as partes, as contas correntes do aperfeiçoamento democrático passavam por mais uma revisão. Como em outras ocasiões, falou-se de medidas táticas e objetivos estratégicos, em cirurgias no presente que possibilitariam mais saúde no futuro. Uma série de impasses completos, porém, a começar pela reconhecidamente difícil situação econômica, impedia que se visse com clareza os desdobramentos mais próximos do que ocorreu na semana passada.³¹

³¹ **Veja**. n. 396, 7 abr. 1976, p.19.

O chamado “impasse inflacionário” foi uma espécie de fantasma presente ao longo do período inicial de abertura política, que associado às manobras por parte do governo, como as novas regras de campanha eleitoral e a utilização de medidas arbitrárias calcadas nos Atos Institucionais fomentaram a contínua desconfiança por parte das revistas na distensão rumo a um Estado de direito democrático.

1.4 Novas regras para o mesmo jogo político

A vitória emedebista nas eleições de 1974 e a pressão por uma agenda mais concreta rumo à abertura política pareciam apontar tanto para um descontentamento com o modelo de governo vigente quanto para uma crescente adesão popular ao partido de oposição. Assim, buscando maior controle das eleições e procurando impedir que o horário político veiculado pela televisão fosse usado como espaço para críticas ou comentários negativos acerca do governo, foi regulamentada em 1976 a lei nº 6339, apelidada de Lei Falcão, remetendo ao seu criador, o então Ministro da Justiça, Armando Falcão. Segundo esta lei, que valeria para as eleições municipais que ocorreriam em novembro daquele ano, os candidatos deveriam apresentar na televisão apenas os seus currículos, a legenda e o número de registro da candidatura junto à Justiça Eleitoral. Representantes da ARENA defendiam que a lei buscava “disciplinar” a campanha eleitoral, igualar a propaganda entre aqueles que podiam ou não contar com atrativos

recursos audiovisuais para seus programas e evitar confusões entre os eleitores. Por outro lado, emedebistas utilizavam como argumento contrário à lei a falta de conhecimento curricular dos candidatos e as consequências políticas de uma eleição na qual os eleitores escolheriam entre desconhecidos os seus futuros representantes. A discussão ganhou destaque nas edições de *Veja*, principalmente entre junho e julho de 1976. Na edição de 30 de junho, a revista trata da maneira como ocorreu a votação do projeto:

Foram quase sete extenuantes horas de conturbadas discussões, inconformadas questões de ordem e agressivas provocações pessoais, devidamente acompanhadas por gritos e apupos. E até que o projeto fosse afinal aprovado, às 3 horas da madrugada de quinta-feira última, raras vezes algum senador ou deputado pôde iluminar o repleto plenário da Câmara com o brilho de uma intervenção elegante ou mesmo com a simples luz do comedimento.³²

Em matéria intitulada “Campanha de porta em porta”, *Veja* resumiu o cenário eleitoral após a Lei Falcão, atentando para a trajetória de intervenções do governo quanto às regras da propaganda política:

Primeiro, ela foi banida dos jornais em nome da necessidade de disciplinar o uso do dinheiro. Depois, dos muros,

³² *Veja*, n. 408, 30 jun. 1976, p.21.

árvores e postes das vias públicas, para que se conservassem limpas as cidades. Este ano, caiu a última barricada – a propaganda política foi quase inteiramente proibida no rádio e na televisão, pelo que se informou na época para evitar que eleitores desprevenidos, ouvindo ou vendo programas transmitidos de outra cidade, acabassem votando em candidatos de outra jurisdição. Foi assim que os interessados na conquista de um mandato de prefeito ou vereador, no próximo dia 15, se viram na dura contingência de dedicar-se a um trabalho quase artesanal, andando de casa em casa, falando de ouvido a ouvido, para convencer os eleitores de suas virtudes.³³

Os resultados das eleições foram favoráveis ao partido do governo, a ARENA, e na semana seguinte à realização das eleições, *Veja* estampou em sua capa uma versão pouco comum do semblante de Geisel. Sorrindo e com ar despreocupado, ao lado da manchete de capa, que anunciava o resultado do pleito “A vitória da ARENA”, esta edição destacou, ao contrário do que possa levar a crer a capa efusiva, uma crescente aceitação por parte dos eleitores de candidatos do MDB. Mesmo salientando que a vitória arenista ocorreu tanto em estados importantes do país como na contagem geral de municípios, a revista evidenciou que, se comparada ao pleito municipal de 1972, o partido de oposição avançou numericamente e

³³ *Veja*, n. 426, 3 nov. 1976, p.20.

continuava “de pé”. A revista destacou ainda que a verdadeira vitória se dava pela prática da livre política no Brasil e fortalecia a ideia de que eleições são benéficas ao processo e de abertura e nada tem de nocivas, como ainda teimam em insistir “alguns incrédulos” na capacidade de decisão política da população.

A revista *Isto É*, em artigo assinado por Bolívar Lamounier³⁴ também discutiu, ao longo da campanha eleitoral a “sensatez” do brasileiro no momento de votar. Para o sociólogo a teoria dos três estágios – desenvolvimento econômico, sucedido pelo desenvolvimento social e por fim o político – articulada nos anos que precederam a tomada do poder por Vargas e seus aliados, continuava em voga no país e influenciava a percepção elitista de que o brasileiro, como eleitor é no mínimo um “sujeito infantil”. Lamounier defende que o elitismo, entendido no referido artigo como “a tendência a atribuir uma incapacidade, ou pior ainda, uma irracionalidade, senão congênita, duradoura, muito duradoura, ao pobre do homem comum (...) em sua qualidade de eleitor, de homem político”, perpetua a ideia de incapacidade de discernimento do eleitor brasileiro, que seria então, incapaz de “racionalizar”. Corroborando com a continuidade dessa linha de pensamento, estariam acadêmicos e jornalistas, que ignoram que mesmo escolhendo participar do processo eleitoral apenas para votar em seu “patrão” ou no candidato por este indicado, o eleitor discerne e racionaliza conforme as possibilidades que lhe parecem mais favoráveis e menos prejudiciais, da mesma forma

³⁴ *Isto É*, n. 6, out. 1976. p. 22.

que diante de conjunturas variadas de um determinado momento político, os “homens da política” também optam por escolhas ou coalizões e o fazem sem constrangimentos e ao contrário do “homem comum” não são taxados de irracionais ou incapazes.

Sem contar com a maioria parlamentar desde 1974, outras medidas foram tomadas e representaram na época um retrocesso à distensão e aos anseios de ampliação de direitos políticos, que passavam a ganhar espaço nas discussões. Em abril de 1977, o Congresso foi fechado por 15 dias, episódio chamado no editorial de *Veja* de “recesso”, período segundo a revista no qual “o país passou a esperar pelas novas regras do jogo que lhe serão fornecidas pelo Executivo” e o “diálogo tão penosamente recomçado foi repentinamente substituído pelo silêncio”³⁵.

Ana Cristina Teodoro da Silva estudou as capas de revistas “como signos de olhares contemporâneos”, espaços nos quais ocorre a sedução inicial do leitor. Em sua pesquisa, salienta que o intuito das capas é o de, acima de tudo, comunicar e para que tal comunicação aconteça, as capas precisam trabalhar com códigos comunicativos que possam vir a ser amplamente lidos. Por isso, mesmo proclamando noticiar o “novo”, a comunicação feita pelas capas não inova, tendo em vista que por meio de códigos já existentes serão figurados textos e imagens que possam ser compreendidos pelo público leitor:

³⁵ *Veja*, n. 448, 6 abr. 1977 p. 19.

A capa é legível porque comunica, porque aproveita modelos prévios, modelos comuns de entendimento, contribuindo ainda para seu reforço. Não se trata de estimular a geração de novos significados; pelo contrário, explora-se o que se conseguiu forjar de vocabulário comum em uma longa temporalidade. (SILVA, 2011, p.145)

O que aparece como extraordinário nas narrativas elaboradas pelas revistas é o que Paul Ricoeur (1994) chama de “peripécia”. O excepcional em um episódio narrado é o que cria o acontecimento jornalístico e a síntese do acontecimento costuma figurar nas capas, pois

A capa é a comissão de frente, precisa atrair assinantes. O objetivo de vender a notícia como uma mercadoria tem como consequência outra forma de censura: não a política, que pode chegar a truculência de armas e bombas, mas a do mercado, que pode fazer fechar a porta dos estabelecimentos. (SILVA, 2011, p. 89)

A capa da edição de *Veja*, de 13 de abril de 1977, chamou atenção para as “As novas regras do jogo”, destacando a palavra “reformada”, referindo-se ao texto constitucional, que foi representado em segundo plano, junto ao brasão de armas nacional. Os artigos que trataram da reforma política nesta edição descreditaram as possibilidades de abertura política, pois entendiam que diante dos últimos acontecimentos, ou nas palavras

usadas pela revista, diante das “ásperas reformas” o “sonho político acabou” e as “esperanças foram desfeitas”.

Pela quarta semana consecutiva, *Veja* destacou em sua capa o tema “reformas” e na edição de 20 de abril, o desenho de um homem parado diante de um muro de tijolos acompanhava a frase “Depois das reformas a política sem saída”. Sob forte descontentamento e incredulidade na realização de uma iminente distensão política, esta edição abordou as medidas tomadas durante os dias de recesso. Entre as alterações decretadas pelo presidente Ernesto Geisel estavam a eleição indireta para governadores, assim como a eleição indireta de um terço dos senadores – os apelidados senadores biônicos - o fim da exigência de dois terços dos votos para a aprovação de emendas constitucionais, o aumento do mandato presidencial de cinco para seis anos a partir do presidente sucessor de Geisel e a Lei Falcão, que fora instituída no ano anterior para controlar a propaganda política das eleições municipais passaria a vigorar para as eleições gerais. Esse conjunto de medidas, tomadas a partir do uso dos poderes conferidos ao presidente pelo Ato Institucional nº 5, de 1968, foram chamados de Pacote de Abril e podem ser compreendidos como um momento de significativas mudanças e anseios no processo de distensão política, pois evidenciaram que a negociação inteiramente mediada pelo governo não seria o caminho mais garantido à abertura democrática.

Veja e *Isto É* construíram suas narrativas acerca dos três primeiros anos do governo Geisel – 1974, 1975 e 1976 – como uma trajetória de avanços e retrocessos

pautada nas balizas políticas da chamada abertura. Questões relativas a modelos econômicos também foram abordadas consecutivamente, conforme procuramos evidenciar ao longo desse capítulo. Paralelamente, novos atores e práticas sociais escapavam aos estritos controles institucionais. Contudo, seja por conta da censura ainda presente e atuante ou mesmo por ainda não serem considerados de grande relevância para a imprensa, pouco apareceram nas páginas das revistas analisadas até meados de 1977. Grupos que até então não haviam sido convidados a atuarem politicamente, passaram a exigir maior atenção as suas causas e as ruas voltam a ser ocupadas. A pressão internacional também influenciou modificações no tom das respostas demandadas pela sociedade e, de diferentes formas, exige-se mudanças. Esse novo cenário no qual novos atores políticos passaram a fazer parte e como suas demandas foram acompanhadas e narradas pelas revistas é o que se propõe analisar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II - A ABERTURA E A AMPLIAÇÃO DAS PAUTAS REIVINDICATÓRIAS

A partir de 1974, ano de posse do presidente Ernesto Geisel, pautas reivindicatórias ganharam espaço de discussão nos meios de comunicação e diferentes segmentos sociais manifestaram-se em favor do acesso à difusão e alargamento de práticas cidadãs. Ao levantar questões referentes à participação democrática, à efetiva liberdade de expressão, aos direitos dos trabalhadores, das mulheres, entre outros, surgem também novas significações para o conceito de cidadania, tendo em vista que o momento de efervescência de diferentes lutas e ações de distintos atores sociais. Tais reivindicações perpassavam tanto as vias da política institucional, evidenciada, por exemplo, nas expressivas votações que o MDB recebia nos pleitos ao longo da segunda metade da década de 1970, como na existência de novas formas de organização da sociedade civil na busca por melhores condições de vida.

O enfoque deste capítulo remete ao espaço e à abordagem dos movimentos reivindicatórios nas revistas *Veja e Isto É*, bem como identificar de que maneiras as revistas colocavam-se como intérpretes da realidade aos seus leitores e como participantes da legitimação de saídas políticas para a chamada transição democrática, norteadas por um viés liberal e conciliatório.

Nos últimos anos, trabalhos realizados por profissionais da História e das Ciências Sociais tentaram

sanar a ausência de pesquisas referentes aos impactos políticos da atuação da mídia na história brasileira. Mesmo em meio à consolidação dos meios de comunicação de massa no país, principalmente a partir dos anos 1950, as representações de mundo construídas por diferentes mídias costumam ser secundárias quando se pensa nos atores partícipes de transformações políticas. Segundo Luís Felipe Miguel (2000), o impacto social das mídias pouco foi abordado pelas principais obras de história política, que se debruçaram sobre o período compreendido entre 1930 e as últimas décadas do século XX. Entre as causas que poderiam explicar a ausência da mídia nas análises políticas são destacados “os hábitos de pensamento herdados por historiadores e cientistas políticos, acostumados a ver o campo da política tomado apenas por partidos, governos, forças armadas, Igreja e, quando muito, sindicatos” (MIGUEL, 2000, p. 197). Outra explicação, segundo o autor, está na ideia de que a política se faz em “bastidores, em salas secretas”, enquanto o que acontece no palco midiático seria apenas para distrair o povo. Estas abordagens conservariam a imagem de que a capacidade de atuação política é algo inacessível à grande parcela dos participantes do jogo democrático.

Assim como as narrativas históricas, aquelas realizadas pelos jornalistas selecionam acontecimentos que organizam nossa existência temporal. A partir desta organização, identificamos que a lógica atribuída ao que vem a ser passado, presente e futuro é construída visando tornar inteligível a experiência humana, dentro do que Paul Ricoeur chamou de tempo histórico. Ao reconciliar Memória e História como dimensões diferentes, mas

complementares, o autor considera que as ações humanas organizadas, por exemplo, por meio de um calendário, entendido aqui como um ato narrativo, conformam a experiência temporal. Ao incorporar suas organizações temporais por meio de atos narrativos, utilizando-se de circunstâncias, conjunturas, ocorrências e memórias a imprensa elabora intrigas, que dotam de sentido acontecimentos dispersos e distintos, contribuindo assim, na tessitura de representações temporais.

Paralelo ao acentuado discurso crítico das revistas, que contavam com maior liberdade para expor suas ideias, o fortalecimento de movimentos sociais propiciava o aumento de pautas relacionadas às reivindicações. Entre as temáticas relacionadas à busca pela retomada de um estado efetivamente democrático e um aperfeiçoamento da prática cidadã serão destacadas neste capítulo, em um primeiro momento, as mobilizações de denúncia contra as arbitrariedades cometidas sob a tutela de um arcabouço legal permissivo quanto às práticas autoritárias e o posicionamento das revistas diante de questões referentes à defesa dos direitos humanos. Na sequência, serão destacadas as narrativas referentes às mobilizações da sociedade civil, que ganharam força e retornaram ao cenário público mais bem articuladas, como os movimentos organizados por estudantes. Serão tratadas ainda, como figuraram nas revistas pautas acerca dos movimentos organizados por trabalhadores e os impasses relacionados à maneira como se daria a aprovação da Lei de Anistia, em 1979. Na virada da década, destacaremos as mobilizações pelo exercício de representação política por meio do voto.

2.1 No interior do Pacote de Abril: novos tempos?

De diferentes maneiras, articulações de cunho político e de iniciativa de populares foram abordadas pelas revistas *Veja* e *Isto É* ao longo do processo de afrouxamento do aparato repressor. No entanto, como a agenda para o reestabelecimento da normalidade democrática, além de ser orientada pelo próprio governo, não estabelecia datas ou medidas concretas para a distensão, percebe-se nos textos das revistas que passado o entusiasmo subsequente ao anúncio de abertura de diálogo proposto pelo presidente Geisel predomina certo pessimismo quanto ao futuro político do país.

Segundo o historiador Carlos Fico (1999), ao longo da história do Brasil é possível perceber que leituras otimistas e pessimistas intercalam-se em conjunturas ou fases. Tais períodos poderiam ser explicados a partir de momentos nos quais existem expectativas ligadas a circunstâncias mais imediatas por parte da sociedade, ou por meio de estudos de intelectuais, que pautados em fenômenos de longa duração e dialogando com leituras feitas em outras épocas, conseguem identificar expectativas de futuro ou a compreensão de fracassos passados.

Conforme discutido no capítulo anterior, as seções de economia das revistas abriram a possibilidade de converter-se em espaço de crítica ao governo. Temáticas como o aumento da inflação, a perda real do valor dos salários e as pressões decorrentes do fim do milagre econômico são exemplos de questões que entre

1974 e 1976 acentuaram motivos para questionar ações do governo. A precariedade da saúde pública, os desafios da educação básica e do ensino superior, o crescimento desordenado das cidades e as más condições das rodovias também foram assuntos destacados em reportagens e capas durante os anos iniciais da abertura. Entretanto, o que se percebe, a partir de 1977, principalmente na revista *Veja*, se comparada ao momento inicial da abertura política, é que as narrativas passaram a ser mais diretas na crítica ao modelo político e a falta de liberdades imposta ao longo do governo militar. A revista *Isto É*, lançada em maio de 1976, trouxe desde seu primeiro número textos com forte crítica às ações do governo, utilizando em larga escala análises irônicas e o inconformismo que o cenário político nacional despertava.

Em reportagem assinada pelo jornalista econômico Aloysio Biondi na revista *Isto É*, em março de 1977, foram apresentados dados referentes ao pessimismo generalizado disperso entre a opinião pública naquele momento, mesmo em meio a dados favoráveis, como o aumento na oferta de emprego e a valorização dos preços de diversos produtos agrícolas. Biondi tenta explicar o fenômeno:

Nos coquetéis de empresários, nas salas de visitas da classe média, nas mesas dos bares dos intelectuais, “o Brasil vai muito mal. 1977 será um ano negro”. Tem razão, tem toda a razão: basta abrir os jornais e sair à cata das informações

mais ou menos escondidas para ver que isso é verdade. (...)

Aparentemente, o clima negativo em relação a 1977 decorre de uma “reversão de expectativas” detonada pelo próprio governo, deliberada ou involuntariamente.¹

O jornalista analisa com bastante ironia que a suposta crise não seria econômica, de fato, mas relativa a mudanças na postura governista que, fomentadas por uma “atordoada imprensa”, instalavam um clima de tensão em torno das expectativas que eram criadas quanto ao futuro próximo do país. Cabe ressaltar que, mesmo com índices de crescimento econômico inferiores aos apresentados no início da década de 1970, a média anual de crescimento ainda era bastante alta para os padrões brasileiros. A análise das revistas ao longo de todo o ano de 1977 e 1978 nos leva a crer que o foco da crítica elaborada pelo corpo de jornalistas da revista *Isto É* passou a ser pautada diretamente nos planos políticos, ou a falta destes por parte do governo. São reconhecidas algumas mudanças desde a proposta de distensão, inclusive a abertura de um diálogo mais constante com o partido de oposição, o MDB, entretanto, na opinião dos jornalistas que compunham o corpo editorial da revista as principais realizações ainda estavam longe de se concretizar, conforme exemplifica a reportagem referente ao terceiro aniversário do mandato de Geisel:

¹ *Isto É*, n. 11, 9 mar. 1977, p. 72.

O presidente tem dado a mais de um político a delegação para que transacione com o MDB no mercado de fórmulas. Mas não existe, ou pelo menos não se conhece, ou, na melhor das hipóteses, ninguém jamais viu ou ouviu falar do projeto do governo. (...)

É forçoso reconhecer que o Brasil terá caminhado um pouco para frente: há hoje mais liberdade de informação e debate do que em qualquer época posterior à edição do AI-5, os brasileiros, pelo menos para não esquecerem, puderam ver como funciona uma eleição inteiramente livre, em 1974, quando aliás, tiveram a ingratidão de votar no MDB embora a festa fosse patrocinada pelo governo; e como foi dito e redito nestes últimos dias de discussão dos direitos humanos, as conquistas residuais da distensão terão contribuído muito para conter arbitrariedades, policiais ou não.²

A postura crítica de *Veja e Isto É*, publicações que apontavam problemas de cunho político, econômico e social, contrastava com a imagem que o governo buscava propagandear do país. Durante o regime militar foram elaboradas campanhas cujo objetivo era fortalecer valores, ligados ao amor à pátria, a instituição familiar e ao caráter do povo brasileiro. Articulados pela AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas – tais valores

² *Isto É*, n. 13, 23 mar. 1977, p.27.

buscavam sanar as mazelas causadas por uma pretensa “crise moral”, que estaria abalando o país e que havia sido usada como um dos pretextos para o golpe em 1964, que deveria restaurar valores “éticos e morais”. Explicar os problemas brasileiros a partir de uma “crise moral” tanto os isola de seu contexto político, social e econômico como justifica “amplas reformas morais” propostas pelos militares (FICO, 2009). Contudo, durante os anos que culminariam no retorno do governo às mãos civis, não foram apenas os militares e seus apoiadores que fizeram usos do conceito de “crise moral”, tendo em vista que “a noção de crise moral também serviu como uma forma branda de crítica, por parte da oposição, que não podia explicitar completamente suas opiniões em função da censura e da perseguição política” (FICO, 1999, p.45).

Os governos militares também alimentavam grande preocupação com a imagem do Brasil no exterior. Durante o governo Médici, ainda em meio aos números otimistas do acelerado crescimento foi difundida a ideia de que atrelado ao “milagre econômico” ocorreria também o progresso social, que elevaria o Brasil a níveis de desenvolvimento comparados aos das nações industrializadas. Quando os números deixaram de ser favoráveis e denúncias de severas violações aos direitos humanos passaram a aparecer na imprensa internacional, suscitou-se por parte do governo a ideia de que manipulações estrangeiras visavam minar a imagem positiva do país que, em breve, se tornaria uma grande potência mundial.

Em março de 1977, mês anterior ao anúncio das medidas que discricionariamente alteraram as regras do jogo político então vigente, apelidadas de Pacote de Abril, a capa de *Veja* do dia 16, trouxe dois punhos cruzados, evidenciando uma disputa de forças entre Estados Unidos e Brasil e um possível confronto ideológico gerado pela interferência estadunidense no modelo político brasileiro. Esta edição detalhou a repercussão gerada pela recusa por parte do Brasil em aceitar auxílio militar estadunidense, tendo em vista que tal ajuda estaria sendo realizada mediante a análise e elaboração de relatórios acerca do tratamento dado aos direitos humanos no país, assim como nos demais países auxiliados. Ao mesmo tempo em que era denunciado o acordo militar entre os dois países, firmado em 1962 e o auxílio oferecido pelos norte-americanos, em 1964, à deposição do presidente João Goulart, outras vezes reivindicavam explicações acerca da afronta à soberania nacional por parte dos Estados Unidos. O relatório elaborado no final de 1976³ detalhava a situação brasileira salientando que mesmo tendo assumido publicamente o compromisso com uma gradual institucionalização de liberdades políticas e civis, por meio da abertura de diálogo, as ações do presidente Ernesto Geisel mantiveram-se calcadas na Lei de Segurança Nacional e no Ato Institucional n.º 5, bem como na intervenção em atividades parlamentares estaduais, salientado que tal lei dava ao Executivo amplos poderes de restrição ao exercício de direitos públicos ou privados, bem como a suspensão do *habeas-*

³ *Veja* transcreveu o relatório estadunidense sobre a postura do governo brasileiro na edição n. 445, de 16 de março de 1977.

corpus e de recursos judiciais. O relatório destacou ainda que denúncias de arbitrariedades por parte do governo passaram a ser apresentadas pelo partido de oposição, o MDB, principalmente após a expressiva vitória nas urnas no pleito de 1974. O ativo debate político, que ganhou espaço de discussão na imprensa foi beneficiado, segundo análise estadunidense pelo “abrandamento dos controles de censura”. Em relação à Constituição Brasileira, o relatório descreve que as garantias asseguradas pela Carta são suplantadas por “medidas excepcionais” que permitem ações pautadas em articulações à margem da lei constitucional, não havendo por parte do Executivo a intenção efetiva de abdicar de tais “poderes especiais”.

Fazendo uso de artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de queixas realizadas por entidades como a Ordem dos Advogados e do Brasil e a Comissão Brasileira de Direitos Humanos e de relatórios realizados fora do país, o relatório estadunidense alegou a ocorrência no Brasil de violências “físicas, mentais e sexuais”. Identificou ainda, que mesmo ocorrendo afastamentos e investigações dirigidas por diferentes órgãos ligados ao governo, nada assegurava a continuidade de ações pautadas no respeito à integridade humana.

Mesmo sob pressão e censura, denúncias de violação aos direitos humanos ao longo dos anos do regime militar vinham sendo feitas dentro e fora do país e o assunto estava na pauta de diferentes grupos e organizações. Em 1974, a Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil teve como temática os

direitos humanos. Nesse mesmo ano, Dom Paulo Arns expôs no Sínodo Mundial dos Bispos em Roma a delicada situação dos cidadãos brasileiros diante dos registros de tortura e outras formas de violências sistematizadas. No ano seguinte, a morte de Wladimir Herzog, jornalista e diretor da TV Cultura no DOI-CODI de São Paulo causou grande furor nacional e o culto ecumênico realizado na Catedral da Sé se transformou em um ato público de protesto contra as vítimas do regime.

A capa de *Veja* de 23 de março de 1977 destacou o debate mundial acerca dos Direitos Humanos, com recursos imagéticos significativos. Sobre o símbolo da ONU – Organização das Nações Unidas - estavam sobrepostos os seis primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos onde três marcas de tiros de arma de fogo davam a entender que tais direitos estavam feridos e sangrando. Na Carta ao Leitor desta edição houve a referência a uma “vigorosa onda de resistência contra as diferentes formas de desrespeito à dignidade e a vida”, destacando a atuação do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, como agenciador de discussões sobre o assunto, que segundo a revista havia sido o tema de destaque em todo o mundo naquela semana. Além disso, o editorial destacava que, além de figuras públicas e renomadas, a defesa da dignidade humana era feita também por “heróis anônimos”, que agiam cotidiana e pacientemente nas causas dos direitos humanos. Esta edição de *Veja* apresentou uma extensa matéria intitulada “Pela condição humana”, na qual destacou o discurso do presidente Carter realizado na ONU em prol de uma moralização política favorável a

defesa de condições mínimas de garantia de direitos. A reportagem salientou que, de maneira inédita, uma série de palestras, encontros e mobilizações “de um ponto a outro do mundo” evidenciavam “uma renovada consciência do respeito pelo ser humano”. Entre os exemplos de violação à condição humana foram citados casos de prisões arbitrárias ocorridas no Chile, após a derrubada do presidente Salvador Allende em 1973, segregação e humilhações públicas na África do Sul, fuzilamentos no Irã, massacre em Uganda e práticas de tortura nas prisões da Coreia do Sul. Contudo, chama atenção o fato de nenhuma informação fazer qualquer referência a acontecimentos ocorridos no Brasil no tocante à violação de direitos humanos. A ação da Anistia Internacional em diferentes países do mundo também foi abordada e novamente, nenhuma informação a respeito do Brasil aparece como exemplo ou referência.

A revista *Isto É* também repercutiu o discurso do presidente Jimmy Carter em defesa dos direitos humanos. Assim como *Veja*, enxergou as mobilizações como uma onda, um modismo, que, contudo, estava “prestes a despertar”, tendo em vista que diferentes órgãos e associações internacionais já vinham trabalhando há anos em prol dos direitos humanos, mas que de “chatos” passaram a heróis, dada a discussão do momento. *Isto É* exemplifica desrespeitos aos direitos humanos e órgãos que atuam em diferentes países, citando casos internacionais de prisões políticas e falta de liberdades. O jornalista Tão Gomes Pinto teceu reflexões sobre os usos estratégicos da discussão por parte dos Estados Unidos, acentuando que a postura estadunidense ia além de assumir o papel de defensor das liberdades, pois

convergia para interesses de política externa. No Brasil, a temática suscitou discursos inflamados “carregados de retórica, mas de discutido sentido prático” e cita o exemplo do Conselho de Direitos e Defesa da Pessoa Humana, criado em 1961, mas que há anos não se reunia.⁴

Em junho de 1977, a questão dos direitos humanos volta a ser destaque de capa da revista *Veja*, na qual a matéria principal tratava da visita da primeira dama estadunidense Rosalynn Carter ao Brasil. No editorial, o então diretor de redação José Roberto Guzzo buscou explicar aos leitores que fatos “aparentemente tão diferentes”, na verdade, relacionavam-se “de alguma forma, por laços comuns”. O jornalista estava se referindo à visita de Rosalynn, às ameaças que continuavam pesando sobre mandatos de parlamentares e ao “desassossego reinante em algumas das principais universidades brasileiras” fazendo alusão aos protestos estudantis dos meses anteriores. Buscando ordenar os fatos explicou que naquela edição, se buscava “descobertar os laços, ainda que tênues, que estariam a interligar acontecimentos desenrolados em palcos diferentes” ao longo dos últimos dias.

No artigo que tratou da visita de Rosalynn Carter foram “costuradas” as temáticas mencionadas no editorial e acrescentados outros assuntos foram destacados em edições anteriores, como a sucessão presidencial e a aprovação em primeiro turno da emenda divorcista do Senador fluminense Nelson Carneiro. A

⁴ *Isto É*, n. 12, 23 mar. 1977.

primeira dama foi chamada de “emissária da trégua” entre Brasil e Estados Unidos, porém, a sua visita seria responsável, segundo o texto de *Veja*, por consequências no cenário político nacional, ao estimular a retomada do diálogo entre governo e setores da sociedade que, insatisfeitos, reivindicavam mudanças e aceleração no processo de transição. Entre os segmentos que mais exigiam atenção, estavam os estudantes, que multiplicavam mobilizações em diversos estados brasileiros. As atividades da Universidade de Brasília estavam suspensas devido à greve dos estudantes e à notícia de que novas prisões envolvendo universitários dificultavam ainda mais as possibilidades de um acordo.

A matéria chamou atenção ainda para uma aproximação que ocorreu nesse processo de negociação:

Nesse esforço quase desesperado para construir uma ponte por onde fosse possível restabelecer o diálogo entre a reitoria e os estudantes, os políticos praticamente esqueceram as fronteiras que separam ARENA e MDB. Essa singular disposição, por sinal, já se manifestara antes, quando as lideranças dos dois partidos começaram a tatear em busca de pontos comuns que ajudassem a superar as dificuldades que acumulavam no horizonte.⁵

⁵ *Veja*, n. 458, 15 jun. 1977.

Para a revista, havia “boa vontade” por parte dos representantes dos dois partidos no sentido de agir em prol do retorno à normalidade política, ao estado de direito. O que, contudo, não estava muito evidente era a maneira como MDB e ARENA agiriam rumo ao objetivo declarado comum.

2.2 ARENA e MDB: entre divergências e convergências

Ironizar a falta de um projeto, ou de uma agenda que servisse de guia para o reestabelecimento das normalidades legais mínimas ao funcionamento de uma democracia, foi uma constante nas edições das revistas analisadas ao longo da pesquisa. A própria iniciativa do presidente Ernesto Geisel fora entendida como uma intenção vaga e de caráter pouco prático. Para as revistas, entre períodos de maior diálogo e momentos de grande afastamento ou desesperanças entre os políticos, o que se mantinha estável era a falta de clareza nas intenções, no sentido de efetivar aquilo que estava no campo das ideias. O pronunciamento de líderes partidários fora usado diversas vezes para confirmar as narrativas de “falta de rumo” criadas pelas revistas, como no excerto abaixo extraído de *Veja*:

“Por enquanto, o que temos são fiapos de nuvens que se adensa. Vamos esperar chover. Não se precipite ou acabaremos por morrer na mesma seca”. Com esse

conselho de imagens poéticas, um alto dirigente do MDB faz apelo em favor da discrição sobre as conversações reiniciadas, nos últimos dias, com alguns comandantes arenistas, em busca de caminhos que permitam a restauração plena do estado de direito até o final do governo Geisel. Os interlocutores se multiplicam, dentro e fora do congresso, num esforço que começa a refazer as esperanças destruídas com a decretação do “pacote” de reformas constitucionais, em abril passado.⁶

A reportagem apontava ainda para uma preocupação por parte do MDB no sentido de “harmonizar suas correntes internas de modo a fazer com que toda a oposição fale sempre a mesma linguagem nessa negociação”. Com a multiplicação das pautas reivindicatórias, novos caminhos eram criados como alternativas para por fim ao estado de exceção imposto pelos governos militares. A convocação de uma Assembleia Constituinte, a expansão do diálogo com o governo “evitando a radicalização” e o retorno de eleições diretas para a presidência da República estavam entre as possibilidades de “desarmonia” no discurso emedebista, segundo *Veja*.

Isto É também propôs que o MDB estava “imerso em contradições” e avaliou que as “promessas de abertura do governo” foram as responsáveis pela falta de foco em objetivos comuns, citando a discussão do retorno

⁶ *Veja*, n. 459, 22 jun. 1977, p 21.

ao pluripartidarismo como temática que dividiria a oposição e poderia levar o partido a derrotas futuras.

Segundo a historiadora Alessandra Carvalho (2011), mesmo depois de mais de dez anos de funcionamento do sistema bipartidário, muitos políticos ainda continuavam a ser identificados pelo pertencimento às siglas que na qual estavam afiliados antes de 1965. Encarado como um agravante da crise de 1964, o pluripartidarismo apareceu nos discursos dos defensores do golpe militar, inclusive por parte da imprensa, como um entrave à ordem política. Mudanças foram sendo realizadas com o objetivo de manter uma maioria parlamentar aliada ao governo ao mesmo tempo em que o “disfarce democrático” era mantido, por meio de uma “oposição moderada”, eleições diretas para os cargos de deputado estadual e federal, vereador e prefeitos de cidades entendidas como não sendo “área de segurança nacional”.

As constantes mudanças na ordem política, o fechamento do Congresso e a cassação de mandatos contribuíram para interpretações que minimizaram a ação político-partidária ao longo dos governos militares. Entretanto, Carvalho sinaliza para uma relação entre governo e partidos políticos marcada por enfrentamento, negociação, diálogo e influência. As acusações de “falta de diálogo” partiam tanto dos emedebistas como dos arenistas e, ainda, por parte do governo, diante de episódios que desafiavam o ordenamento proposto para a distensão.

No mês de julho de 1977, a revista *Veja* articulou diferentes temáticas em torno da cassação do mandato e direitos políticos de José Alencar Furtado, deputado federal e líder emedebista Câmara, trazendo em sua capa a temática na edição de n. 461. Ao noticiar o jogo entre a seleção de futebol brasileira e a da França no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, a revista informou que o Brasil ganhara destaque na televisão daquele país. Aspectos da cultura brasileira “deleitaram telespectadores franceses”, que tiveram ainda a possibilidade de receber explicações sobre a “relativa democracia” brasileira por meio de uma entrevista com o presidente Geisel. Entretanto, segundo a revista, a cassação recente do deputado emedebista Alencar Furtado, fora “sonogada aos franceses, quem sabe para não confundir sua iniciação nos relativismos democráticos”⁷. A cassação justificava-se, segundo o governo, devido às duras críticas realizadas em cadeia nacional, dias antes, por quatro representantes do MDB, entre eles Furtado e Ulysses Guimarães. *Veja* reproduziu partes das “ácidas” e “diretas” críticas, entre as quais o AI-5 foi chamado de “testemunho universal da anormalidade democrática” e que transformou “a Carta Magna num édito partidário” que afronta os “padrões de decência jurídica de um povo”. Sobre a censura, declararam que “é crime contra as instituições, a inteligência e a cultura de um país, pois violenta o direito do homem à informação”. E ainda sobre o próprio MDB, afirmavam não se tratar de um “partido frustrado, ressentido ou revanchista”, e sim um “partido provado e sofrido”.

⁷ *Veja*, n.461. 06 jun. 1977.

O então chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e futuro Presidente da República, João Figueiredo comentou o programa dizendo não ter gostado do que viu e questionou “é dessa maneira que eles querem o diálogo?” Da mesma forma, a ARENA respondeu “com dureza” às críticas levantadas pelo MDB, acusando-os de tentarem novas manobras políticas.

Observa-se uma preocupação em estabelecer contato com o eleitorado por meio de campanhas que propunham atender às demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que buscavam garantir o número de votos necessários à eleição. Cabe lembrar que entre os anos de 1960 e 1970, o eleitorado cresceu significativamente no país. Em 20 anos, o percentual de eleitores adultos passou de 43% para 83% da população, informação que não pode ser ignorada quando nos deparamos com análises que reforçam a despolitização do período. Por outro lado, a manutenção da dinâmica eleitoral foi utilizada como suporte legitimador, corroborando para o consentimento do regime militar por parte da sociedade (CARVALHO, 2011).

Em setembro de 1977, o MDB realizou uma importante convenção partidária, na qual delimitou objetivos mais concretos para as futuras campanhas, no sentido de promover o “reordenamento jurídico do país”. A convocação de uma Assembleia Constituinte passou a ser entendida como prioridade no caminho que levaria ao fim do autoritarismo. O então presidente do MDB, Ulysses Guimarães, declarou à imprensa que com essa atitude, o partido demonstrava “coesão” ao afinar melhor o teor de suas propostas. O partido já havia tentado

promover discussões acerca da necessidade de reformulações na legislação, descaracterizada pelos Atos Institucionais. Mas, a partir de 1977, a estratégia da agremiação era a de passar a discutir publicamente a Constituinte em assembleias estaduais e municipais, uma vez que, se comparado aos anos anteriores, o cenário nacional naquele momento parecia mais favorável. *Veja*, ao tratar do tema, destacou a importância da imprensa como uma das aliadas na reconstrução da democracia:

Os instrumentos de força ainda não desapareceram – o AI-5, continua em vigor, o rádio e a televisão continuam interditados aos políticos, e mesmo assim as praças públicas só lhes são franqueadas em raros momentos de boa vontade. Ainda sim, o MDB pode contar agora com o engajado apoio às suas teses de vários setores da opinião pública – a Ordem dos Advogados do Brasil, intelectuais e juristas responsáveis pela recém-divulgada “Carta aos Brasileiros”, os estudantes passaram a enfrentar a Polícia em atrevidas passeatas pelas principais cidades do país.⁸

Os emedebistas defendiam que a Constituinte era “a voz da nação que emana da livre vontade do povo” e que não poderia continuar a ser ignorada por um “governo surdo” aos clamores por liberdade e democracia. Tancredo Neves, naquele momento

⁸ *Veja*, n. 472, 21 set. 1977, p. 21.

deputado pelo MDB, declarou a *Veja* que a luta pela Constituinte era uma resposta a falta de alternativas diante das reformas do Pacote de Abril. Da mesma maneira, os arenistas, fazendo uso de notas à imprensa respondiam que o mais “eloquente argumento” de sua aprovação por parte da sociedade refletia-se nas urnas, na qual eram consagradas a “confiança na Revolução e no seu partido”. Identificavam ainda na proposta da Constituinte um “apelo eleitoral e não uma solução”, e que, com a ajuda do governo, a ARENA ampliou o debate visando “o aperfeiçoamento das instituições democráticas”.

Observou-se nas páginas analisadas de *Veja* e *Isto É* que os impasses políticos, concordâncias e discordâncias entre os partidos e momentos de tensão que antecediam decisões presidenciais eram apresentados aos leitores como um enredo dotado de um sentido de continuidade. Novos capítulos dessa trama eram narrados semanalmente pelas revistas, que faziam usos de artifícios temporais, como retrospectivas, aniversários de datas construídas como politicamente importantes e imprescindíveis à compreensão do presente. Um exemplo do uso de tais artifícios de rememoração do passado, visando interesses pontuais no presente, esteve presente na edição de 9 de novembro de 1977, quando *Veja* publicou uma reportagem especial sobre os quarenta anos de implantação do Estado Novo e, na ocasião, deu voz a diferentes personalidades políticas que trataram do tema sob diferentes pontos de vista. Entre os entrevistados, o professor e político Barbosa Lima Sobrinho fez usos de argumentos para comparar o Estado Novo com o período

vivenciado pelo país a partir da implantação do AI-5 e, em sua opinião, embora muitos excessos fossem praticados, “escudados nos termos de uma Constituição autoritária que, estabelecendo a censura prévia, privara o governo da vigilância insubstituível da liberdade de imprensa” ainda assim, a Constituição de 1937 não eliminou o *habeas-corpus* como ferramenta jurídica que garantia a liberdade individual dos cidadãos. Em contrapartida, o AI-5, em vigor desde 1968 dispõe sobre a suspensão da garantia deste instrumento nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Para o professor, “o direito do *habeas-corpus* era, pelo menos, uma janela aberta para a liberdade e para a segurança individual e que, na verdade, funcionou enquanto durou a Constituição de 1937”.⁹ Esse exemplo nos leva a crer que a revista tinha entre os seus objetivos, além de rememorar um período de exceção vivenciado nas décadas anteriores, compará-lo à situação corrente, pondo em cheque o teor autoritário do regime militar vigente.

As *tramas* construídas pelas revistas revelam o anseio por um “final” democrático, entretanto, os meandros que os personagens envolvidos haveriam de passar, ainda estavam sendo escritos, pois, como nos informa o título do livro de Eder Sader, o fim da década de 1970 é momento em que “novos personagens entram em cena”.

⁹ **Veja.** n. 479, 7 nov. 1977. p. 30.

2.3 O movimento estudantil rompe o silêncio

Ao analisar as edições do ano de 1977, principalmente após as medidas impostas pelo Pacote de Abril, é possível observar nas revistas uma conjuntura de acirramento de críticas, que evidenciam o esgotamento do modelo autoritário. Nas capas de *Veja* e *Isto É*, temáticas relacionadas à economia e à política começaram a dividir espaço com assuntos referentes a manifestações da sociedade civil. Na edição de 25 de maio, *Veja* classificou o período como “tempos difíceis” e “tempos de incertezas e antagonismos”, nos quais “a dúvida e o desencanto com as excelências das instituições políticas atuais” motivaram movimentos “em favor de mudanças”. Nessa conjuntura, o movimento estudantil, que voltava às ruas para posicionar-se em favor da libertação dos presos políticos, pelo fim da tortura e perseguições e mesmo estando na opinião da imprensa mal articulado, era um significativo exemplo da “onda de mudanças” e já parecia preocupar o governo, que dizia estar “empenhado em ver mantida de maneira integral a ordem pública”. A revista registrou que por meio de cadeia nacional de rádio e televisão, o ministro da educação Ney Braga, “materializando uma decisão pessoal do presidente Ernesto Geisel” buscou “devolver a ebulição estudantil aos limites do campus”:

Com voz pausada, o fluente, experimentado Braga enumerou realizações oficiais no campo da educação, mencionando mais uma vez a presença de “agitadores entre os estudantes” e observou otimista, que “a

universidade não aceitaria a radicalização”. Na semana anterior, recordou o ministro, “uma parcela extraordinária de brasileiros ficou realmente nas salas de aula, estudando”.¹⁰

Entretanto, o retorno dos estudantes, mesmo que nesse primeiro momento pouco articulado e descredibilizado pelo governo, que incutia a ideia de que as mobilizações não possuíam de fato origem estudantil, mas se tratavam de “subversivos infiltrados”, deveria, na opinião da revista, ser encarado como um “sintoma de que nem tudo vai bem na universidade” e a tendência das assembleias e mobilizações era expandir sua atuação para além do ambiente universitário, como as edições seguintes acabaram evidenciando.

Se comparado à década de 1960, o Movimento Estudantil, que voltava a ocupar as ruas em 1977, havia passado por significativas transformações. Para Skidmore (1988), desde o golpe e a derrubada de Goulart, o radicalismo estudantil já era motivo de preocupação por parte do governo. Em 1964, a Lei nº 4.464, apelidada de Lei Suplicy de Lacerda, nome do então ministro da Educação e Cultura, proibiu o engajamento e criou uma nova estrutura para as associações estudantis. Em resposta, foram organizados protestos e boicote as eleições para diretórios que seguiam a plataforma imposta pela lei. Outras maneiras de desarticulação se

¹⁰ **Veja**, n. 455, 25 mai. 1977, p. 27.

deram no círculo universitário por meio de afastamentos, aposentadoria compulsória e exílio de professores, como ocorreu na Universidade de São Paulo (USP).

O ano de 1968 fora marcado pela ocorrência de diversas mobilizações contrárias ao regime, entre as quais se destacam a missa pelo estudante Edson Luiz de Lima Souto, morto pela polícia no Rio de Janeiro, a “Passeata dos Cem Mil” e a “Batalha da Maria Antônia” na qual estudantes da conservadora Universidade Mackenzie sitiaram a Universidade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Nessa época, o Movimento Estudantil já estava ligado a grupos políticos que evidenciavam o desejo de combater a ditadura por meio da luta armada (VALLE, 1999) e que, forçados pela crescente repressão agiam na clandestinidade. Entre as organizações e partidos políticos ligados ao ME podemos citar a Dissidência da Guanabara (DI-GB), a Dissidência de São Paulo (DI-SP), a Ação Popular (AP), a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), entre outros. Segundo Marcelo Ridenti (1993) grande parcela dos militantes que optaram pela luta armada naquele momento eram dissidentes do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Com a promulgação do Ato Institucional nº 5 e a intensificação de medidas repressivas, desarticular a oposição estudantil foi uma operação que contou com a prisão de líderes, tortura e abolição de órgãos associativos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE). Entretanto, mesmo sob o controle do aparato repressor, os estudantes não deixaram de realizar eventos

nas universidades, com destaque para a luta pela Reforma Universitária e a falta de autonomia das instituições de ensino superior em relação ao governo. O modelo tecnicista-liberal, que priorizava a formação de um trabalhador e não de um cidadão consciente de seu papel social também era alvo de críticas (SANTOS, 2009).

Uma das mais significativas ações armadas realizada na conjuntura radical dos anos 1960 e que contou com envolvimento estudantil, organizada pelo MR-8 e ALN ocorreu em 1969. Trata-se do sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, com o objetivo de negociar a liberdade de uma lista de presos políticos, na qual estavam nomes de líderes estudantis presos no ano anterior durante o XXX Congresso da UNE na cidade de Ibiúna.

A década de 1970 inicia com intensa repressão e caça a líderes de movimentos sociais. Além disso, divergências entre os grupos revolucionários geraram a formação de novas organizações, que, contudo, dado o recrudescimento repressivo passaram a buscar novas maneiras de atuação que não fossem tão arriscadas quanto o enfrentamento armado. A formação de grupos culturais, desligados dos antigos diretórios, a organização de greves de estudantes e a formação de Encontros Nacionais de Estudantes (ENE) auxiliam na rearticulação do movimento estudantil, que aos poucos passou a incluir em suas pautas o desejo pela redemocratização e pela anistia. Sobre a atuação dos estudantes por meio de passeatas em 1977, *Veja* estabeleceu comparações com o movimento da década anterior, apontando para uma

“intuitiva moderação” e a disposição para “evitar os riscos de radicalização”.

Eles estão convencidos de que o movimento estudantil, adormecido desde 1968, ainda padece de extrema fragilidade na maioria das universidades do país. Os primeiros protestos, gerados pelas carências materiais da universidade, surgiram de três anos para cá, e sempre limitados ao perímetro das maiores capitais. Compreensivelmente, só agora a maioria dos estudantes envolvidos nas manifestações começa a revelar preocupações políticas. (...) “Os diretórios estão se fortalecendo em todo o país e outros setores da população têm demonstrado simpatia pela nossa luta”, interpreta um universitário paulista. (...) Não por acaso, todos os participantes das recentes manifestações tem sido orientados para não esboçar qualquer reação à aproximação da Polícia.¹¹

Vigílias em solidariedade a colegas presos, manifestações com crescente número de participantes e greves estudantis passaram a ser noticiadas com frequência nas revistas *Veja* e *Isto É*, a partir de maio de 1977. A maneira como o governo reagiu aos atos contestatórios também acaba sendo discutida pela imprensa. Fazendo uso da Lei de Segurança Nacional, dezenas de estudantes foram presos em ações policiais que cercavam os campi universitários, como as ocorridas

¹¹ *Veja*. n. 18 mai. 1977, p. 27-28.

em Minas Gerais em junho de 1977, durante a tentativa de realização do Encontro Nacional de Estudantes. Mesmo noticiando ações truculentas em diversas cidades onde ocorreram aglomerações estudantis, uma fala do então Governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, é significativa: alertava que não permitiria que os estudantes perturbassem a paz da sociedade, mas recomendou à polícia para que não chegasse “aos extremos”, pois não desejava “perder mais pontos com a opinião pública”. A frase de Chaves nos leva a crer que mesmo utilizando tons de ameaças, havia preocupação com o desgaste em relação à imagem do governo.

Atuando como organizadora da vida cotidiana, a imprensa age com a intenção de agrupar fatos dispersos e torná-los inteligíveis aos seus leitores. Em meio às manifestações estudantis que se multiplicavam pelo país, unidas às cobranças estrangeiras, feitas principalmente pelos Estados Unidos, no tocante ao fim de violações aos direitos humanos e às ameaças que pesavam sobre os parlamentares da oposição, a revista *Veja* propôs que “laços, ainda que tênues” estariam a interligar “acontecimentos em palcos diferentes” e que sob todas as pautas, o diálogo entre representantes e representados era a maior aspiração e a única forma de entendimento. Cabe salientar que, desde a posse de Ernesto Geisel, a revista *Veja* adotou palavras proferidas pelo próprio Presidente ou por representantes de seus ministérios para referir-se à intenção de devolver o poder aos civis. “Distensão”, “abertura política” e “aperfeiçoamento democrático” foram usados no sentido de definir o processo de retomada do Estado de direito. Contudo, a mencionada edição dá lugar a esses termos e retrata em sua capa uma

frase para resumir a onda de manifestações: “a luta pela democracia”. Também é por meio da cobertura realizada pelas revistas acerca das manifestações estudantis que a palavra ditadura começa a figurar nas publicações. Dessa forma, reconhecem que o regime vivido não era um modelo a ser aperfeiçoado, mas que deveria dar lugar a outra forma de organização política, a uma “democracia real”. Assegurando estar acompanhando “com rigor o processo”, *Veja* destaca a temática democracia no cenário nacional:

A democracia foi um assunto forte durante toda a semana passada. (...) Do início ao fim, e dando sequência a uma discussão que tem aflorado de maneira cada vez mais clara nos últimos tempos, o tema foi um só: a necessidade de a nação ingressar de vez no Estado de Direito, abrir-se para as manifestações de toda a sua sociedade e, a partir daí, lançar-se à tarefa de construir uma democracia real e duradoura.¹²

A edição destacou ainda, a leitura da “Carta aos Brasileiros” pelo professor Goffredo da Silva Telles, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo. Na carta, foram expostas as incoerências de um regime político pautado em uma legislação outorgada e autoritária, e por isso, considerado pelos signatários da carta um governo ilegítimo, tendo em vista que “ilegítima é a sua origem”, pois somente é legítima “a ordem que

¹² *Veja*, n. 467, 17 ago. 1977.

nasce, que tem raízes, que brota da própria vida, no seio do Povo”¹³.

Para *Veja*, as manifestações do segundo semestre de 1977 evidenciam “sinais de uma revigorada saúde política” e de que existe na sociedade brasileira um “crescente desejo de se discutir para onde caminha o país”. Esta “onda” que trouxera intenções democráticas não atingia apenas o Brasil e mobilizações de cunho democratizante, além de pronunciamentos oficiais que demonstram intenções mais ou menos claras de afastamento dos militares do poder, também vinham acontecendo em diferentes países da América Latina. Observamos que a frequência de críticas ao autoritarismo e aos países que vivenciavam regimes ditatoriais tornou-se bastante expressiva nos anos finais da década de 1970. Contudo, salientamos que o presente trabalho propôs uma leitura mais atenta dos artigos que abordavam o processo de luta por democracia e crítica ao Estado de exceção no Brasil.

No segundo semestre de 1977, munidos de um “calendário de protestos”, os estudantes articularam passeatas, greves e ações de enfrentamento, motivados por razões diversas. Em Brasília, estudantes da UnB exigiam a revogação de punições aplicadas pelo reitor. Em Minas Gerais, a prisão de mais de mais 100 alunos enquadrados na Lei de Segurança Nacional motivou a agenda de atos públicos. Paulistas e cariocas saíram às ruas gritando palavras de ordem a favor da liberdade,

¹³ Trecho da Carta aos Brasileiros, disponível na íntegra no sítio do prof. Goffredo Telles Junior

<http://www.goffredotellesjr.adv.br/site/pagina.php?id_pg=30>

Acessado em 8 de agosto de 2013.

entre elas “abaixo à repressão” e “abaixo à carestia”. Diferentemente dos meses anteriores, o movimento estudantil passou a realizar ações mais bem planejadas, como a ocorrida em São Paulo, em junho de 1977:

Para espanto das autoridades policiais, um grupo de cinquenta estudantes juntou-se na esquina das ruas 25 de Março e General Carneiro, ao lado da praça, e entoou um primeiro refrão – “Liberdade! Liberdade!” – que serviria de senha para o início da manifestação. Imediatamente para ali acorreram estudantes até então camuflados nas filas de ônibus ou misturados aos populares que acompanhavam a animada exibição da banda de música. Os policiais ficaram alguns minutos estáticos – tempo suficiente para que 1500 manifestantes saíssem em passeata pela 25 de Março, conduzindo a bandeira nacional e uma faixa com os dizeres “Abaixo à repressão”.

Segundo a revista, os policiais atacaram os manifestantes utilizando gás lacrimogênio, jatos de água e o tradicional cassetete. A violência usada para conter a passeata estendeu-se aos jornalistas que cobriam o ato e que foram informados pela Polícia Federal que “programas noticiosos” estavam impedidos de veicular quaisquer informações acerca das movimentações estudantis.

O movimento estudantil articulou ações que objetivavam dar visibilidade ao que acontecia em diferentes universidades. Alunos da USP realizaram um

“enterro” simbólico do reitor da UnB em agosto de 1977. Da mesma forma, os estudantes de Brasília protestavam contra ações violentas sofridas por estudantes no Rio de Janeiro e em São Paulo. O mês terminou com movimentos em Campinas, São Paulo e Porto Alegre registrando atos que ao levar um maior número de participantes às ruas, elevou também o contingente policial e a violência aplicada.

O rotineiro uso da violência nas ações policiais também acabou sendo mais bem visibilizado, pois os conflitos entre manifestantes e policiais era registrado por câmeras fotográficas, filmadoras ou por meio de depoimentos de quem participou ou estava próximo aos locais de embate. Fotos com manifestantes hospitalizados, com queimaduras ou outros tipos de machucados estiveram presentes nas páginas das revistas. Fotografias com cenas de uma realidade crua nas quais jovens encurralados por policiais ou sofrendo ataques de bombas sem qualquer chance de defesa obrigaram comandantes a formular explicações em relação aos excessos, além de desgastarem ainda mais a imagem da ditadura militar.

2.4 A “questão operária” encontra a questão democrática

Fragmentados, devido às próprias condições plurais e heterogêneas nas quais emergiram as formas de expressão em coletividade, os movimentos sociais que ganharam força na década de 1970 preservaram referências comuns, entre as quais se observa a atuação

autônoma em relação ao aparelho estatal (SADER, 1999).

As mobilizações da sociedade civil, segundo Lefort (2011), testemunham uma nova “sensibilidade social” às exigências contestadas, pois “a luta pelos direitos do homem torna possível uma nova relação com a política. Um exemplo apresentado pelo autor que é perfeitamente aplicável ao caso brasileiro remete às lutas contra as demissões em massa, que não estiveram reduzidas à sua significação econômica. Tais manifestações valorizam um importante direito social e puseram em discussão a legitimidade do poder patronal diante de um poder emergente: o poder social, que se articula em torno do poder político. Nesse sentido, “os direitos não se dissociam da consciência dos direitos” (LEFORT, 2011, p.76) e tais reivindicações caminham para o estabelecimento de novos direitos. Evidentemente, o Estado pode intervir fazendo uso da violência e de outras maneiras coercitivas disponíveis, entretanto, Lefort defende que, a partir do momento em que o Estado interfere em detalhe na vida social, o fundamento legítimo da violência parece cada vez mais ameaçado. Assim, associado ao afrouxamento do aparato de censura, as reivindicações apresentadas por diferentes grupos e entidades organizadas, trouxeram à tona uma série de carências vivenciadas pelos brasileiros e brasileiras, que passaram a fazer parte das discussões políticas.

O controle e a despolitização realizadas com a restrição dos direitos políticos e civis por parte do regime motivaram a luta por direitos na esfera social e a vida política foi renovada com a reocupação das ruas, onde “as práticas conspiratórias foram paulatinamente

substituídas pelo protesto público” (NAPOLITANO, 2002, p. 22).

Práticas diversas de ativismo ganham sentido quando as reivindicações advindas de questões cotidianas são reelaboradas e convergem para um “opponente” em comum: o governo autoritário. Surgem assim, segundo BERSTEIN (2009, p. 38), “novas culturas políticas em resposta a um problema da sociedade”, tornando-se mais complexas ao longo de um processo, que por vezes pode ocorrer de forma bastante lenta, o que lhe permite “transformar-se, adaptar-se à evolução própria da sociedade”. Nesse sentido, observa-se que instituições como a família, o sistema de ensino, o serviço militar, os locais de trabalho e sociabilidade, os grupos ou associações e as mídias “vão aos poucos inculcando temáticas, modelos, argumentações que preparam para aceitar como natural a recepção de uma mensagem de conteúdo político”. Assim, a cultura democrática fortalecida pela atuação da sociedade civil converge para o resgate e construção de igualdades de direitos, construindo um novo sentido histórico para a democracia.

Em setembro de 1977, reivindicações trabalhistas, começam a dividir espaço na imprensa com outros movimentos que ensejavam a redemocratização. Enquanto as reivindicações estudantis evidenciavam críticas características da classe média brasileira, como a preocupação por vagas e melhores estruturas nas universidades, os movimentos operários que irão ressurgir estavam ligados a outras camadas da população, que reivindicavam condições de trabalho mais dignas e o

direito a representatividade. Em diferentes meios, o assunto perpassava a democracia:

Nunca, como agora, ao longo dos últimos treze anos, a democracia, com suas virtudes, vantagens e inspirações, esteve tão em voga como tema para discussões razoavelmente eruditas dos ambientes intelectuais ou para as conversações engajadas das lideranças político-partidárias. Trata-se de encontrar o ponto certo para que o país, enfim, possa ser administrado com todos, governantes e governados, saudavelmente submetidos ao império da lei, sem, é claro, descuidar de manter vigilantes mecanismos suficientemente ágeis para obstar eventuais investidas dos inimigos da própria democracia.¹⁴

Assim como o movimento estudantil, o movimento da classe operária ressurgiu de maneira diferente aos movimentos trabalhistas da década de 1960. Em uma extensa pauta, os trabalhadores teciam reivindicações que iam muito além de pedidos de reposição salarial:

Na reunião de três horas e meia com quatro ministros, na noite de terça-feira, os líderes metalúrgicos não discutiram especificamente o pedido de correção das perdas causadas aos trabalhadores pelos erros no cálculo dos índices de inflação em 1973 – erros reconhecidos

¹⁴ **Veja**, n. 471, 14 set. 1977, p. 19.

pelo próprio governo -, como era esperado. Ao contrário, levaram para conversar um amplo documento, já enviado ao presidente da República, no qual, em nome de 850 000 operários de São Paulo é discutida e criticada toda a política salarial oficial e reivindicada liberdade sindical completa, com o restabelecimento da negociação bilateral entre patrão e empregado para resolver disputas salariais, e do amplo direito de greve.¹⁵

Para Garcia (1982) a principal “novidade” trazida por essas mobilizações operárias do final da década de 1970 remetia à “prática da luta social que levou os trabalhadores a avanços inigualáveis em termos de consciência e organização.” Além disso, não somente o “caráter massivo e sua combatividade” são as principais características destes movimentos, mas, sobretudo “sua crescente autonomia frente ao Estado e às organizações políticas” em um processo de “autoconstrução” e a identificação entre eles próprios como classe.

O “novo sindicalismo”, como passou a ser chamado esse conjunto de práticas e organização voltadas “à base e ímpeto reivindicativo direcionado para interesses dos trabalhadores” (SANTANA, 1999) trouxe à tona questões que não poderiam deixar de ser pensadas em uma conjuntura de mudanças e de retomada democrática, contudo, se não fossem articuladas pelos

¹⁵ Idem, p. 20.

próprios trabalhadores, poderiam ficar à margem das discussões. Por isso, é tão importante salientar que o movimento emergiu do interior da classe trabalhadora e em meio às “rachaduras” que se alargavam no “muro” do Estado autoritário, reforçando o cenário de descontentamento com o modelo de governo dos militares.

Evidentemente a mobilização dos trabalhadores, além de discutir o controle sindical exercido, principalmente, a partir do AI-5 e de reivindicar políticas salariais mais justas, trouxe à baila a preocupação do empresariado quanto às consequências da crescente participação popular nos debates em torno da redemocratização. Na fala de Maurício Roscoe, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Belo Horizonte, que afirma ser a favor da democratização, desde que esta acontecesse “com autoridade” tendo em vista que “o trabalhador brasileiro não está preparado para ter nas mãos um instrumento como a greve, pois não saberia fazer uso dele”. Esta fala é semelhante a de outros representantes empresariais que tiveram espaços de expressão nas revistas, o discurso é parecido, e sob alegação de falta de “maturidade” ainda não seria aquele um bom momento para se “soltar os freios”.¹⁶

A edição de 12 de outubro de 1977, seguindo a linha de discussão das pautas trabalhistas dos meses anteriores, trouxe como matéria de capa a mulher

¹⁶ Idem, p. 23

trabalhadora, assunto que foi abordado na Carta ao Leitor:

Na legislação trabalhista brasileira, o capítulo que se refere às atividades remuneradas dos menores é o mesmo que trata do trabalho da mulher. Com se ela padecesse de uma incurável insuficiência das leis protecionistas sempre que se torne indispensável o trabalho feminino fora do lar.¹⁷

Os articulistas alinhavaram o argumento segundo o qual a mulher seria “diferente, mas não inferior”. Em contraposição a um referencial masculino, a mulher aparece então como “a diferente”. A reportagem trouxe ainda a situação enfrentada pelas mulheres brasileiras que, nas cidades ou no campo, ocupavam cada vez mais espaço no mercado de trabalho. A partir de investigações realizadas entre março e setembro de 1977 pela Comissão Parlamentar de Inquérito, o Ministério do Trabalho preparava análises que acarretariam em uma “profunda reforma na legislação para que todos os trabalhadores, qualquer que seja o seu sexo, recebam sempre o mesmo tratamento”.¹⁸

Em fevereiro de 1978, na edição n. 58, *Isto É* destacou em sua capa a questão dos trabalhadores do Brasil, estampado a imagem do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema,

¹⁷ **Veja**, n. 457, 12 out. 1977.

¹⁸ **Veja**, n. 475, 17 out. 1977.

Luís Inácio da Silva. Em reportagem intitulada "O Antipelego", a revista trouxe um breve histórico de Lula, sua atuação no enfrentamento com o patronato, perfil familiar e uma entrevista concedida aos jornalistas Bernardo Lerner e Mino Carta. Ao ser perguntado sobre as possibilidades de ser candidato a deputado, Lula respondeu que "jamais participaria do MDB ou da ARENA", pois "são farinha do mesmo saco" e que tinha como preocupação manter o sindicato independente. Ainda acerca de ideologias partidárias, defendia que um partido deveria nascer "de baixo pra cima", a partir da construção de um programa que fosse efetivamente composto por trabalhadores e que atendesse às suas necessidades. Lula criticou a atuação da Igreja: depois de contribuir para a difícil situação dos trabalhadores, por não estimular a luta — "pois quem sofre hoje alcança o reino dos céus amanhã" —, parecia agora estar "com remorso". Mas, ao tentar ajudar, os religiosos estariam criando um movimento paralelo ao sindicalismo, o que em sua visão seria bastante prejudicial. Na mesma edição, a revista noticiou a realização do I Congresso das Metalúrgicas, voltando a abordar o tema na edição seguinte, onde foram debatidas questões como a igualdade salarial, a necessidade de mais creches escolas e, ainda, às diferenças entre os movimentos feministas "que andam por aí", em referência a grupos de mulheres pertencentes a camadas mais privilegiadas e às efetivas necessidades das mulheres trabalhadoras.

O posicionamento da Igreja Católica, criticado por Lula, é consideravelmente distinto ao longo do período ditatorial. Nos anos que antecederam e no

período imediatamente seguinte ao golpe de 1964, a postura adotada pelas lideranças da Igreja ficou marcadamente reconhecida pela organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e deliberado apoio aos militares na deposição do presidente Goulart. Com o recrudescimento do regime e ao longo do processo de abertura política, determinados setores da Igreja passaram a propor uma série de adaptações na postura da instituição perante o regime. A figura de destaque, que irá evidenciar essa aproximação da Igreja com as camadas populares foi Dom Paulo Evaristo Arns, que no mesmo ano em que se tornou cardeal da cidade de São Paulo, em 1973 criou a comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, por meio da qual articulou diversas ações que buscavam além de oferecer apoio aos perseguidos pela ditadura e seus familiares, proporcionar espaços de discussão e luta contra os arbítrios do regime. Seu nome esteve diretamente relacionado à denúncia de abusos cometidos contra os direitos humanos por parte das autoridades militares. Quando, em 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi encontrado morto nos porões do Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-Codi, em São Paulo, Dom Evaristo, além de contestar publicamente a versão oficial que dizia que o jornalista havia cometido suicídio, organizou um grande ato ecumênico na Catedral da Sé, em memória de Herzog. O ato acabou se transformando em um importante marco na luta contra a ditadura ao reunir em outubro de 1975 milhares de pessoas.

Dom Paulo Evaristo Arns coordenou, juntamente com o Pastor James Wright, o projeto *Brasil: Nunca*

Mais, no qual foram sistematizadas informações sobre as redes de repressão política no país entre os anos de 1961 a 1979. O extenso projeto, que objetivava preservar a memória dos arbítrios cometidos em delegacias, unidades militares e locais clandestinos tinha o objetivo explícito de evitar o esquecimento dos “momentos tristes e arbitrários vividos por tantos brasileiros e o descaminho trilhado em nosso país com a quebra da legalidade constitucional”. Arns dizia-se motivado pelo “olhar suplicante” de mães e esposas que o procuravam na esperança de conseguirem informações sobre seus entes desaparecidos ou presos. O projeto fez uso de 707 processos do Supremo Tribunal Militar e constitui-se em uma das mais importantes fontes sobre o regime.

Em 05 de outubro de 1977, a capa de *Veja* trouxe Dom Paulo acompanhado pela frase entre aspas “A política é uma necessidade”. A edição destacava a atuação do líder religioso na defesa dos estudantes da PUC quando, dias antes, a universidade fora invadida e “parcialmente depredada pela polícia”, sob a alegação do governo do Estado de São Paulo que afirmava que a instituição abrigava uma “célula de subversão” em seu campus. A matéria buscou traçar a opinião do arcebispo diante de variados temas e que, de maneira geral, muito se aproximavam dos anseios de outros grupos. Contudo, na visão do religioso, o compromisso da Igreja era grandioso, pois a instituição deveria agir sob várias frentes, na promoção de justiça, na defesa dos presos políticos, pela anistia e resume o papel do bispado:

O bispo, e com ele toda a Igreja, não pode assistir calado a uma violência que

atinge o povo, ceifando vidas pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho e de trânsito, pelo excesso de trabalho, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transporte, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação.¹⁹

Delgado e Passos (2009) salientam que a Igreja como instituição é composta por diversas tendências e grupos, e que, ao longo da segunda metade do século XX, significativas mudanças ocorreram e, principalmente após o Ato Institucional nº 5, convergiram para um aumento de tensões e formulação de rigorosas críticas ao regime militar. Um diálogo mais profundo com a sociedade civil se fez necessário, pois dessa forma, a Igreja buscava afirmar sua aliança com o interlocutor popular, “redescobrimo a dimensão social e a carência que atingia as populações menos favorecidas” (2009, p.125). Uma das faces da mudança de postura da Igreja materializou-se nas CEBs, as Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na Teoria da Libertação, que buscaram congregar diferentes atividades realizadas em grupo, como a leitura e estudos bíblicos, interligando ações concretas em benefício das pessoas do bairro, trabalhadores, mulheres, jovens, crianças etc. As CEBs fundamentavam-se na solidariedade e no trabalho voluntário de leigos. Progressivamente ampliaram suas

¹⁹ **Veja** n. 474, 5 out. 1977, p. 23.

temáticas e críticas às mais diferentes formas de violências sofridas no campo, nas fábricas, nas prisões e nas ruas.

Mesmo compreendendo a descrença presente na fala de Lula acerca do papel que a Igreja poderia tomar diante da crescente mobilização dos trabalhadores e de outros setores da sociedade civil, não se pode negar que, ao analisarmos sua participação nos movimentos reivindicatórios entre os anos de 1970 e 1980, apareceu como um importante agente político, inscrevendo na cena pública demandas pela ampliação de direitos. Por outro lado, a Igreja contribuiu para a construção de uma base dialógica na qual a conciliação era um primado importante, principalmente no que diz respeito ao modelo de anistia aprovado em 1979.

2.5 Anistia, negociação e esquecimentos

A reestruturação nacional de grupos de atuação civil ou de solidariedade aos perseguidos pela ditadura, presos, torturados, exilados e censurados, advém, segundo Alípio Freire (2000), de uma autocrítica ou de uma readequação na qual foram estabelecidas novas formas de ação política e luta. Para Freire, esses grupos surgidos desde o golpe civil-militar, ampliam-se a partir de 1968 com a prisão de estudantes no Congresso da UNE realizado em Ibiúna, primeiramente por iniciativa das mães dos atingidos, as quais logo somaram-se outros familiares, amigos, simpatizantes e demais perseguidos políticos, constituindo-se em movimentos em favor da

anistia, em franco crescimento ao longo da década de 1970:

Por volta de 1977-1978, tais grupos ganham massivo apoio das entidades representativas dos setores médios urbanos, do movimento estudantil, de alguns sindicatos operários e de oposições sindicais operárias. Criam-se os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) em todo o país (e também no exterior, através dos exilados) que, em novembro de 1978, realizam seu primeiro Congresso, no TUCA (Teatro da Universidade Católica) e no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. (FREIRE, 2000)

Freire identifica o movimento pela Anistia como o primeiro espaço de atuação em que a esquerda brasileira conseguiu “desde os massacres da primeira metade dos anos 1970”, formular uma proposta unificadora, ganhando outros setores da oposição e capaz de “empolgar grande parte da Nação, expressando-se em mobilizações de massa e refletindo-se no interior de instituições do Estado, como o Congresso Nacional e o Judiciário”.

Principalmente a partir de 1975, diferentes significados foram atribuídos à anistia. Projetos que a associavam à reconciliação nacional e à generosidade das autoridades conviveram e disputaram espaço com as representações pleiteadas pelos Comitês de Anistia, que

defendiam um modelo amplo, geral e irrestrito. Entre estas configurações, observa-se, no primeiro caso, a proposta de uma *anistia/esquecimento*, que propõe o silêncio como via à conciliação nacional, enquanto a segunda concepção propõe uma *anistia/memória* ao reconhecer e evocar as atrocidades cometidas às vítimas de ações como tortura, sequestro e assassinato (RODEGHERO, 2009).

Os debates acerca do projeto de anistia e a indicação de João Figueiredo feita por Geisel em discordância da indicação da “linha dura”, que apontava o General Sylvio Frota como nome forte à presidência foram eventos que aqueceram o debate político em 1977 e estenderam-se pelos anos seguintes. A edição de *Veja* de 19 de outubro de 1977 retratou em sua capa um sisudo Geisel acompanhado da frase “um comando firme”, na qual foi abordada a decisão do presidente, pautada em seu poder hierárquico, mas que mesmo assim não deixava de ser polêmica, tendo em vista o ineditismo da ação de demitir o ministro do exército, sem que este houvesse apresentado a intenção de deixar o cargo. Em uma conversa curta, menos de cinco minutos segundo relatou o próprio ministro Frota em nota à imprensa, Geisel anunciou sua decisão:

“Ali chegando”, dizia Frota, “recebeu-me Sua Excelência e sem mais rodeios disse-me que não se conseguia acercar comigo. Respondi-lhe que nunca tinha lhe faltado com a minha lealdade, no que confirmou. Respondi-lhe, ainda, que tinha sempre seguido sua orientação.

Discordou Sua Excelência, em parte, referindo-me os relatórios de informação que faziam críticas ao governo. Voltei a falar para dizer-lhe que se algo houve nesse sentido passou despercebido. Pedi que dissesse os motivos, o que se recusou categoricamente. Disse-me a seguir Sua Excelência que estava incompatibilizado comigo, e que solicitasse demissão. Respondi-lhe, então, que não me demitiria por não me julgar incompatibilizado com o cargo. Respondeu-me: ‘Mas o cargo é meu’. Disse-lhe então ‘Por isso cabe ao senhor demitir-me, pois não pedi para ocupá-lo’. ‘É o que farei’”, disse o presidente.”²⁰

Controlar a distensão perpassava também pelo controle dos membros do governo e das forças armadas e o General Sylvio Frota vinha dando sinais de que não concordava com determinadas posturas adotadas pelo presidente Geisel. Frota defendia que a ação subversiva no país, inclusive dentro do governo, ainda ameaçava a segurança nacional. O presidente-general contudo, não tolerou afrontas a sua autoridade e estratégias de comando.

João Figueiredo assumiu a presidência em 15 de março de 1979, declarando-se engajado na aprovação da Lei de Anistia, que assinou em agosto daquele ano. Entretanto, o ano de 1978 foi marcante para o movimento, devido a constituição dos Comitês

²⁰ **Veja**, n. 476 18 out. 1977, p. 20

Brasileiros de Anistia, os CBAs e o assunto passou a dividir espaço com outros movimentos que expunham como se faziam urgentes mudanças no cenário político nacional.

Mesmo dedicando a capa da edição n. 495 de 1º de março de 1978 ao tema, a Carta ao Leitor de *Veja* não colocava a anistia como problema prioritário do país. A revista pregava que a questão deveria ser enfrentada com lucidez por parte dos envolvidos no debate para que se buscasse resolver os impasses e “variáveis incógnitas” que as questões relativas à anistia envolviam. Em matéria especial na edição mencionada, discutia-se o sentido que estava em construção acerca do conceito de anistia ou do conjunto de ações relativas aos presos políticos e suas punições, torturados e torturadores, exilados, cassados, desaparecidos etc. bem como a organização dos trabalhos, seus alcances e limites, o que deveria ser lembrado e o que merecia ser esquecido. Além de lembrar que anistia remete a palavra “esquecimento” em grego, a reportagem destacou o discurso do general da reserva Peri Constant Bevilacqua, ²¹no lançamento do Comitê Brasileira pela Anistia e a rápida adesão que vinha recebendo.

Em fevereiro de 1978, *Isto É* apresentou a opinião do jurista e presidente da OAB, Raymundo Faoro, que defendia a anistia como “caminho”, pois em relação às

²¹ Cassado em 1969, o general Peri Constant Bevilacqua ocupava na época o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. No mesmo ano da cassação, filiou-se ao MDB e ajudou a fundar o Comitê Brasileiro pela Anistia.

cassações e outras punições arbitrárias “o único remédio é a revisão desse arbítrio”. A matéria destacou as diferentes categorias de punidos e trouxe reflexões sobre as particularidades das quais a lei de anistia deveria dar conta. Dois meses depois, na edição de 05 de abril, ao noticiar os festejos referentes ao aniversário de quatorze anos do “movimento de 64”, a revista, mesmo que de maneira sarcástica, abordou a visão do III Comando do Exército, por meio de nota emitida dias antes sobre a celebração de missas a pretexto de lembrar os militares que teriam sido vítimas de “emboscadas comunistas”, na qual tanto a postura da imprensa como os anseios dos movimentos pela anistia foram criticados:

Ficava claro, porém, que as manifestações visavam outros objetivos além de uma simples homenagem póstuma. ‘Essa iniciativa’, dizia a nota do III Exército, ‘é tão mais oportuna quando são destacados, maldosamente, pela imprensa diária, os recalques e ressentimentos de uma minoria mesquinha, capas de insinuar anistias amplas, irrestritas, recíprocas e mútuas’²²

Mais adiante, a matéria comenta outra opinião negativa em relação ao movimento pela anistia. O secretário de Segurança do Rio de Janeiro, general Brum Negreiros, afirmava que não poderia haver anistia

²² **Isto É**. 05 abr. 1978. p. 10.

“porque não podemos esquecer aqueles que morreram lutando contra a subversão”. A declaração foi dada, ainda nas escadarias da Igreja Nossa Senhora de Copacabana, na qual havia sido realizada uma missa com o propósito de memorar 92 “vítimas do terrorismo e da subversão”. Em abril, *Isto É* volta a questionar a prioridade das discussões acerca da anistia no cenário de descompressão política, mas salienta que se trata de um movimento capaz de unir grupos variados:

Há setores que continuam erguendo bem alto a bandeira da prioridade para a anistia. E os estudantes representam, naturalmente, a vocalização mais estridente desses setores. É óbvio que a esquerda brasileira, em geral, é a grande interessada numa anistia irrestrita, na medida em que foi ela vítima da maior parte das punições pós-64. E uma bandeira generosa como a da anistia - com a qual concordam amplos setores da sociedade, ainda que possam discordar da prioridade - permite uma mobilização maciça contra o regime.²³

Na visão de *Isto É*, os protestos ganhavam “uma dimensão política”, na medida em que ações isoladas transformavam-se em manifestações contra o governo. Greves de fome realizadas por presos políticos e seus familiares reivindicando mais atenção por parte das autoridades, que segundo denúncias publicadas na revista eram vítimas de isolamento carcerário “completamente irregular”, repercutiam nacional e internacionalmente.

²³ *Isto É*, n. 68 12 abr. 1978 p.33.

Em reportagem de 10 de abril de 1978, a revista informou que a entidade de defesa de direitos humanos, Anistia Internacional, enviara em menos de um mês dois telegramas ao presidente Ernesto Geisel pedindo-lhe que fosse feito o possível para resolver os problemas relacionados aos presos políticos. Em contrapartida, para os arenistas Edson Guimarães e Heitor Furtado, a questão na verdade, deveria ser tratada pelo viés da segurança nacional. O primeiro acusou o Comitê Brasileiro de Anistia de estar “impregnado de terroristas” e o segundo disse que “o MDB está ao lado da subversão e, por isso, o governo federal não pode entregar o governo do Estado à oposição”.

Ao longo do período republicano, desde os episódios que culminaram em sua instauração em 1889, as Forças Armadas vem atuando nos processos políticos por meio de intervenções que, de maneira geral, foram conduzidas em parceria com grupos civis. O que se observa é que, até 1964, os militares retornavam ao quartéis após passadas as crises institucionais, assumindo uma espécie de função tutelar da ordem política nacional. Entretanto, após o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, fundamentados na Doutrina de Segurança Nacional, as Forças armadas passaram a intervir no “processo político sem, contudo, transferir o poder aos civis, agindo, nesse novo contexto, como atores dirigentes e hegemônicos” (BORGES, 2009, p. 16).

O constante intervencionismo e a própria formação do militar “mais política do que profissional”

são elementos que, para Borges corroboraram para a criação de uma cultura militar no Brasil, que atribui às Forças Armadas o providencial papel moderador de salvaguardar a ordem interna, evitando guerras civis. Tal função moderadora permitiria que, em casos de crise, uma intervenção militar fosse justificada, pela insubordinação dos militares diante do poder dos civis, pois as ações militares seriam realizadas em nome da “segurança nacional”, um bem maior do que qualquer hierarquia. Como “força dirigente” e “acima de qualquer jurisdição vigente”, e ainda, aliada a grandes empresários nacionais e internacionais, sob o apoio de setores da sociedade civil, da mídia e com suporte bélico e estratégico do governo estadunidense, o golpe militar orquestrou-se com base na Doutrina de Segurança Nacional, que seguiu legitimando a necessidade de proteger o país de inimigos internos, colocando o movimento de 1964 como um “contragolpe” para defender o país das “ações comunistas” do presidente João Goulart.

Criada nos Estados Unidos na conjuntura da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional fundamenta-se na noção de segurança coletiva, sobretudo diante da iminente ameaça comunista. Para os Estados Unidos, a garantia da segurança nacional implicaria em evitar que o comunismo avançasse sobre o Ocidente, por isso, ações que visavam a assistência militar e a formação ideológica passaram a ser realizadas a partir de 1942, intensificando-se após a experiência revolucionária cubana, em 1959. Motta (2010) atenta para os interesses da política externa estadunidense em relação à América

Latina no tocante à manutenção de um ambiente seguro para os negócios e investimentos daquele país, ao mesmo tempo em que prometia alternativas de desenvolvimento distantes das vias revolucionárias.

Mesmo passando por mudanças na formulação, a Doutrina de Segurança Nacional manteve seu elemento fundamental, que consiste na manutenção do permanente conflito ideológico, no qual o inimigo pode ser externo ou interno. Assim, “é nesse quadro de conflito que a Doutrina promoverá a submissão das atividades da Nação à sua política de segurança” (Borges, 2009, p. 25). Os inimigos foram sendo construídos ao longo dos anos de repressão. Fossem eles defensores da reforma agrária ou simpatizantes do socialismo soviético, pertencentes a grupos que optaram pela luta armada ou artistas que buscavam refletir sobre a realidade nacional, estudantes que questionavam os cerceamentos praticados nas universidades ou políticos que ousavam contestar o poder vigente. Aos moldes da Doutrina, todos compunham, de uma maneira ou de outra, parte dos grupos de subversão, que deveriam também de uma maneira ou de outra, ser combatidos, censurados, retirados do campo de atuação política.

Nesse sentido, o que a análise do período de abertura e a cobertura midiática dos movimentos que reivindicavam o retorno à normalidade democrática e a anistia nos leva a crer é que esses inimigos subversivos, que em meados dos anos 1960 eram inclusive identificados pela imprensa como “terroristas”, passaram a ser vistos de forma diferente e outro inimigo em

comum dá lugar às apreensões populares. Um interessante exemplo de oposição entre sociedade civil e governo, acompanhado de críticas à situação do país na virada da década, aparece no editorial da revista *Veja* de 24 de janeiro de 1979:

É certo que o Brasil chega a este final dos anos 1970, e às vésperas de um novo governo, com uma pesada coleção de problemas – e não se vê muito bem de que forma o país pode continuar, simplesmente, coexistindo com eles. Não é preciso gastar muito latim com tais problemas: toda a população os conhece, porque convive dolorosamente com suas consequências, todos os dias, em cada ponto do país. Está aí a miséria absoluta, que ainda assola a vida de quase um terço dos brasileiros. Há uma inflação corrosiva, que há cinco anos vive encastelada nas alturas de 40% anuais. Vive-se muito mal nas cidades, sobretudo nas grandes – faltam casas, transporte, segurança, educação, saneamento, equipamentos de saúde. Ganha-se pouco, come-se pouco, vive-se pouco. E, para completar, há um precário edifício político, recém-saído de um mergulho de dez anos por variados graus de escuridão.²⁴

A Lei de Segurança Nacional, os decretos-leis e os atos institucionais estariam entre os instrumentos jurídicos da Doutrina: “trata-se de um projeto geral para a

²⁴ *Veja* n. 542 24 jan. 1979, p. 11.

sociedade, compreendendo, portanto, todos os aspectos da vida coletiva e todas as decisões políticas do país” (GREGO, 2003, p.47). Assim, desde 1964, buscou-se destruir qualquer chance de debate na arena pública ao serem instaladas “fronteiras ideológicas”, as quais pareciam estar sendo desfeitas quando, ao longo dos anos finais da década de 1970, a imprensa conseguia maiores liberdades e passava a destacar em suas pautas as reivindicações e os problemas populares, os excessos policiais e as aplicações de uma legislação arbitrária. Ao mesmo tempo em que promovia o debate público, oferecendo interpretações, organizando acontecimentos e destacando certos personagens, a imprensa colocava-se como instrumento intermediário entre os cidadãos e a classe política.

E o que em um primeiro momento pode parecer bastante sadio à retomada das mobilizações sociais, pode, em longo prazo, sinalizar para a construção de uma narrativa que prima pela proteção de interesses de determinados grupos. Nas revistas analisadas, observamos certa preocupação com o “paternalismo” econômico por parte do governo e críticas ao que seriam tendências à estatização da economia, muito mais acentuadas em *Veja* do que em *Isto É*. Nesse sentido, observamos delinear-se interesses transversais nas narrativas da democratização construídas pelas revistas, os quais parecem buscar uma nova ordem política pautada na defesa de um modelo liberal e a preocupação crescente no início dos anos 1980 passou a ser direcionada para as eleições.

Ao longo dos anos de 1978 e 1979, *Veja e Isto É* utilizaram termos como “banidos”, “presos políticos”, “suspeitos” e “opositores”, ao tratarem das reivindicações em favor da anistia e das possíveis consequências da revogação do AI-5, feita pelo presidente Geisel em 31 de dezembro de 1978. Observamos nas narrativas das revistas que a utilização de palavras como terrorismo/terrorista ou subversão/subversivo não eram recorrentes e quando apareceram, foram usadas entre aspas e com identificação da pessoa que havia proferido o termo.

Vale ressaltar, que as práticas de censura haviam sido modificadas ao longo dos anos do governo Geisel e a liberdade de imprensa, aos poucos evidenciava menos cerceamentos. Após a revogação do AI-5, *Veja* noticiou em matéria intitulada “microfones abertos” que a censura política distanciava-se dos programas jornalísticos de rádio e televisão. A reportagem refletia acerca do alcance dos diferentes meios de comunicação e de como nos últimos anos a censura havia se tornado mais seletiva, conforme apresentado a seguir:

Subordinados à assessoria especial da Polícia Federal, dezenas de censores espalhados pelo país se encarregaram, ao longo dos últimos anos, de comunicar às emissoras o que podia ou não ser divulgado. O ritmo de trabalho desses censores sempre variou de um Estado para outro. (...) Ao longo de 1978, por sinal, a ação da Censura pareceu algo mais seletiva. (...) Seja como for, os ventos da abertura sopram agora na

direção dos grandes meios de comunicação de massa, que já vão tratando com crescente desenvoltura de temas proibidos até recentemente.²⁵

E mais adiante, a reportagem advertia:

As ameaças à liberdade de informação no rádio e na TV, em tese, não foram de todo afastadas. Profissionais do setor recordam que, invocando razões de ordem técnica, o governo sempre pode suspender ou cancelar a concessão dada a emissoras mais irrequietas.²⁶

Além da cobertura contínua realizada por *Isto É* e *Veja* de diferentes manifestações realizadas por estudantes, operários, grupos que exigiam a anistia dos presos políticos e o fim das violações aos direitos humanos, as revistas fizeram uso reiteradas vezes de questionamentos que colocavam em cheque a legitimidade e a permanência dos militares no poder e a sua interferência na vida da população. O termo “revolução”, utilizado para designar a série de acontecimentos que depuseram o presidente João Goulart em 1964 e instauraram a ditadura foi problematizado pela revista *Isto É* em abril de 1978, em artigo intitulado “Revolução? Por quê? Como?” O mais significativo questionamento discutia os acontecimentos de 1964 e sua caracterização como “revolução”. O artigo apresentou dados de uma pesquisa encomendada pela própria

²⁵ *Veja*. n.540 10 jan. 1979, p. 33.

²⁶ *Idem*, p. 34.

revista, nos quais constatou-se que, interrogados quanto ao conhecimento acerca dos envolvidos, inimigos e objetivos da “revolução”, os populares reiteravam a resposta “não sei”.

Dias antes de assumir a presidência, Figueiredo declarou à imprensa que a urgência defendida pelo movimento em favor da anistia poderia “ser um erro”, pois a questão deveria ser melhor discutida, proporcionando que equívocos passados gradualmente pudessem ser corrigidos. Quando empossado, o Presidente João Figueiredo precisou lidar com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em março de 1979, que foi classificada por *Veja* como “um teste para a autoridade do novo Executivo”. Em meio à greve dos 180 mil trabalhadores e seus líderes sindicais, o Presidente declarou que os reajustes salariais reivindicados seriam incompatíveis com o combate à inflação, alvo perseguido pelo governo. A deposição e a prisão dos líderes, que foram substituídos por interventores, foram as principais ações para por fim ao enfrentamento dos trabalhadores com o patronato e a insubordinação ao darem continuidade à greve, mesmo após o movimento ter sido julgado ilegal pelo Ministério do Trabalho. E mais uma vez, a revista entendia que diante do delicado momento, a questão da anistia não deveria ser priorizada.

Em abril de 1979, o então Ministro da Justiça Petrônio Portella declarou a *Veja* que a anistia estava “na pauta” das ações do governo, sendo seu projeto mais amplo que o proposto pela oposição, porém entendia que por ser “um ato de governo e da maioria” e não um ato de oposição, viria no “momento oportuno”. No mesmo mês,

a OAB elegera seu novo presidente, o advogado Eduardo Seabra Fagundes, que reforçou publicamente o compromisso de apoio à anistia durante sua gestão à frente da instituição.

Conforme apresentando anteriormente, a posição das revistas quanto à anistia “ampla, geral e irrestrita”, durante o primeiro semestre de 1979, evidenciava certa minimização do tema, diante de outras questões que pareciam prioritárias. As revistas não negaram que o tema estava presente nas manifestações e que continuava a “fazer ruído” como um crescente clamor nacional, mas mesmo assim, as abordagens tendiam a rejeitá-la como questão prioritária. Na edição n. 554 de *Veja*, o semanário apresentou uma pesquisa de opinião feita pelo Instituto Gallup “em todo o território brasileiro”, na qual identificava que os entrevistados compartilhavam de sua opinião. Na carta ao leitor foram resumidas as conclusões da pesquisa:

A pacificação política do país, ninguém duvida, é desejável e necessária. (...) Mas a ideia de que se deve pura e simplesmente anistiar quem matou funcionário de banco, agentes de polícia ou meros passantes não conta com a maioria dos brasileiros nem é uma exigência nacional. Nesse momento, ela é apenas a expressão de um grupo, entre tantos outros na sociedade, que quer impor sua vontade – nada mais que isso.²⁷

²⁷ *Veja* n. 554, 18 abr. 1979 p. 19

Entretanto, o que chama atenção na pesquisa é o fato de que a interpretação dos dados foi dada para concordar com a postura da revista. De acordo com os dados da pesquisa apresentados por *Veja*, 80% da população entende que a anistia deve ser concedida aos punidos pelo regime militar, 62% defendem que a anistia seja adotada com algumas restrições e 52% reconhecem como um assunto importante na conjuntura política nacional. Mesmo diante desses números, a revista sublinha que entre os 3.012 entrevistados o tema aparecia em quarto lugar geral na escala de interesses e, assim, não ganhava a urgência pregada por seus defensores. Na edição seguinte, publicada em 25 de abril de 1979, pesquisa voltou a ser comentada, apontando que a repercussão com os resultados apresentados “constrangeu a oposição” e deixou o “governo satisfeito”.

No final de maio, a revista informou que o calendário para a anistia estava pronto e que nos dias seguintes o projeto seria encaminhado ao Congresso. Na análise de Rodeghero (2009), ao se comprometer com o projeto de anistia, o governo garantiria o controle da proposta ao mesmo tempo em que respondia às demandas da oposição.

E a partir da notícia de que o projeto estava pronto para ser encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional e posteriormente ao Congresso, observamos o fortalecimento de um discurso governista voltado à defesa da conciliação e do não radicalismo das oposições para o bem das negociações rumo à efetiva democratização. Observamos exemplos de que *Veja*, de

maneira muito mais clara do que *Isto É*, pareceu adotar um novo tom em relação aos protestos e movimentos de oposição ao regime. Constatamos, no entanto, que o diretor de redação da revista continuava sendo José Roberto Guzzo, que assumiu o cargo em 1976, após o desligamento de Mino Carta.

A postura e a abordagem de *Veja* quanto às reivindicações de movimentos organizados, evidenciadas nas greves realizadas por diferentes categorias e até então entendidas como manifestações legítimas, assim como em relação aos exilados que chegavam e chegariam ao Brasil, sofreram mudanças ao longo de 1979. Na edição de 27 de junho de 1979, a revista diz que os anistiados que poderiam regressar ao país deveriam “moderar o passo”. Em 4 de julho, o calendário da anistia é chamado de “calendário da conciliação” e o presidente Figueiredo é chamado de “o general populista”, dada a forma como foram preparadas suas constantes aparições públicas já nos primeiros meses de mandato. Ainda alimentando o clima que parecia se tornar significativamente amistoso entre a revista e o governo, o presidente concedeu com exclusividade uma longa entrevista a *Veja*, publicada em 1º de agosto, na qual defendeu reformas constitucionais e partidárias, esclareceu que a anistia e outras ações políticas e econômicas, continuariam em um ritmo seguro, lento e gradual para evitar “indigestão”. Nas páginas de *Veja*, “baderna, truculência e desrespeito à lei” foram os adjetivos para classificar o movimento dos trabalhadores da construção civil em greve realizada em Belo Horizonte, o que apontava para alterações cobertura de manifestações sociais a partir de meados daquele ano.

O movimento, inclusive, não foi identificado como sendo um protesto de trabalhadores, mas uma “revolta de peões”, classificando as greves como “problema número 1” a ser enfrentado pelo governo. E ainda, ao anunciar que Delfim Netto assumiria o Ministério do Planejamento, a Carta ao Leitor de 22 de agosto diz que o país “redescobria o otimismo” e esperava que os índices econômicos voltassem a figurar nos níveis do início da década de 1970. A palavra “milagre”, referida aos anos de altos índices de crescimento econômico, deixou de aparecer entre aspas nesse editorial, diferente do que foi possível constatar na investigação das edições dos anos anteriores.

A aprovação da Lei de Anistia no dia 29 de agosto de 1979, foi cercada de limitações e críticas principalmente ao seu caráter de reciprocidade que absolveu assassinos e torturadores, proporcionou a libertação de presos políticos, o retorno de exilados e banidos. Mas foi também, a configuração do que o historiador Daniel Arão Reis Filho (2010) chamou de um “pacto de sociedade”, no qual silêncios e esquecimentos foram construídos em torno da participação da sociedade civil no golpe e na manutenção da ditadura, que agora recusava responsabiliza-se. Ou, em outras palavras, como as usadas por *Veja* para noticiar a aprovação da anistia, o episódio marcava a “página virada” do apoio de milhares nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, nos altos índices de aceitação dos presidentes militares, nos significativos números de votos à ARENA ao longo do regime (REIS, 2010) e no apoio dado pela grande maioria dos veículos

de imprensa, que passaram a construir uma autoimagem de vítimas da censura e ataques à liberdade de informação. Mesmo a tortura, crime imprescritível contra a humanidade, foi silenciado.

Nos meses seguintes, a discussão acalorada acerca dos moldes como se daria a anistia deu lugar à configuração pluripartidária na qual estavam sendo delineadas alianças e jogos de interesses. A busca de votos e grupos de apoio aos nascentes partidos ou aqueles que existiam no cenário político antes da imposição do bipartidarismo e que renasciam ora com discursos formulados no passado, ora com doses de inovação, foi se tornando o foco da discussão política nas revistas. Assim, os rumos da abertura, até então pressionados por demandas sociais, que emergiam por parte de diferentes grupos conforme abordado ao longo desse capítulo, foram direcionados para a busca da construção de um regime democrático pautado menos na ação reivindicatória e mais na defesa do voto como instrumento de prática cidadã.

CAPÍTULO III – A POLÍTICA DA CONCILIAÇÃO: ENTRE A *EXPERIÊNCIA* AUTORITÁRIA E A *EXPECTATIVA* DEMOCRÁTICA

A seletividade para a produção de uma nova edição, seja de um jornal diário ou de revistas semanais ou mensais, pressupõe que, em meio a uma grande quantidade de eventos, alguns receberão destaque, outros serão tratados com menos ênfase e, outros ainda, simplesmente ficarão de fora. A cada nova edição, os veículos de mídia impressa reconfiguram informações acerca de eventos passados recentemente ou há mais tempo, articulando-as ao que é apresentado como assuntos imediatos. Assim, invocam um passado que nunca está pronto, podendo ser modificado, de acordo com os interesses de um dado momento, sendo usado para dar a inteligibilidade necessária para a narrativa construída acerca deste ou aquele acontecimento.

Essa seleção realizada por equipes de jornalistas e editores é acompanhada, em muitos casos, de outros dois artifícios, utilizados para atrair leitores que, via de regra, são consumidores de informação e fontes de captação de recursos para a empresa-imprensa. A primeira delas remete à exclusividade da notícia diante das empresas midiáticas concorrentes. A garantia do *scoop*⁶³ dá valor à velocidade com que a informação foi disponibilizada pelo jornal ou revista. Mas a rapidez não se configura como a única exigência no competitivo mundo dos meios de comunicação, o que nos leva a outro artifício bastante utilizado pelos jornalistas, que diz respeito à interpretação do acontecimento para o leitor, que receberá do veículo midiático a identificação quase que

⁶³ Termo em inglês utilizado no jornalismo para identificar o “furo de reportagem”, ou seja, quando uma notícia é publicada em um meio antes dos demais.

imediate do que pode ou não ser considerado como um “fato histórico”.

Conforme nos orienta Koselleck (2006), o tempo não pode ser expresso, senão por meio de metáforas, sendo estas organizadas a partir de experiências passadas, que delineiam a inteligibilidade do presente, estando este *espaço de experiências* voltado a possibilidades futuras ou a um *horizonte de expectativas*. Entre as tensões dessas duas presenças, encontramos o *tempo histórico*, como uma construção cultural que relaciona o conhecido com a expectativa do que pode vir a se tornar experimentado. Dessa forma, temos no presente duas presenças: a do passado e a do futuro. Para o historiador, tais expectativas de futuro estão limitadas ao relacionamento que se tem com um conjunto de experiências.

Discutimos nos capítulos anteriores a importância dos *mass media* como espaços para a inscrição de temas na cena pública e seu papel autoatribuído de mediadores entre a população e o governo. Debates também, como as revistas analisadas agenciaram argumentos e reportórios em torno da abertura política, ora otimistas, ora nem tanto, mas apresentando-se como veículos capazes de “enxergar” o que nem todos conseguiriam. Apareceram então dotados de legitimidade para interpretar o emaranhado caótico de eventos diários, dotando-lhes de sentido. A proposta desta terceira parte do trabalho tentará relacionar dois momentos envoltos em diferentes espaços de experiências e, conseqüentemente distintos horizontes de expectativas. Em um primeiro momento, trataremos das expectativas presentes nas narrativas das revistas durante os anos finais da ditadura militar, quando as experiências de sucessivos avanços e retrocessos emaranhavam-se em incertezas quanto ao momento de efetiva devolução do poder aos civis. Como a proposta desde estudo é privilegiar aqueles momentos que apareceram como próprios à

participação cidadã, abordaremos ainda, as narrativas acerca do movimento *Diretas Já* e seus desdobramentos, que culminaram em consensos que envolveram velhas figuras do cenário político brasileiro em novos arranjos. A parte final buscará ponderar acerca do período imediatamente posterior ao marco razoavelmente consensual na historiografia, mas não o único, que compreende 1985 como o ano final da ditadura militar. A proposta é circunscrever um quadro de horizonte de expectativas manejados por essas mídias de circulação nacional, após a rejeição pelo Congresso da emenda Dante de Oliveira, quando as narrativas passaram a destacar como crucial à construção de um “novo país” a elaboração de uma nova Constituição.

3.1 A década termina, a ditadura continua

Em texto clássico,⁶⁴ Pierre Nora (1979) afirma que nossa época distingue-se de outros tempos, justamente pela capacidade de encontrar o presente vivido dotado imediatamente de um sentido histórico. Segundo ele, tal *democratização da história*, na qual ocorreu uma circulação generalizada de percepção histórica trouxe o *acontecimento* como especificidade. Para se tornar *histórico*, o *acontecimento*, como identificado por Nora, precisa vir a ser de conhecimento público, sendo os meios de comunicação os agenciadores capazes de selecionar o que virá a ser noticiado, ou seja, o que será entendido como propício a ser um *acontecimento*.

⁶⁴ Refiro-me ao seguinte texto NORA, Pierre. “O retorno do fato”. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: Novos Problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 2ª edição, 1979, p.180.

Além da triagem realizada diariamente, ao final de determinados períodos, ocorre uma outra seleção, na qual são elencados os acontecimentos de maior destaque e que, futuramente, serão referenciados quando procuradas informações acerca daquele período. Tais períodos podem fazer referência ao calendário, como nas retrospectivas anuais, por exemplo, ou podem remeter a outras referências usadas para demarcar inícios e términos de ciclos políticos, econômicos etc. Nesse sentido, a ideia de linearidade temporal dá lugar à percepção de que o tempo é uma construção cultural (KOSELLECK, 2006). São nesses momentos, em que o passado é revisitado, trazendo à tona acontecimentos entendidos como memoráveis e em que as expectativas de futuro surgem em meio a previsões econômicas e eventos recentes, que se pode modificar no presente os cursos dos caminhos vindouros.

Ao final da década de 1970, as revistas *Veja* e *Isto É* apresentaram editoriais que tendiam às memórias e cada um dos semanários elaborou sua retrospectiva da época. Dada a transformação no cenário político, devido ao projeto de abertura, muitos dos destaques selecionados referenciaram eventos ligados à transição. A crise econômica e seus desdobramentos também foram sublinhados.

Veja encerrou o ano de 1979 defendendo que a radicalização em nada poderia auxiliar à abertura: passou a tratar as greves que se multiplicaram pelo país como movimentos ilegítimos, de baderdeiros, e reiterou a conciliação da sociedade como caminho único para o estabelecimento da normalidade democrática. Na edição de 5 de dezembro, realizou críticas veementes ao episódio que viria a ser conhecido como *Novembrada*, no qual, em visita a Florianópolis, o presidente João Figueiredo foi agredido por manifestantes no centro da cidade, quando populares gritavam

frases contra a ditadura e dirigiram ofensas à figura do presidente. Para *Veja*, os sentidos de democracia e os rumos da abertura foram questionados no episódio, pois:

A esse ritmo, não há abertura política que aguente – seria a mais redonda das ilusões imaginar que democracia é isso mesmo e que, afinal, estas são coisas que acontecem. Democracia não é isso e quando essas coisas começam a acontecer é sinal de que a democracia, ou seja lá o que for, está indo muito mal. É bom dizer, desde logo, que a abertura política não se faz no meio da rua e que um presidente da República não pode ir discutir com a multidão.⁶⁵

É possível observar que, do ponto de vista de *Veja*, os significados de democracia, dado o momento de transição, ainda eram confusos. Mas, transparece seu descontentamento com a abertura política feita “no meio da rua”. Ainda segundo a revista, as emissoras de televisão foram “recomendadas” a não exibirem imagens do “entrevero” entre os manifestantes – chamados de “grupos de radicais” – e o presidente. Um dos funcionários de Rede Globo havia informado à revista que a palavra “proibido” não havia sido usada, que fora apenas uma recomendação, que se escolheu seguir.

A última edição do ano foi, efetivamente uma seleção dos “acontecimentos da década”, na qual *Veja* detalhou suas intensões em interpretar o conjunto de acontecimentos daqueles últimos anos:

Em “Os Anos 70” *Veja* não pretendeu fazer história nem escrever um tratado de sociologia

⁶⁵ *Veja* n. 517 5 dez. 1979 p. 19.

ou ciência política, mesmo porque este não é o trabalho de jornalista; também não houve a pretensão de apresentar tudo o que aconteceu entre janeiro de 1970 e dezembro de 1979. O objetivo foi levar ao leitor uma reflexão sobre o que os anos 70 significaram – que mudanças trouxeram em relação ao passado, que perspectivas abriram em relação ao futuro, que ensinamentos podem ter deixado. Nesta dimensão, mais importante que relacionar episódios é mostrar o que querem dizer sua soma e combinação.⁶⁶

No cenário econômico, o maior destaque foi dado à crise do petróleo e seus impactos sobre o Brasil e o mundo, delineando expectativas de problemas do mesmo teor para a década seguinte. A retrospectiva política destacou a eleição de 1974, na qual a expressiva votação conquistada pelo MDB teria, segundo a revista, “rachado a década ao meio”, por representar um momento de transformação que continuaria a ser moldado ao longo dos anos seguintes. A tortura e a censura, bem como a ação de grupos terroristas contrários à ditadura também foram considerados destaques da época, entretanto, a revista parece adotar uma postura imparcial ao tratar de tais assuntos, criticando radicalismos de ambos os lados. O radicalismo parece ter se tornado a grande preocupação da revista, que volta a condená-lo ao tratar das conquistas femininas ao longo da década e ao discutir os movimentos da sociedade civil, como o novo sindicalismo e as greves que marcaram os anos de 1978 e 1979. O movimento estudantil, mesmo tendo recebido grande cobertura entre os anos de 1977 a 1979, ficou de fora da retrospectiva da década.

Isto É também construiu sua retrospectiva, na qual destacou a atuação de Luís Ignácio da Silva e Raymundo

⁶⁶ **Veja** n. 590 26 dez. 1979, p. 9.

Faoro,⁶⁷ duas figuras do cenário político como as mais influentes da época. Lula, por sua liderança diante de “uma fatia do proletariado brasileiro que começa a ficar consciente de sua força e sequiosa por participação” e Faoro por sua coragem ao ter sido a voz “forte, destemida” da OAB.⁶⁸ Outras personalidades como a do jornalista Vladimir Herzog, entendido como um “destaque involuntário” devido a sua morte, em 1975, tornar-se um marco das reações civis contra o arbítrio, os presidentes Ernesto Geisel e João Figueiredo e “seu principal conselheiro”, o Golbery do Colto e Silva, Dom Paulo Evaristo Arns, identificado como “o mais político dos cardeais brasileiros” e o líder do MDB, Ulysses Guimarães.

“Sufoco”, “crises”, “violência”, “frustrações” estiveram entre as expressões usadas para adjetivar a década. Entretanto, o destaque foi dado à atuação do movimento dos trabalhadores que, em face às consequências do “milagre econômico”, que concentrou renda, achatou os salários e abriu o país ao capital internacional, serviu para mobilizar a classe trabalhadora, que ousou enfrentar, segundo *Isto É*, como nenhum outro grupo, o gradualismo da abertura. Além disso, o movimento trouxe à baila, discussões acerca da tutela estatal sobre os trabalhadores, o conservadorismo do empresariado e fez emergir do próprio movimento autocríticas quanto à organização e a necessidade de ampliar a participação política, inclusive por meio da criação de um partido dos trabalhadores.

A atuação das revistas ao longo da década também aparece nas retrospectivas, dando ao leitor a ideia de que parte da história política nacional é, transversalmente, a história das próprias revistas. Para *Veja*, que teve seu número de estreia em

⁶⁷ Em maio de 198, Raymundo Faoro se tornou diretor de redação no lugar de Mino Carta.

⁶⁸ *Isto É*, n. 156 19 dez. 1979, p. 3.

setembro de 1968, a década representava sua “implantação” definitiva na imprensa brasileira e destacava que a tiragem do semanário alcançava naquele mês o número de 370 000 exemplares. Os números de tiragem de *Isto É* também foram divulgados em dezembro de 1979. A revista surgira naquela década, no ano de 1976, e contava com números bem mais modestos do que *Veja*, mas salientava seu contínuo crescimento no segmento de revistas de informação e entendia como acertada a escolha realizada em 1977, quando passou de circulação mensal para semanal. Segundo a edição de 19 de dezembro de 1979, a quantidade de exemplares estava em torno de 100.000 por tiragem, mas que mesmo assim, *Isto É* não se entendia como portadora de um “papel secundário” dentro na imprensa nacional. A preocupação com a contínua qualidade das análises oferecidas a seus leitores, realizadas por profissionais especializados, correspondentes e a defesa de total liberdade de informação eram apregoadas por ambas as revistas.

A partir dos acontecimentos elecandos como de maior importância na década, as revistas traçavam expectativas quanto ao momento final da transição. Enquanto *Veja* valorizava as ações governistas em prol da abertura, *Isto É* utilizava-se dos mesmos acontecimentos para questionar quanto tempo ainda seria necessário esperar para que, enfim, se consumasse a devolução do governo do país a um presidente civil. Em 5 de março de 1980, o diretor de redação de *Veja*, José Roberto Guzzo pontuava ser fato “que, por onde o governo passou, abriu – e só ele abriu” e que “ou se aceita isso, ou então, vai ficar cada vez mais difícil fazer política nesse país”.⁶⁹ A capa desta edição trouxe uma cédula eleitoral sob o título de “O triunfo do voto”, fazendo referência à emenda constitucional assinada pelo presidente João Figueiro, na qual

⁶⁹ VEJA, n. 600 05 mar. 1980, p 15

eram extintos os senadores “biônicos”, criados pelo Pacote de abril de 1977. A emenda também defina que seriam diretas as eleições para o cargo de governador no ano de 1982 e eram anunciadas “profundas transformações” na Lei Falcão, que regulamentava a propaganda eleitoral. Para a revista, tais medidas significavam um longo passo na abertura política “conduzida pelo governo”.

Ainda sob o clima da entrada na nova década, em 19 de março de 1980, *Veja* publicou reportagem de autoria do então diretor-adjunto da revista, Elio Gaspari,⁷⁰ acerca da trajetória do Chefe de Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, destacando sua atuação política na última década. A extensa reportagem não economizou nos títulos atribuídos ao general que, entre outros, foi chamado de “o mago da abertura”, “o fabricante de nuvens”⁷¹ e o “conservador que deu forma e conteúdo” ao projeto de abertura. Elio Gaspari fez uso de uma retórica semelhante em sua coleção de livros sobre a ditadura, elaborados principalmente a partir do fundo documental que o General Golbery legou ao jornalista.⁷² O fim da censura à imprensa, articulações que levaram ao fim do AI-5 e o combate

⁷⁰ Via de regra, a revista *Veja* não identificava o nome dos jornalistas responsáveis pelas reportagens. Entretanto, em alguns casos como em matérias especiais, entrevistas ou artigos que traziam informações exclusivas, o nome dos jornalistas que trabalharam na redação e edição era mencionado na “Carta ao Leitor”, o editorial da revista.

⁷¹ Na análise da revista, Golbery não fazia chover, mas criava as nuvens que teriam tal função. A analogia era referente a atuação estratégica do general, no sentido de garantir a segurança para a distensão política.

⁷² Refiro-me aqui à série de quatro livros sobre a ditadura militar e seus personagens, que fora dividida em duas partes, composta por quatro volumes. Nos dois primeiros, *As Ilusões Armadas*, na qual estão *A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada* e por último, os volumes *A Ditadura Derrotada* e *A Ditadura Encurralada*, que compõem a segunda parte chamada de *O Sacerdote e o Feiticeiro*.

à radicalização proposta pelo general Sylvio Frota estão entre os feitos que, segundo a revista, colocavam-no como um dos principais artífices da transição moderada pelo governo. O texto jornalístico constrói a imagem de um general intelectualizado, mas pouco elegante no vestir e no portar-se à mesa, de um escritor de “texto torturado, barroco e maçante”, mas irônico e bem-humorado no falar e que, justamente por suas posturas liberalizantes e supostamente contrárias à grande concentração de poder perpetrada com o AI-5, acumulara inimigos dentro da corporação militar. Destaca-se também que as intensões de Golbery defendiam que a abertura, sempre arquitetada para que ocorresse de forma lenta, gradual e segura, tivesse começado em 1972, pois assim, teria coincidido com um período de maior otimismo, fruto do desenvolvimento da época. Abreu e Lattman-Weltman (2006) identificam que, entre as interpretações do sentido histórico da transição, uma delas confere certa continuidade de valores, que mesmo mal compreendidos ou postos em suspensão, dados os entraves não previstos, mantiveram-se nas perspectivas dos líderes do regime. Nesse sentido, os artífices do golpe, militares ou não, aparecem como aqueles capazes de garantir a ordem contra as ameaças à segurança nacional e a transição seria uma continuidade desse processo, incorrendo assim, em uma minimização das significativas transformações sociais operadas desde os primeiros anos do regime.

Veja reforçava um discurso adotado principalmente a partir de 1979, no qual a crítica ao autoritarismo deu lugar a recorrentes elogios e votos de confiança ao governo militar. Elogiando a “medida acertada” do presidente Figueiredo acerca da exoneração do general Antônio Carlos de Andrada Serpa do cargo de Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP), que reincidira em fazer críticas à permissividade dada pelo governo brasileiro à ação das multinacionais, a revista sugere que a lei estava sendo aplicada de forma isonômica

tanto para um cidadão comum como para um militar que exercia cargo de chefia em um Ministério:

É um alívio, para o país, constatar que gestos de indisciplina entre os militares são firmemente coibidos com a aplicação do princípio de autoridade – e que militares descontentes com o governo não geram mais crises políticas, apenas são punidos de acordo com as leis. É tudo muito simples: o general Serpa, como qualquer cidadão brasileiro maior de idade e em dia com suas obrigações, tem todo o direito a seus pontos de vista; também como qualquer cidadão brasileiro, ele está sujeito ao que determina a lei. Como o general Serpa vinha ferindo a lei, ao insistir em seus pronunciamentos políticos, não havia outra coisa a fazer senão exonerá-lo.⁷³

A onda de greves, que fora um dos principais assuntos destacados nas revistas entre os anos de 1978 e 1979, continuara a ser noticiada ao longo do ano de 1980. Em campanha realizada na própria revista, *Isto É* dava sinais de que acreditava na continuidade dos movimentos contestatórios, pois dizia aos leitores que uma forma de arma para mais um ano de luta era a assinatura do semanário.

E, de fato, os movimentos continuaram a acontecer. Diferentemente de *Isto É*, *Veja* passou a descreditar a força das lutas trabalhistas. O apoio da Igreja Católica aos grevistas do ABC paulista, principalmente durante os meses iniciais de 1980, bem como as ações repressivas, foram entendidas na edição n. 608 de *Veja* como um jogo de forças, no qual o

⁷³ *Veja* n. 607, 26 abr. 1980, p. 19.

movimento grevista já dava “sinais de exaustão”, dado o crescente número de trabalhadores que voltavam às fábricas nos dias anteriores. Para a revista, não restavam dúvidas quanto à superioridade das forças do governo. Em contrapartida, a opção da Igreja em “fazer política”, disponibilizando espaço e voz aos trabalhadores foi construída ao longo daquela edição com desestruturada e questionável:

A Igreja, pelo que deixaram claro suas notas e, sobretudo seus atos da semana passada, não aceita mais a ordem social e política vigente no país – mais que apoiar as reivindicações dos operários, no caso específico da greve do ABC, disseram os padres, interessa à Igreja Católica defender alterações de fundo na sociedade brasileira. Não se indicam com clareza, quais alterações seriam essas, nem como fazê-las. (...)

Muito se discute se a Igreja deve ou não fazer política. Eis aí uma questão que a própria Igreja tem de decidir por si – quem está fora de seu circuito não tem nada a ver com isso. Só se espera que, uma vez tendo decidido fazer política, a Igreja a faça direito.⁷⁴

A edição não aprofundou-se em temas que pudessem demonstrar o que *Veja* entendia por “fazer política” ou os parâmetros utilizados para a análise quanto ao engajamento da Igreja. Mas é possível compreender que, pela repetição das narrativas acerca da abertura, a revista entendia que a ação política deveria ocorrer pela via tradicional, ou seja, por meio de representantes e partidos políticos, fora das ruas, sem perturbação da ordem ou paralelamente ao poder do Estado.

⁷⁴ **Veja** n. 608 30 abr. 1980 p. 15.

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009), o governo esperava que, depois de promulgada a Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, a oposição perderia sua bandeira de mobilização popular, garantindo que o regime controlaria o processo de abertura política. Entretanto, a grande afronta à autoridade do presidente Figueiredo e, conseqüentemente, a desestabilização da abertura moderada viria, segundo o historiador, por meio de insubordinações e atentados provocados por setores da própria corporação militar, que nunca fora uma instituição de pensamento único, abrigo de diferentes ideologias, entre as quais, grupos extremistas, mas que ainda assim, conseguiria permanecer até 1985 no poder.

Segundo Gustavo Moraes Rego Reis⁷⁵, que ocupou a chefia do Gabinete Militar durante o governo do Presidente Geisel, havia três comportamentos característicos por parte dos militares em relação ao projeto de abertura: aqueles que eram contra, sob quaisquer aspectos, os que eram favoráveis, mas contrários ao ritmo e a velocidade com que o projeto vinha sendo implementado e aqueles que não se definiam ou não se pronunciavam, sendo estes o grupo de maior número. Observamos assim, que mesmo sob o viés do corporativismo, que uniu e fortaleceu os militares, estes, não deixaram de defender encaminhamentos distintos após a tomada do poder.

3.2 Terrorismo de direita e os rumos da distensão

O ano de 1980 foi marcado por uma série de atentados à bomba, incêndios em bancas de jornal e sequestros, que além de mortos e feridos legaram um generalizado ambiente de temor. Os atentados eram dirigidos a alvos, que de alguma

⁷⁵ Utilizo-me do depoimento dado aos pesquisadores do CPODC-FGV, que resultou no livro *A volta aos quartéis*, acerca da memória militar sobre o período de abertura.

forma, estavam ligados à esquerda, entre eles, o sequestro do jurista Dalmo de Abreu Dallari, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo e o ataque a tiros ao prédio onde funcionavam a sede estadual do Partido dos Trabalhadores e a seção paulista do Comitê Brasileiro de Ética. O número de atentados foi aumentando com o passar dos meses, espalhando-se por diversos estados. Pichações, arrombamentos, ameaças telefônicas e cartazes advertiam contra a disseminação de ideias comunistas. As revistas registravam que a escalada crescente de atentados permanecia impune e que as ações dos terroristas estavam cada vez mais ousadas:

Centenas de jornaleiros de seis Estados Brasileiros continuaram recebendo panfletos avisando-os de que suas bancas seriam destruídas se insistisse em vender publicações “que divulgavam ideias comunistas”. Dezenas de bancas dos subúrbios cariocas de Ramos e Campo Grande tiveram seus cadeados inutilizados (...). A impunidade fez crescerem, também, a violência e a ousadia: em Madureira e Vila Isabel, no Rio, dois homens a bordo de um Passat preto ameaçaram pessoalmente vários jornaleiros.⁷⁶

Após abordar o assunto em artigos que não ocuparam mais do que uma página, em 3 de setembro de 1980, o assunto finalmente ganhou a capa da revista *Veja*, que destacou a morte de Lyda Monteiro da Silva, secretária da OAB, após atentado à bomba na sede da instituição, no centro do Rio de Janeiro. A revista identificou que, nos seis primeiros meses do ano, o número de atentados passara da marca dos setenta e que, ainda assim, a impunidade imperava, estimulando novas ações terroristas. A matéria destacou a transformação do enterro de

⁷⁶ *Veja* n. 621, 30 jul. 1980, p. 26.

Dona Lyda em um verdadeiro movimento contra o terror dos ataques da direita, que contou com cerca de dez mil pessoas. Na análise da revista, a abertura política sofrera sérios abalos com esse episódio e ações urgentes deveriam ser tomadas em nome da segurança da democracia. Na mesma data, *Isto É* também trazia o terrorismo como destaque de capa, discutido na edição que o terrorismo, ao atingir cidadãos comuns, agredia a todos os demais, como também consistia em uma espécie de agressão o descaso por parte do governo com as investigações sobre os culpados.

Em meio a um clima tenso, provocado, entre outros fatores pelo agravamento da crise econômica, contínuos registros de ataques à bomba, a iminência de greves, saques, protestos por melhorias nos transportes e na educação - chamadas por *Isto É* de “questões sociais” – a revista propõe como saída a negociação. Na coluna de política assinada por Mino Carta em janeiro de 1981, o jornalista ironizou que, mesmo não se arriscando na “futurologia”, como vinham fazendo alguns analistas políticos, e evitando transformar seus temores e esperanças em previsões, entendia haver urgência de que empresários, trabalhadores, governo e oposição “aprendessem a negociar”.

Veja também seguiu defendendo que o momento não deveria ser de enfrentamentos ou revanchismos contra atos cometidos no passado e via na anistia de 1979 um gesto simbólico da disposição por parte do governo em ceder rumo ao entendimento nacional. Assim, para que mantivessem abertas as vias de transição, a oposição também deveria ceder, olhando menos para o passado e mais para o futuro. Perdão e esquecimento eram valores que, nas narrativas da revista, aparecem como os alicerces para esse “novo” e “democrático” Brasil que surgia na *horizonte de expectativa* da revista.

E em meio a esses discursos que pregavam a reconciliação, um novo caso de atentado à bomba ganhou destaque em maio de 1981. Durante a realização de um show no Rio de Janeiro, no complexo de eventos Riocentro, em comemoração ao dia do trabalhador, promovido pelo Centro Brasileiro Democrático, entidade filiada ao Partido Comunista Brasileiro, uma bomba explodiu a menos de 150 metros dali, matando o Sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o Capitão-paraquedista Wilson Luís Chaves Machado, ambos integrantes do DOI-CODI. A edição de *Veja* de 6 de maio teve sua capa ilustrada com a imagem do carro Puma, usado pelos militares, coberto por destroços decorrentes da explosão. Em reportagem especial, a revista ouviu e construiu suas próprias hipóteses sobre as causas da explosão e demonstrou postura de indignação diante do momento de insegurança vivido no país. Mas, encerrou a reportagem levantando o seguinte questionamento:

Afinal, ou vai-se buscar a identidade de terroristas que ousaram atingir militares em serviço, ou vai-se buscar os motivos que podem levar dois integrantes do DOI-CODI a trafegar na sombra de um show onde havia 20 000 pessoas, com uma bomba nas mãos.⁷⁷

Na semana seguinte, ainda sem resultados mais concretos que ajudassem a explicar os motivos da explosão e identificar os possíveis envolvidos, a capa da edição seguinte de *Veja* destacou, sobre a imagem de um apreensivo presidente a frase “Figueiredo enfrenta a luta armada”. A matéria que tratou do assunto sugestionou um retorno à luta armada, mas a partir de ações praticadas pela direita. Contudo, a imagem de

⁷⁷ *Veja* n. 661, 06 mai. 1981 p. 25.

capa, acompanhada da frase, tem conotação ambígua, podendo, em um primeiro momento, levar seus leitores a associarem a notícia à ação armada realizada no país por grupos de esquerda durante os anos iniciais da ditadura militar. Na mesma edição, o único suspeito preso pelos atentados terroristas de agosto do ano anterior, Ronald Walters, um suposto agente norte-americano, disse a *Veja* que os jornalistas, por mais bem informados que fossem, não faziam ideia da delicadeza do momento político nacional e que a explosão no Rio de Janeiro teria sido um “acidente de trabalho”. Afirmando preferir o silêncio, inclusive como forma de proteção, Walters fora dias depois solto por falta de provas. Na ocasião, também falara a *Isto É* e afirmou que o caso era “mais complexo do que vocês [jornalistas] imaginam” e que usaria os diários escritos durante a prisão para um dia “contar tudo”.

Em 17 de junho, *Veja* informou aos leitores que o processo de investigação era, aos olhos do presidente, “coisa do passado” e que os esforços deveriam voltar-se para as eleições de 1982 e para assegurar o processo de abertura. Para Ulysses Guimarães, contudo, deixar de apurar com rigor e de punir os envolvidos, seria o mesmo que acumpliciar-se com os culpados. A revista parece ter cumprido a sugestão do presidente e passou a destacar nas edições seguintes os arranjos políticos que estavam sendo arquitetados para as eleições de 1982. Contudo, em setembro daquele ano, o caso voltou à tona, quando o juiz corregedor Célio Lobão Ferreira, decidiu desarquivar o caso e voltar às análises até então entendidas como obscuras o suficiente para travar as investigações, sendo novamente arquivado em outubro. *Isto É* continuou questionando o caso e acreditando que o “cordão de isolamento” imposto pelos órgãos de segurança acentuava suas suspeitas de que a apuração desejava manter as reais causas do atentado longe do público.

Conforme abordado anteriormente, ao selecionar as notícias a serem publicadas, tantos outros eventos são silenciados e não vêm a tornar-se um acontecimento, justamente por não se tornarem públicos. Dada a continuidade de matérias acerca das abordagens policiais violentas, denúncias de telefones grampeados ou outras formas de espionagens, intimidações aos opositores políticos e a jornalistas, além de manobras visando garantir a permanência dos grupos políticos ligados aos militares, somos levados a refletir sobre as práticas do processo de transição. Segundo Skidmore (1988), o silêncio instaurado diante do episódio do Riocentro serviu para aumentar as suspeitas do envolvimento do Exército e o interesse dos linha-dura em frustrar a abertura iniciada no governo do presidente Geisel. O episódio servia ainda, para expor as contradições de uma transição rumo à consolidação democrática, que, continuava a conviver com órgãos repressivos e dissimulações nos processos de investigação. Ainda de acordo com Skidmore, tais dissimulações, diante dos tímidos esforços por parte do presidente em apurar os atentados, fizeram o general Golbery pedir demissão em agosto de 1981.

3.3 O processo eleitoral de 1982

Nos meses finais de 1981, grandes centros urbanos voltaram a protagonizar manifestações populares contra a qualidade e o preço dos transportes, a falta de moradia, o alto valor dos alimentos e novas ondas de greves evidenciavam o descontentamento de trabalhadores dos mais variados setores, enquanto no interior do país ocorreram invasões em massa. A falta de perspectiva de soluções definitivas devolve o problema às áreas urbanas, que além de incharem as aglomerações de habitações precárias existentes, criam novos assentamentos sem quaisquer recursos. No campo político, o mês de novembro trouxe um novo “pacote”, destinado a

assegurar que a maioria dos congressistas eleitos fosse do partido do governo, o Partido Democrático Social – PDS,⁷⁸ garantindo assim, a maioria no Congresso. De acordo com o “pacote de novembro”, os eleitores ficaram obrigados a votar em um único partido e ficavam proibidas coligações partidárias, objetivando com essa medida, fracionar os votos da oposição. Outra mudança realizada, diz respeito ao formato da cédula eleitoral, que deixou de apresentar os nomes dos candidatos, exigindo assim do eleitor a escrita do nome do concorrente escolhido. Tal medida visava atingir os partidos de oposição, tendo em vista que o único partido que contava com estrutura organizacional em nível nacional para assegurar o preenchimento correto da cédula era o PDS (Skidmore, 1988).

Ao longo de 1982, o cenário político incorporou novas ferramentas de divulgação de ideias e manobras, dentro do que era permitido ou a partir das mudanças nas regras do jogo, dirigido ainda pelo governo militar. Os programas de rádio e televisão foram, nesse período, verdadeiros laboratórios do que viriam a se tornar, anos depois, os principais meios de divulgação de programas de governo. O alcance das telecomunicações fez com que mesmo um comício realizado em uma cidade específica ou cenas de um debate entre candidatos, pudessem ser reproduzidos para outros possíveis eleitores em cidades distantes. Os debates passaram a ser seguidos de pesquisas e, por meio de percentuais, que indicavam as propostas que mais agradaram o eleitorado, a imprensa indicava os supostos ganhadores das discussões. As pesquisas revelaram também que existiam outros entraves à divulgação das propostas dos candidatos. Tolhidos pelos anos de repressão, falta de liberdade de imprensa e de expressão,

⁷⁸ O PDS foi criado em 1980 pelos integrantes da Arena, após a extinção do bipartidarismo realizada em 1979, no primeiro ano de mandato do presidente João Figueiredo.

além de eleições indiretas ou de alguma forma manipuladas, eleitores e eleitoras perderam o interesse na vida política nacional — ao menos a política feita aos moldes tradicionais — e muitos eleitores entrevistados declaravam que não esperavam que as eleições trouxessem mudanças significativas em suas vidas. Entretanto, as revistas registravam que o interesse do eleitorado ao longo da campanha parecia crescer. Mas, quando a política feita via televisão parecia dar sinais de aquecimento e começava a ser percebido um significativo aumento nos índices de telespectadores dispostos a conhecer e escolher seus candidatos, a Lei Falcão retornou, pondo fim aos debates televisionados, sob o argumento de que as divergências e o radicalismo das discussões poderiam comprometer a abertura.

Pensando em explicar aos eleitores o que era a abertura e como o partido estava envolvido em sua realização, o PDS criou o *Jornal da Abertura*, para circular durante o período eleitoral. Também foram elaboradas cartilhas, que seriam distribuídas por todo o país, as quais, além de apresentar o programa do partido, ensinavam “como organizar uma campanha, divulgar uma plataforma eleitoral e, até, pedir votos”.⁷⁹ Segundo noticiado em *Veja*, o trabalho de divulgação visava afirmar que sem os esforços dos partidários do PDS, as eleições que seriam disputadas em 1982 não aconteceriam, pois também faziam parte do processo de abertura.

O PMDB, consolidado no início da década de 1980 como o maior partido de oposição ao governo, também procurou, em contato direto com os eleitores, instruí-los no ato de votar, mas encontrou algumas dificuldades:

⁷⁹ *Veja* n. 728, 18 ago. 1979 p. 29.

Com um modelo ampliado da cédula eleitoral, em cartolina, e sob o comando do deputado José Fogaça (...) o PMDB foi na quinta-feira passada ensinar os gaúchos a votarem. Mas a aula não chegou ao fim. O tenente Altemir Ferreira, da Brigada Militar, compareceu com um pelotão de soldados para lembrar ao deputado que eram proibidas manifestações naquele local. Fogaça, disciplinadamente, juntou seus papéis e foi embora – mas irritou o militar ao recusar o convite para ir ao 9º Batalhão explicar o que fazia na rua. “Diga ao seu comandante que estou à disposição na Assembleia”, recomendou ao tenente. Não chegou a andar 100 metros. Quinze soldados cercaram os políticos que se retiravam, e um deles tentou empurrar Fogaça para dentro do carro. Ele resistiu, e seus comandantes lembraram suas imunidades parlamentares, mas os policiais fizeram valer a força de seus cassetetes, até que o deputado concordasse em ir ao Batalhão, em seu próprio automóvel.⁸⁰

Mais adiante, a reportagem explicou que os policiais estavam agindo norteados por uma portaria em vigor desde 1979, que proibia concentrações em vias públicas sem prévia autorização da polícia. Assim, constata-se que a aproximação de candidatos e eleitores, bem como o envolvimento de filiados aos partidos, no sentido de familiarizar a população com os procedimentos característicos de uma eleição direta, sofriam ainda com as mordanças legais que limitavam a prática da cidadania política.

Ao longo do processo eleitoral, as revistas fizeram uso de pesquisas de opinião e estimaram os vitoriosos em cada

⁸⁰ Veja n. 731, 8 set. 1982 p. 25.

estado. Dias antes do resultado, *Veja* identificou a realização das eleições diretas de 1982 como a mais significativa das vitórias possíveis da abertura, valorizando-a como maior instrumento de legitimação da “vontade do povo”. A revista buscou legitimar o papel do governo na condução do processo, minimizando a pressão realizada desde os anos anteriores por diversos grupos e movimentos, que ao ampliarem sua concepção de que possuíam direito a ter direitos exigiam atenção às suas causas. Após processados os resultados, o PDS conquistara a vitória na eleição de governador em 12 dos 22 estados, enquanto os partidos de oposição venceram em 10, sendo 9 conquistados pelo PMDB e 1 pelo PDT. Para a revista

O que define e resume as eleições de 15 de novembro é a vitória geral do partido do governo, marcadamente mais expressiva em tempos de crise. Mas a grande novidade concreta para o país é a emergência de um poderoso bloco de estados que, a partir de março de 1983, começará a ser governado por forças que há quase duas décadas estavam fora do poder.⁸¹

A eleição garantiu aos partidos de oposição – somados o PMDB, PDT, PTB e PT – maioria na Câmara dos Deputados, com 240 representantes diante dos 235 do PDS. No Senado, a maioria permanecia com o PDS, que alcançava 46 cadeiras contra 23 da oposição. Vale lembrar que, tanto no Colégio Eleitoral — formado por Congresso e delegados estaduais, encarregados da escolha do sucessor presidencial — como no Congresso — número total de cadeiras somando-se deputados e senadores —, o partido do governo continuava ter representação majoritária.

⁸¹ *Veja* n. 742, 24 nov. 1982 p. 35.

As temáticas acerca das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil compuseram seguidamente os cadernos de política e economia ao longo do ano de 1982. Contudo, não era interesse do governo comprometer o desempenho do PDS nas eleições. Por isso, foi assegurado o pagamento de juros da dívida externa para evitar instabilidades ainda maiores. Passado o pleito, o assunto tornou-se o mais abordado nas revistas. Segundo as perspectivas de *Veja e Isto É*, o ano de 1983 seria um período de sacrifícios e as possíveis intervenções do Fundo Monetário Internacional nas decisões sobre a economia brasileira causavam temor. As primeiras edições de *Veja e Isto É* daquele ano, noticiavam o adiamento “por falta de divisas” do pagamento de 7,5 bilhões de dólares de amortizações, que garantiriam credibilidade ao Brasil no cenário internacional. A sucessão de empréstimos realizados principalmente a partir de 1973, no intuito de que a economia brasileira mantivesse altos índices de crescimento anual, aliada à elevação dos preços do petróleo e derivados chegara a um limite, que exigia mudanças de planos. Em agosto de 1982 o México declarara que não teria condições de cumprir com os acordos referentes à sua dívida, o que direcionou a atenção dos credores para o Brasil, que possuía saldo devedor maior do que o mexicano (SKIDMORE, 1988).

A postura do presidente Figueiredo proclamada pelas revistas foi a de afirmar que a crise econômica internacional fora a grande responsável pela situação delicada vivida pelo país e assegurava que tais questões não afetariam a continuidade e a segurança da abertura. Figueiredo ao discursar em cadeia de rádio e televisão alertava para a necessidade do Brasil manter-se distante dos “radicalismos”, que segundo ele, em nada auxiliaram na resolução das dificuldades.

Em março de 1983, as revistas registraram que um grande contingente voltava às ruas, mas com o objetivo de

celebrar a posse de novos governadores que, após quase duas décadas, voltavam a ser eleitos por voto direto. Em Minas Gerais, onde Tancredo Neves, candidato do PMDB, vencera as eleições, uma multidão esperou seu discurso. Da mesma forma, no Rio de Janeiro, Leonel Brizola, eleito pelo PDT, foi acordado, segundo *Veja*, por foguetes, bandas de música e buzinas de centenas de carros. O presidente Figueiredo, que havia declarado entender como “ingratidão” a vitória de partidos da oposição em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, dissera sobre a posse dos novos governadores que reiterava seu compromisso com a restauração democrática e em dialogar com a oposição, mas advertia que não deveria se confundir “oposição leal e construtiva com a contestação extremista” e esperava que “a lucidez e a moderação levem a que se entenda devidamente o momento histórico”⁸² vivido naquele ano.

Uma série de recordes negativos foi batida no início da década de 1980. A onda de desemprego unida a índices de inflação que não se registravam há 30 anos fomentaram um novo período de protestos. Em abril de 1983, a crise econômica deixou de ser representada por tabelas e gráficos e passou a ser presenciada nas ruas, onde manifestações transfiguraram-se em saques e o problema do desemprego veio à tona. A postura das revistas foi a de condenar os excessos, mas responsabilizavam o governo pela situação extrema, que transformava o desemprego no principal problema a ser enfrentado pelas famílias brasileiras.

Em junho e julho, greves de trabalhadores de refinarias de petróleo e metalúrgicos foram entendidas por *Veja* como incitadas pelo PT, diante dos resultados das eleições de 1982:

⁸² *Veja* n. 759, 23 mar. 1983 p. 83

Derrotadas em todas as linhas no teste democrático das urnas, quando suas propostas políticas não conseguiram interessar praticamente ninguém nas eleições de novembro do ano passado, as lideranças do PT tentaram mais uma vez, agora, forçar sua entrada no jogo através do reaquecimento da agitação sindical. (...) Há muito tempo o Brasil não necessita tanto, como agora, de uma costura paciente e lúcida entre suas diversas forças políticas, a fim de superar este momento dramático e quase totalmente obstruído pela crise econômica e pelo esgotamento do modelo político. Investir no entendimento é a única saída.⁸³

A revista seguia com a postura conciliadora ao deslegitimar a ação dos grevistas como movimento contestatório, que levou 50.000 trabalhadores a paralisarem as máquinas de diversas montadoras em São Paulo. Menos conciliatório era o tom de *Veja* ao afirmar que governo e grevistas convergiam na “intolerância” à imprensa. A revista alegava que o trabalho dos repórteres era dificultado, pois de um lado, o Governo Federal pedia “moderação” nos noticiários acerca das greves e, de outro, os trabalhadores acusavam a cobertura midiática de defender os interesses “burgueses” e de “boicotar o movimento”, impedindo o acesso de jornalistas em assembleias dos trabalhadores.

Além da crise econômica e de toda a série de críticas quanto à ineficiência do governo em resolvê-la, Figueiredo precisou tratar de problemas cardíacos, afastando-se do cargo, inclusive para tratamento fora do Brasil. O governo ficou nas mãos do vice-presidente Aureliano Chaves, o primeiro presidente civil a assumir interinamente desde o início da

⁸³ *Veja* n. 775, 13 jul. 1983 p. 19

ditadura. Certo temor de que ocorresse o comprometimento do processo de abertura rondou o país durante os momentos de afastamento de Figueiredo. Ao retornar, em agosto de 1983, o presidente proferiu um pequeno discurso aos governadores, que parece sintetizar os interesses conciliatórios e o desejo pela manutenção da construção de um modelo de democracia que se faz distante dos cidadãos:

Figueiredo acenou com a necessidade de um diálogo com os “protagonistas expressivos da nossa vida pública”. Vários desses protagonistas estavam na sala e ouviram quando Figueiredo anunciou sua disposição de negociar. “A concórdia e o consenso oferecerão novas perspectivas para a solução dos nossos problemas”, disse o presidente.⁸⁴

Ou seja, compreende-se na figura dos representantes eleitos, os verdadeiros protagonistas e as possibilidades de diálogo abriam-se a eles, limitados ainda, a uma oposição que estivesse disposta a negociar com “concórdia e consenso”. E nesse cenário, as revistas passaram a destacar na figura de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, o exemplo de político moderado e conciliador. Sobre o discurso do presidente, Tancredo declarou sua aprovação afirmando que se fosse ele próprio a discursar sobre o assunto, “não teria uma palavra a mais ou a menos”. Enquanto imagens de apertos de mão e conversas com o presidente e outros representantes do PDS multiplicavam-se nas páginas das revistas, outra figura política parecia tomar a direção oposta. Sob a ótica de *Veja*, Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro pelo PDT, elegera-se e governava sozinho e ao isolar-se destoava do

⁸⁴ *Veja* n. 782, 31 ago. 1983 p. 43

cenário que exigia diálogo e ações concretas para pôr fim à onda de saques que vinha assolando supermercados e padarias cariocas.

Os saques continuavam a ocorrer em diversas partes do país e a anunciada popularidade que adquirira o presidente Figueiredo voltou a ser abalada por meio de vaias e descrédito popular na resolução de questões como a inflação que ultrapassava os 160% ao ano, o desemprego “que jogou na rua mais de 3 milhões de brasileiros” e a maior dívida externa do mundo, “beirando os 100 bilhões de dólares”. Esses dados foram fornecidos por *Veja* na edição de 5 de outubro de 1983, que anunciava também, que o número de saques realizados nas regiões sudeste e nordeste crescia a cada semana. Em meio à crise de popularidade, no mês seguinte, o presidente surpreendeu os jornalistas quando declarou que admitia a possibilidade da realização de eleições diretas, pois tinha a certeza da vitória do PDS. Rapidamente, as revistas passam a registrar que o desejo de eleger diretamente o presidente ganhara as ruas por meio de manifestações como adesivos nos carros com as frases “Brasil urgente – diretas para presidente” ou por grupos que uniam forças para propor alterações na Constituição, permitindo assim, que os eleitores pudessem escolher o sucessor de Figueiredo.

3.4 Diretas Já: da euforia à frustração

A indefinição na escolha do sucessor de João Figueiredo acendeu o debate acerca das reais possibilidades de realização de eleições diretas em 1984. Ao manter sua posição favorável às eleições diretas, o presidente justificou que, entretanto, não haveria possibilidade de realizá-las, pois muitos partidários do PDS não se conformariam. Entre as vozes discordantes estava o ex-governador de São Paulo e, na época, Deputado Federal Paulo Salim Maluf, que dizia ser contrário às

eleições diretas, justamente por respeito à Constituição. Uma significativa mudança no discurso do presidente ocorreu no início do ano de 1984, quando declarou que entregaria inteiramente a seu partido a tarefa de escolher o candidato à sucessão para as próximas eleições. Figueiredo passou a acusar os defensores da campanha pelas eleições diretas de “perturbadores”

Naquele momento, tramitava no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, de Abril de 1983 de autoria de Dante de Oliveira, Deputado Federal pelo PMDB do Mato Grosso, que objetivava alterar os artigos nº 74 e 148 da Constituição Federal de 1967, reinstaurando as eleições diretas para presidente da República. A proposta previa eleição simultânea para presidente e vice-presidente por sufrágio universal, voto direto e secreto entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos. A apresentação da proposta era justificada pelos anseios da nação no reestabelecimento “do direito do povo de escolher o primeiro magistrado” conferindo-lhe assim, efetiva “legitimidade do mandato”.⁸⁵ Para ser aprovada, a PEC precisava de dois terços dos votos do Congresso, que ainda contava com maioria do PDS.

Mas se o presidente guinava rumo à oposição ao movimento, os defensores da campanha angariavam maneiras de defendê-la e ampliá-la. Franco Montoro, governador de São Paulo eleito pelo PMDB, lançou-se como patrono de uma campanha nacional que objetivava levar um abaixo-assinado com o apelo dos brasileiros por eleições diretas. A campanha expandia-se rapidamente e, no dia 27 de outubro de 1983, uma manifestação na Praça Charles Müller, em frente ao estádio do

⁸⁵ Todas as atas do Congresso Nacional estão disponíveis para consulta por meio de pesquisa eletrônica no endereço
<<http://legis.senado.gov.br/diarios/Diario?tipDiario=2#>>

Pacaembu, em São Paulo, organizada pelos partidos de oposição e por diversas entidades, entre elas a UNE, a Comissão de Justiça e Paz e a CUT contou, segundo a revista, com 10.000 manifestantes, que exigiam o retorno ao voto direto para presidente. Contudo, *Veja* considerou como “o primeiro comício pela eleição direta” o ocorrido em Curitiba, no dia 12 de janeiro de 1984, que fora organizado pelo PMDB. Em um espaço tradicionalmente conhecido por ser palco de debates políticos, a concentração na Boca Maldita reunira, segundo a revista, cerca de 30 000 pessoas. Uma urna fora colocada na Avenida Luís Xavier para que, simbolicamente, os manifestantes exercessem o direito de escolher seu presidente.

A contagem divulgada por *Isto É* totalizava em 40.000 o número de participantes no comício de Curitiba, salientando que em meio à multidão, ou “o bloco das diretas”, não fora registrado qualquer incidente capaz de ser usado como pretexto para acusar o movimento de “baderneiro”. A revista anunciava ainda que a campanha pelas diretas era um movimento com forças para unir adversários políticos e torcidas de futebol, tradicionalmente rivais, em prol de uma mesma causa.

A campanha pelas diretas ganhava novas adesões, transformando-se em um novo vetor, capaz de direcionar a sociedade civil rumo a uma mesma direção: pôr fim à ditadura militar, que se arrastava sob a alegação de que a abertura deveria seguir lenta e gradualmente. A ineficiência em administrar a crise econômica, agravada pela mudança no discurso, que guinou para o apoio à manutenção de eleições indiretas para a presidência, a queda dos índices de popularidade em relação aos obtidos nos primeiros anos de mandato de Figueiredo, deram lugar a críticas e descontentamentos contínuos, evidenciados nos textos referentes ao presidente e suas tomadas de decisões. Com o fim da censura, novos episódios de excessos policiais vinham à

tona constantemente por meio de denúncias registradas pela imprensa. A impunidade aos militares pertencentes à chamada “comunidade de informação”, responsáveis por episódios como o frustrado atentado à bomba no Riocentro em 1981 e as explosões a centenas de bancas de jornais, além de sequestros e ameaças contra personalidades e instituições de oposição, também são apontadas por Teixeira da Silva (2009) como responsáveis por um forte conflito no interior do governo – entre apoiadores e opositores da distensão - que parecia não ter recursos táticos para manter em curso a abertura limitada e moderada.

O abrandamento repressivo no meio artístico corroborou para a ampliação de produções que inclinavam suas temáticas às questões políticas. Em março de 1983, depois de nove meses nas gavetas de produções censuradas, o filme *Pra Frente Brasil*, do diretor Roberto Farias, estreava em dezenas de cinemas a trama que abordava o calvário de um homem comum de classe média que, por suspeita de envolvimento com grupos subversivos, foi torturado e morto, enquanto o país voltava os olhos para a participação da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. No ano anterior, o filme havia sido censurado, consoante o decreto nº 20.493, pela Divisão de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, sob alegação de que seria capaz de “provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas e seus agentes”. Para sua liberação sem cortes, o filme precisou seguir alguns condicionamentos, como antes de cada sessão, exibir um prólogo que explicava aos espectadores que o filme tratava de uma “página virada da história” do país. Além disso, os cartazes de divulgação deveriam explicitar que no filme havia “cenas de violência” e que a classificação indicativa sinalizava-o como impróprio para menores de 18 anos. O jornalista Paulo Moreira Leite, que entrevistou Farias para a revista *Veja*, identificou aspectos que

foram pensados pelo diretor na construção do enredo do filme, para que este, financiado com dinheiro público por meio da Embrafilme e abordando questões silenciadas até aquele momento, pudesse vir a ser exibido nos cinemas nacionais:

Com a mesma diplomacia demonstrada para negociar a liberação de sua obra, ele construiu o primeiro filme brasileiro a mostrar a tortura e o assassinato de um preso político. Cauteloso, mostra um aparelho de repressão clandestino que funcionava como uma entidade privada, financiado por empresários e sem qualquer ligação com os órgãos de segurança do Estado. Hábil, não tenta explicar os fatos que o filme apresenta (...).⁸⁶

Segundo Maria Celina D'Araujo (2007), escritores e artistas foram mais inspirados pelas lutas contra a ditadura do que por adesismos. Ao longo da abertura, trabalhos realizados no cinema, memórias, biografias, documentários e em outras áreas de produção cultural conseguiram, mesmo que inicialmente de maneira bastante polida, incorporar diferentes visões, pensamentos e comportamentos da época. A participação da classe artística junto ao movimento pelas eleições diretas ajudou a popularizar a campanha e fez com que os comícios se tornassem verdadeiros espetáculos culturais.

Uma das figuras artísticas de maior destaque na campanha pelas diretas foi a cantora Fafá de Belém, que participou de diversos comícios, transformando-se na voz que deu outro sentido à entoação do Hino Nacional, tido como símbolo de um civismo autoritário ao longo da ditadura. Na voz de Fafá de Belém, ganhou corpo também a canção

⁸⁶ Veja n. 754 16 fev. 1983 p. 3

composta por Milton Nascimento e Fernando Brant, em homenagem a Teotônio Vilela, o “menestrel das Alagoas”, político que atuara como defensor da anistia e de um encaminhamento suprapartidário na campanha pelas diretas. Teotônio, que de arenista passou ao MDB e, após 1979, ao PMDB, falecera em Novembro de 1983. Em artigo escrito para o caderno *Ilustríssima* do jornal *Folha de São Paulo*,⁸⁷ a intérprete contou que inicialmente fora impedida de participar do comício que seria realizado em Curitiba, mas que, por intermédio de Lula, que teria “batido o pé” quanto a sua presença no evento que ocorreria em São Paulo, Fafá passou a ser uma das figuras mais atuantes na divulgação do movimento. Os nomes artísticos eram muitos, entre os quais Fernanda Montenegro, Simone, Chico Buarque, Milton Nascimento, Raul Cortez, Elba Ramalho e Christiane Torloni. Destacam-se ainda, outras figuras emblemáticas como o locutor esportivo Osmar Santos, que se transformou na “voz das diretas” ao emprestar sua voz nacionalmente conhecida pelas narrações esportivas à locução dos comícios. Para Skidmore (1988), o envolvimento de diversas figuras conhecidas fora da política, legitimava a intensão de se fazer um movimento nacional e suprapartidário.

Mesmo diante da grande adesão de figuras ligadas ao meio artístico, a Rede Globo ignorou em suas transmissões o quanto pôde notícias relacionadas ao movimento pelas diretas. Segundo artigo de *Isto É*, as diretas eram “um tabu” na emissora e não se deveria “procurar na antijornalística decisão da Globo qualquer soturna interferência do governo como nos tempos da censura”,⁸⁸ pois outras emissoras veiculavam em

⁸⁷ Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/01/1399095-fafa-de-belem-na-campanha-das-diretas-ja.shtml>

⁸⁸ *Isto É*, n. 370 25 jan. 1984 p. 20

seus telejornais notícias acerca das diretas, sem receber qualquer queixa por parte do governo.

A pós a realização do comício que reunira na Praça da Sé em São Paulo cerca de 300.000 pessoas bradando por eleições diretas, tanto *Isto É* como *Veja* estamparam em suas capas, fotos do evento. Na narrativa das revistas fora construído o apoio ao movimento bem como a surpresa pela quantidade de manifestantes que ocuparam as ruas no dia 25 de janeiro, aniversário da cidade de São Paulo, para expressar o desejo de escolher o sucessor do general Figueiredo. *Veja* rememorou comparativamente outro momento de grande manifestação pública, ocorrido anos antes no local:

A história das manifestações políticas da sociedade brasileira ganhou na quarta-feira da semana passada um novo marco de grandiosidade. (...) Desde 1964, quando naquela mesma praça o governador Adhemar Barros, de terço na mão, puxava a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, não se via no país manifestação popular daquele tamanho.⁸⁹

A edição salientou ainda, que a postura do governo diante da manifestação teimava em afirmar que o evento tratava-se de um show em comemoração ao aniversário da cidade e por essa postura, o semanário acusava o governo de “estar em ruptura com a vida real”. Indiferentes ao gesto político que uniu lideranças dos partidos de oposição, no intuito de cobrar mudanças imediatas no sistema eleitoral, figuras políticas do PDS preocupavam-se com suas candidaturas, entre as quais, as mais cotadas ficavam entre os

⁸⁹ *Veja* n. 804 1º fev. 1984 p. 14.

nomes do deputado Paulo Maluf, o ministro do Interior Mario Andreazza e o vice-presidente Aureliano Chaves.

Sucessivos comícios multiplicam o número geral de brasileiros e brasileiras que foram às ruas manifestar seu apoio à campanha pelas diretas. E, diferentemente, do que o governo propunha, a moderação e espera deram lugar a um manifesto que exigia *Diretas Já*. Diversas cidades passaram a ser palco do movimento, entre as quais Olinda, Belém, Rio de Janeiro, Recife, Capão da Canoa e Cuiabá, todas com número superior a 10.000 manifestantes. Em 24 de fevereiro, na capital mineira, ocorreu o movimento que até então conseguira reunir o maior número de pessoas. Os presentes no comício de Belo Horizonte ultrapassavam os números registrados no comício da Praça da Sé, até então entendido por *Veja* como o maior movimento popular realizado em toda a história do Brasil.

Junto à reportagem que cobria o comício realizado em São Paulo, *Isto É* rememorou outros momentos em que, desejosas de transformações políticas e sociais, multidões tomaram as ruas. Entre os destaques, a revista relembrou a missa pela saúde do presidente Getúlio Vargas, em 1942, o comício realizado por João Goulart e, dias depois, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, afirmando que manifestações desse teor, “alteram os cursos da história do país”.⁹⁰

As certezas dos milhões que se somavam nas ruas de diferentes cidades, eram vistas com receio pelas revistas, que mesmo valorizando o movimento, continuamente questionavam a sua eficácia prática para as próximas eleições presidenciais. Em 14 de março, *Veja* questionou o locutor Osmar Prado, destaque de capa da referida edição, acerca da

⁹⁰ *Isto É* n. 371 1 fev. 1984 p. 21

validade da campanha, caso fosse derrotada no Congresso, ao que o carismático locutor respondeu:

Mesmo assim terá valido a pena. Mesmo assim alguma coisa terá mudado. O Brasil não pode mais voltar a ser o mesmo. Todo mundo pensava que o povo estivesse desmobilizado, vencido por suas frustrações, mas ele mostrou que está aí e que quer participar.⁹¹

No início do mês de abril de 1984, dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, *Veja* fez um balanço dos passados vinte anos de regime militar. A revista procurou destacar semelhanças e diferenças no cenário econômico da época do golpe, afirmando que os números tidos como alarmantes na década de 1960, eram, passados vintes anos, consideravelmente mais assustadores:

Onde havia uma inflação insuportável de quase 100%, brotou uma inflação de 230%. No lugar de uma dívida externa, aquele tempo aparentemente inadministrável, de 3,1 bilhões de dólares, viceja uma dívida de 100 bilhões. Onde havia corrupção, há corrupção. Em vez de um PIB parado por dois anos consecutivos, tem-se um PIB que cai há três anos ininterruptamente.⁹²

O artigo, assinado por Marcos Sá Correa, articulista também da revista *Isto É*, destacou aspectos relacionados ao cenário econômico, salientando as dificuldades na vida de grande parcela da população por conta de fatores como a alta de inflação e do desemprego, sem, contudo, qualquer

⁹¹ *Veja* n. 810, 14 mar. 1984 p. 54

⁹² *Veja* n. 813, 4 abr. 1984 p. 22

rememoração aos partícipes do golpe, que incluía tanto instituições da sociedade civil, Igreja, empresariado como a própria imprensa. O texto de Correa dá ênfase aos planos dos militares, entendidos naquele momento como tão utópicos quando os planos da esquerda revolucionária, que tencionava assumir o comando do país por meio de luta armada.

Sem mecanismos competentes de representação, a imprensa apresenta-se como uma aliada da população, ao denunciar e fiscalizar em seu nome. E do lugar de onde fala o jornalista, este recebe em seu relato o revestimento da característica de crível, antes de qualquer presunção (Barbosa, 2004). Os acontecimentos, criados por meio de atos narrativos que os inscrevem na cena pública, fazem usos constantes do passado no presente, também para recriar a memória do veículo midiático numa conjuntura temporal. E em épocas de afastamento de um projeto de governo ligado à instituição militar e de clamor popular pela retomada do governo às mãos de um civil, a imprensa reescrevia as duas décadas anteriores manobrando o silêncio quanto a sua participação, ou no mínimo, apoio à ditadura.

O espaço concedido pelas revistas às *Diretas Já* teve seu ápice nas edições anteriores à votação da emenda, quando o “Comício da Candelária” transformou-se na maior manifestação pública do país, ultrapassando o número de presentes em todos os outros comícios e passeatas organizados pelo movimento. Além da cobertura do evento, as revistas trouxeram a biografia de personalidades envolvidas, com destaque às figuras de Dante de Oliveira e Ulysses Guimarães. *Isto É* também procurou identificar as maneiras pelas quais o movimento extrapolou o campo do político, alcançando outros espaços, servindo de inspiração a carnavalescos e compositores de paródias, que levaram o tema das diretas para as ruas e para os desfiles das escolas de samba. No futebol, atletas e

torcedores coloriam as partidas com camisas e faixas, nas quais anunciavam seu apoio às diretas. As praias, entendidas como espaços frequentados por pessoas dos mais variados grupos e classes também foram cenário de biquínis, broches, bolsas e acessórios nas cores da bandeira e com as afirmações de que brasileiros e brasileiras queriam “votar para presidente”.

Em artigo intitulado *Mudança de todos os sabores*, a revista *Veja* destacou na edição anterior a votação da emenda, que o presidente enviara seu projeto de alteração na Constituição, apelidada de emenda Figueiredo. O presidente ao falar em cadeia nacional de rádio e televisão afirmou que se o povo manifestava “a sua vontade de mudança, que é essencialmente democrática, o governo e partidos políticos não podem ignorá-la”, e “conforme a vontade popular, é preciso mudar a Constituição”. Na análise da revista a emenda anunciada, que fora redigida pelo chefe da Casa Civil, João Leitão de Abreu, “o governo fez o que pôde para não fazer o que o povo quer”, pois oferecia diretas, mas a serem realizadas em 1988. Contudo, receoso acerca da influência das manifestações sobre o voto dos deputados, Figueiredo decretou estado de Emergência em Brasília e a transmissão da votação da emenda foi vedada às emissoras de televisão e rádio.

Mesmo fortalecida pelas passeatas realizadas em diversas cidades brasileiras e recebendo ampla cobertura midiática, a emenda acabou sendo derrotada pelo Congresso em 25 de abril de 1984. Para conseguir os dois terços da Câmara dos Deputados, conforme exigência da Constituição de 1967 para se efetuar alterações em seu texto, eram necessários 77 votos do PDS, dos quais, a oposição conseguira 55, faltando assim, 22 votos para levar a emenda à votação ao Senado. Na edição de 2 de maio de 1984, *Veja* trouxe em sua capa um cabisbaixo Tancredo Neves, abatido pela derrota da emenda, mas, na opinião da revista, a figura “chave para a reconciliação

e o entendimento” que levariam o país a uma “conciliação nacional”. As palavras foram repetidas, segundo o artigo de *Veja*, por governadores do PDS, que após a derrota da emenda das diretas “pouco havia a se comemorar”:

Reunidos em Recife, oito dos nove governadores do Nordeste, todos do PDS, aproveitaram-se de uma reunião rotineira da Sudene e surpreenderam o país com um anúncio claro: para eles, o governador mineiro Tancredo Neves, do PMDB, é a pessoa mais indicada para participar, daqui para a frente, dos entendimentos capazes de impedir, após a rejeição das *diretas já*, a criação de um impasse político na sucessão presidencial.⁹³

São diversos os exemplos que nos indicam que a tradição conciliatória, unida a elos frágeis entre o povo e a cidadania, constituem elementos formadores de uma cultura política no Brasil (MOTTA, 2009). Por meio de arranjos políticos capazes de agregar ao mesmo tempo perfis modernizantes e conservadores, são evitados os caminhos que conduziriam a rupturas radicais capazes de alterar significativamente o perfil das elites dominantes. Além do processo de transição rumo à abertura política, Motta cita exemplos com a negociação que levou à abolição da escravatura e à implantação da República como episódios no qual a conciliação foi aplicada como alternativa menos dramática, se comparada a outros países.

Para *Veja*, após a votação, o movimento estava definitivamente derrotado e o cenário político exigia ações por parte dos políticos e não mais de populares. Passeatas que ocorreram depois da votação receberam pouca atenção da

⁹³ *Veja*, n. 817 2 mai. 1984 p. 20.

revista, que destacava exaustivamente que o momento exigia reconciliação. Em meio aos ajustes e acordos que estavam sendo processados visando às indicações de cada partido para as eleições indiretas, uma grande greve de professores universitários reivindicava, além de reposição salarial, mais verbas para o “doente” ensino superior do Brasil. Na edição n. 829, de julho de 1984, a revista chamou a categoria de “teimosa” e o movimento, ao contrário de ser visto como uma manifestação legítima de união contra o descaso do governo às universidades, era entendido como “um cabo de guerra”, que visava medir forças com o governo.

Isto É não adotou uma postura tão derrotista quanto *Veja* após o resultado da votação da emenda. Na capa da edição n. 384, o semanário estampou uma camisa amarela, sobre a qual estava a bandeira do Brasil, seguida da frase “A luta continua”. Na reportagem especial sobre o tema, foram destacadas as vigílias realizadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis e que, mesmo em meio à frustração na qual os brasileiros estavam mergulhados, o entusiasmo da campanha “parece ter estocado forças para continuar”. Na coluna *Opiniões* dessa mesma edição, Francisco Weffort destacava as vitórias do movimento, que “queimou” o Colégio Eleitoral e obrigou o governo a voltar suas atenções para o desejo popular de eleições diretas, inaugurando um novo momento:

Abre-se, portanto, uma fase na qual os próximos passos da transição política brasileira terão que ser decididos através de negociação. Mas convém ter sempre presente que, se o governo, pela primeira vez, se dispõe a apresentar uma proposta em que “tudo é negociável”, é porque viu as massas nas ruas e nas praças de todo o país gritando um basta ao autoritarismo. E só se mexerá a ponto de aceitar

propostas da oposição – em especial as eleições diretas – se o movimento continuar. Em vez de chorar o leite derramado, preparemo-nos para voltar às ruas e às praças. O segundo *round* desta luta só poderá terminar com a conquista das eleições diretas.⁹⁴

Com a emenda do governo retirada de tramitação, as revistas buscavam apontar para o esgotamento do regime e a impopularidade crescente do PDS. Assim, o cenário político convergia para a realização de novos arranjos, que deveriam resultar em nomes consensuais, sem grandes radicalizações, mas que, de alguma forma representassem um novo horizonte de expectativas para o país que nasceria com o fim da ditadura. As narrativas de *Veja* nos levam a crer que esta preconizava um tipo de democracia a ser construída por meio de representantes políticos legítimos, entendendo-os como aqueles escolhidos via pleito direto, e que, por essa razão, as “agitações populares” e os “radicalismos” que reivindicavam mudanças mais profundas, deveriam ser deixados de lado em nome da segurança da transição. *Isto É* parece reconhecer de maneira mais efetiva, a participação popular como combustível capaz de exigir medidas por parte do governo no sentido de acelerar a transição.

Como o resultado do pacto firmado entre a ala dissidente do PDS, nomeada de Frente Liberal — descontente com as constantes manobras de Paulo Maluf para firmar sua candidatura — e partidários do PMDB, que propunham juntos realizar a etapa final da transição surge a Aliança Democrática. Os nomes de Tancredo Neves (PMDB) e o dissidente do PDS José Sarney foram lançados como candidatos à presidência e vice-presidência, respectivamente, para as eleições indiretas de janeiro de 1985. A elaboração de um novo texto constitucional,

⁹⁴ *Isto É* n. 384 2 mai. 1984 p. 25

a partir da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana esteve entre os compromissos prioritários assumidos ao longo da campanha.

Em agosto, com as candidaturas oficializadas após as convenções partidárias, Tancredo Neves e Paulo Maluf iniciaram suas campanhas, buscando, cada um a seu modo, novas adesões, que objetivavam ampliar a margem de votos necessária para eleger o primeiro presidente civil após o golpe de 1964. Enquanto Maluf alinhara-se aos ministros e firmava sua aproximação com lideranças militares, prometendo pesados investimentos às forças armadas, Tancredo Neves investia em comícios e na aproximação com o povo, negando acusações de que havia traído o movimento pelas diretas, mas que via na campanha indireta uma oportunidade única, que não deveria ser desperdiçada.

No decorrer dos meses de campanha, as revistas especularam como estariam distribuídos os 686 votos do Colégio Eleitoral e classificaram o “malufismo” como um projeto “sem esperança”, acusado de comprar apoiadores com promessas, enquanto enxergavam em Tancredo, a personificação “dos anseios populares” e do homem capaz de assegurar uma transição “livre de radicalismos”, tal qual o Brasil precisava. Para Skidmore (1988) “sua personalidade e sua imagem eram exatamente o que o povo brasileiro queria” e o apoio da mídia seria fundamental para a sua vitória em 15 de janeiro de 1985. Com 480 votos contra 180, Maluf foi derrotado pelo Colégio Eleitoral. Os 166 votos recebidos de parlamentares do PDS foram essenciais a sua eleição.

Para *Veja*, o ano de 1984 seria lembrado como “o ano da maturidade, em que o Brasil conseguiu não apenas abrir caminho para a transferência pacífica do poder exercido durante vinte anos pelos militares, como também iniciar a longa caminhada da retomada do crescimento econômico”,⁹⁵

⁹⁵ *Veja* n. 852 2 jan. 1985 p. 17

após o assustador início de década. Mas as expectativas eufóricas dos primeiros meses de 1985 deram lugar à apreensão quanto à garantia de que a transição realmente seria consumada, pois Tancredo Neves, não pôde assumir o cargo devido ao agravamento de problemas de saúde, tendo que ser submetido a uma cirurgia no aparelho digestivo, que seria seguida de outras, instaurando-se um clima de tensão devido às divergentes declarações médicas sobre seu estado de saúde. As revistas identificaram que, mesmo apreensivas, muitas pessoas compareceram à posse do vice-presidente, José Sarney, que teria relutado em assumir para esperar pela melhora de Tancredo.

O clima esperado para a posse do primeiro presidente civil, mesmo que ainda eleito pelo Colégio Eleitoral, seria o evento que definiria o início da Nova república, inaugurando um período de renovação pautado em valores democráticos. Ninguém poderia supor, entre tantos outros medos, que esta nova fase seria marcada por um início, no mínimo trágico. Suspeitando das informações oficiais acerca do estado de saúde de Tancredo, *Veja* estendeu sua desconfiança à própria credibilidade dos novos dirigentes:

Em seu primeiro e atribulado mês de existência, o governo da Nova República não conseguiu fazer nada que mostrasse à população brasileira, de forma clara e direta, que o país está sob nova direção e começa a ser conduzido dentro do espírito de mudança tão ansiado por todos. É evidente que a doença do presidente Tancredo Neves desmontou qualquer possibilidade de haver em Brasília, neste mês de angústias, um governo decidido, ágil e seguro de si. (...) O que está em jogo no momento, portanto, é a credibilidade do governo. Se a população perder os motivos que tem para acreditar na nova administração, se constatar que o governo é essencialmente igual

aos anteriores, não haverá retórica que lhe devolva a fé.⁹⁶

Pode-se constatar que, além de falar em nome da população, que poderia estar perdendo a crença no novo governo, a revista criticava agora, o continuísmo que antes defendera, ao pregar uma transição pautada na figura de políticos experientes, capazes de guiar a nação, distante dos radicalismos e revanchismos.

Vindo a falecer em São Paulo, no dia 21 de abril de 1985, Tancredo Neves voltou a reunir em sua homenagem póstuma, multidões que, além do luto representado no preto, principalmente nas vestes de autoridades presentes no cortejo, estampou as cores da bandeira, em um “mar verde e amarelo”. Com a morte de Tancredo, fato considerado por José Murilo de Carvalho “uma tragédia” para a população brasileira, o temor de que um golpe articulado por setores inconformados com a concretização da transição era agravado pelo fato de que o presidente empossado, José Sarney, registrava em sua trajetória política sua ligação com o golpe e com a manutenção do regime militar.

As suspeitas de um golpe não se confirmaram e coube então a José Sarney, levar adiante os compromissos firmados em campanha por Tancredo, entre os quais estavam a viabilização para eleições presidenciais e a criação de uma nova Carta Constitucional.

⁹⁶ Veja n. 867 17 abri. 1985 p. 19

3.5 A Assembleia Nacional Constituinte e os caminhos da democracia brasileira

José Sarney assumiu a presidência de um Brasil que não o elegera, sequer simbolicamente, como ocorreu com Tancredo Neves. Ao mesmo tempo em que recebera como herança um país endividado, sem reservas cambiais e com índices alarmantes de inflação, Sarney comprometeu-se também, com a tarefa de garantir a consolidação da transição e de promover a criação de uma nova Carta Magna, condizente com a democracia que estava sendo construída.

Há pouco mais de três meses no poder, o presidente enviou ao Congresso mensagem convocando a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Sem a mesma popularidade da campanha pelas diretas, mas entendida como necessária à consolidação do modelo democrático, a Constituinte parecia distante da compreensão popular. Segundo pesquisa divulgada por *Veja* em 3 de julho de 1985, 55% dos brasileiros nunca haviam ouvido falar em Constituinte e 22%, apesar de receber informações, não sabiam do que se tratava. De qualquer maneira, a imprensa passou a incorporar em seus cadernos de política, notas acerca das perspectivas relacionadas à criação da nova Constituição, assim como o desenvolvimento e os entraves em seus trabalhos.

A opinião dos jornalistas e personalidades ligadas à política dava à Constituinte a ideia de que deveria ser uma arena capaz de abarcar as mais diversas tendências e anseios do povo brasileiro, consolidando efetivamente a instauração da democracia.

Elaborar uma nova Constituição significaria não apenas romper com a legislação autoritária, cujo cerne era um ordenamento jurídico vigente desde 1967, que apenas servia

como cobertura legal para os Decretos-Lei e Atos Institucionais, que eram efetivamente os mecanismos de controle do poder durante o regime militar. Mais do que isso, a construção do Brasil pós-ditadura, carecia de símbolos capazes de representar as mudanças vivenciadas no processo de transição.

As expectativas quase devaneadoras, acerca do poder de promover um debate amplo e nacional foram gradativamente sendo desfeitas, a partir da instauração da Assembleia em 1º de fevereiro de 1987. Sob diferentes aspectos e longe de ser unanimidade, a Constituinte já nasceu polêmica. Nos meses iniciais de seu funcionamento, os projetos referentes ao modelo e à composição da Constituinte divergiam entre grupos que apoiavam a formação de uma Assembleia eleita pelos cidadãos dedicada exclusivamente a redação das leis, e alas que defendiam a adoção de um “Congresso Constituinte”, ou seja, deputados e senadores que acumulariam as funções tanto de congressistas como de constituintes. Para aqueles que comungaram do Regime Militar, a elaboração de uma nova Constituição poderia ser ainda, a possibilidade de uma reforma jurídica articulada para conter os ânimos agitados, ao mesmo tempo em que garantiria a manutenção de alguns privilégios políticos.

O Congresso Constituinte acabou sendo o modelo adotado e nesse contexto, o deputado Ulysses Guimarães, na época exercendo pela terceira vez a presidência da Câmara dos Deputados, assumiu também a função de presidente da Assembleia, destacando-se como defensor da participação social no processo de construção da nova Carta. Ulysses figurou como o “homem da Constituição” ou o “senhor Constituinte” ao participar de debates por todo o país e em diferentes meios de comunicação, articulando com os diversos

grupos que participaram da elaboração dos artigos constitucionais.

Por se tratar de um Congresso Constituinte, interpretações jurídicas divergentes acabaram por promover exaustivos debates acerca dos poderes soberanos da Assembleia em relação à Constituição vigente. Entre as polêmicas, discutia-se a possibilidade de existência de um poder soberano dos constituintes, não obstante, paralelo à ordem instituída, já que a convocação de uma Assembleia fora realizada por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de Novembro de 1985. A Ordem dos Advogados do Brasil pronunciara-se na época, criticando a inusitada proposta, que deixava de entender o *Poder Constituinte* como *originário*, visto que fazia uso de congressistas eleitos anteriormente a sua convocação, ou seja, por *poderes* já constituídos.

Outra polêmica deste período inicial dizia respeito à legitimidade dos senadores eleitos em 1982 para atuarem como constituintes, tendo em vista que estes foram eleitos antes da convocação da Assembleia, realizada em 1985 e, por isso, não teriam recebido a delegação dos eleitores, conforme ocorrera com os congressistas constituintes eleitos em 1986. Com 394 votos favoráveis, 124 contrários e 17 abstenções votou-se pela permanência dos senadores eleitos em 1982 na Assembleia Constituinte. A postura das revistas diante de tais polêmicas entendia que, diante de tantos anseios e grupos com interesses distintos, as discussões iniciais se faziam necessárias, mas ambas preocupavam-se com a questão do desperdício do tempo.

Quanto ao funcionamento e encaminhamento dos trabalhos, fora decidido que estes seriam organizados de forma a fragmentar os procedimentos por temáticas e etapas. Os procedimentos seriam inicialmente descentralizados para, nas

etapas finais, ocorrer o afinilamento das propostas. Elencados por suas preferências, os constituintes poderiam escolher entre 24 subcomissões temáticas, das quais, após debate e organização, propostas seriam enviadas a uma das oito comissões temáticas onde seriam apreciadas e, finalmente, encaminhadas à comissão de sistematização, responsável pela organização das propostas em forma de projeto a ser votado pelos constituintes. Existiam ainda, as emendas de iniciativa popular, que poderiam ser entregues às comissões temáticas. Entre resistências e incentivos, as emendas populares asseguradas pelo Regimento Interno da Constituinte, configuraram uma inédita forma de participação em processos constitucionais no país (LOPES, 2008).

As posições ideológicas e partidárias presentes na Constituinte, além das referências individuais foram, ao longo de seu funcionamento, gerando ou embates ou novas configurações consensuais. Ao analisar as revistas durante os 18 meses de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, nos deparamos com um emaranhado de arranjos políticos que ocupou um espaço considerável dos debates, os quais atrasaram em quase um ano a data final para a promulgação do novo texto constitucional.

A complexidade do cenário partidário pode ser pensada a partir de aspectos como o fim do bipartidarismo, aliado à transição conciliatória que manteve no cerne dos acontecimentos as mesmas figuras políticas do período anterior (FREITAS, MOURA, MEDEIROS, 2009). Além da reestruturação de legendas já existentes, como o caso do MDB, que se tornara PMDB e a ARENA convertida em PDS, que também legou dissidentes ao PMDB e ao recém criado PFL, o Partido da Frente Liberal, outros partidos foram criados ou reestabelecidos. Episódios como o movimento pelas diretas e a confirmação do nome de Paulo Maluf como candidato a

presidência pelo PDS, também foram responsáveis por novas configurações partidárias. Além disso, movimentos sociais e a rearticulação das esquerdas provocaram a criação de organizações partidárias como o PT, o Partido dos Trabalhadores, oficializado em 1980. Dentro da conjuntura apresentada, identifica-se no Congresso Constituinte o PMDB e o PFL como partidos com grande representação numérica, mas que abrigavam tendências oscilantes entre aproximações mais à esquerda ou à direita. Nos meses finais de trabalhos da Constituinte, surgiu ainda, uma nova sigla, o PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira.

Em seu estudo sobre o processo constituinte, Vianna Lopes (2008) elenca o tratamento constitucional da participação política como um dos objetos de controvérsias ideológicas. Segundo ele, a esquerda constituinte, formada por PT, PDT, PSB, PC do B, PCB e parcela do PMDB, caracterizou-se pela valorização da participação direta na redação da nova Constituição, enquanto a direita representada pelo PDS tendera a rechaçar participações alternativas ao voto como ferramentas de democracia política.

Alegando descontentamentos com a concentração do poder decisório real nas Comissões de Sistematização, que estariam sendo dominadas pela esquerda constituinte, e causando desequilíbrio de forças, parlamentares de diferentes partidos recorreram ao presidente da Assembleia a fim de alterar o Regimento Interno (RI). O grupo denominado de *Centrão* conseguiu a aprovação de emenda que modificou o Regimento em novembro de 1987, pela qual se tornava necessária a maioria absoluta, que correspondia ao voto de 280 constituintes, para realização de quaisquer inclusões, modificações ou manutenções de dispositivos.

Distante de ser entendido como um grupo heterogêneo, o Centrão fora se formando no decorrer da realização dos trabalhos no primeiro ano de funcionamento da Constituinte. Conforme mencionado acima, PMDB e PFL, os partidos que haviam formado a Aliança Democrática para concorrer às eleições de 1984, possuíam a maioria dos representantes da ANC. Dada a formação do Centrão, os partidos passaram também a representar a maioria desse grupo.

Francisco Fonseca (2003) analisou o conservadorismo da grande imprensa e a utilização de mecanismos diversos para menosprezar a discussão de temáticas relacionadas aos direitos sociais ao longo dos debates da Constituinte. A partir da análise de jornais da grande imprensa, o autor verificou nos discursos jornalísticos a baixa propensão a apoiar projetos que visassem ampliar, por exemplo, os direitos trabalhistas, entendendo-os como catastróficos geradores de atraso econômico, diminuição de investimentos e desemprego. As ideias de “retrocesso” e “paternalização”, como consequências da valorização exacerbada de direitos sociais por parte dos constituintes, revelavam posturas homogêneas, que restringiam práticas democráticas, valorizavam o conservadorismo e os projetos que se poderia compreender como neoliberais. Para Fonseca, a grande imprensa, atuando como ator político e ideológico na Constituinte, buscava difundir a ideia de que uma “maioria” liberal, de pensamento centrista e defensor de uma sociedade aberta deveria ser ouvida e atendida no novo ordenamento jurídico. Essa maioria, suprapartidária estaria representada pelo Centrão e as ações desse grupo, recebiam por parte dos grandes veículos de comunicação apoio, ao mesmo tempo em que eram “fiscalizados” quanto às posições tomadas em votação.

As divergências ao longo do funcionamento da Constituinte contemplavam não apenas a redação dos artigos

propostos, seus encaminhamentos e a metódica aplicada à sua aprovação. Pelo fato de se tratar de um Congresso Constituinte, instalado em um momento de transição, diferentes questões deixavam ainda mais complexo o panorama político. Entre as agitações, figuravam a delicada situação econômica, que não conseguia ser contornada pelo presidente e sua equipe de ministros e o dissenso quanto à duração do mandato presidencial. Em maio de 1987, *Veja* simplificou a questão:

Para o país, não é importante que o mandato do presidente tenha quatro, cinco ou seis anos. O que importa, realmente, são duas coisas bem simples. A primeira é que o governo funcione direito, e isso ele pode fazer qualquer que seja a duração do mandato presidencial. A segunda é que o governo seja legítimo, e isso ele só pode ser quando estiver disposta a subordinar-se à lei. A lei determina que cabe aos deputados e senadores livremente eleitos em 15 de novembro último a prerrogativa e o dever de dar ao país uma nova Constituição – e é esse documento, soberano para organizar as questões da vida nacional, que deve estabelecer quanto tempo o presidente ficará no seu cargo. Não há possibilidade alguma de um futuro estável para o Brasil se não for dado, neste momento, todo o apoio e todo o respeito à Constituinte.⁹⁷

Mas a atmosfera criada já nos primeiros meses de funcionamento diluiria quaisquer expectativas de uma Constituinte focada em temas considerados fundamentais à ordem pública e que resultariam neste “futuro estável” presente no horizonte de expectativas de *Veja*. Faltava à ANC uma

⁹⁷ *Veja* n. 977 27 mai. 1987 p. 27.

agenda que elencasse questões prioritárias, não foram estruturadas conexões entre os debates realizados nas diferentes comissões e os cronogramas, após fixados, reiteradas vezes eram extrapolados, pois divergências individuais ou fruto de tendências partidárias impediram que se concretizasse o esperado afunilamento das propostas rumo a redação de um texto consensual (Lopes, 2008).

Os desencantos e as esperanças variavam nas páginas das revistas acerca da Constituinte. Em julho de 1987, quando foi apresentado o anteprojeto da Constituição pelo Deputado relator Bernardo Cabral, do PMDB, as revistas reproduziram as falas de diversos parlamentares, que acusavam o texto de “desequilibrado”, “detalhista”, “um monstrengo”. Em Novembro, a revista dedicou seu editorial do dia 11, a defender a Assembleia, que estava sendo vítima de um “embuste em andamento” para desmoralizar seus trabalhos. Na ocasião, a revista afirmava que o tumulto instaurado constantemente no plenário antecederia o momento seguinte, que seria de “arrumações”. Na mesma edição, observamos a primeira ocorrência do termo “Centrão”, classificado pela revista de “ala mais conservadora”. No mês seguinte, *Veja* tratou de explicar aos seus leitores que

Com seus quase 300 membros, o Centrão é um grupo elástico na dimensão e abriga de liberais do PMDB a combatentes da direita mais barulhenta, como o deputado Amaral Neto. Seu traço de união: a defesa de uma discussão mais ampla dos artigos do projeto constitucional.⁹⁸

As experiências, entendidas por Koselleck (2006) como o passado atual, cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados, avaliados como

⁹⁸ *Veja* n. 1004, 2 dez. 1987 p. 37

realizados ou falhos, permitem uma elaboração crítica que converge para a criação de novas expectativas. Nesse sentido, as expectativas seriam o futuro presente, “voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (p.310). Fazendo uso destas categorias propostas por Koselleck, úteis à análise das projeções elaboradas pelas revistas diante da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, é possível identificar, ao final de seu primeiro ano de funcionamento, que a superficialidade dos projetos políticos, tanto de partidos considerados de direita como os ditos de esquerda esteve ligada à transição pactuada. Ao buscar agregar diferentes segmentos em prol de uma reconciliação nacional, por meio das medidas de descompressão do sistema iniciadas com o presidente Geisel e continuadas por seu sucessor, as expectativas parecem ter sido direcionadas para a reciclagem do sistema de poder (Fernandes, 1997). Significa dizer que, tanto a classe política quanto a imprensa, corroboraram com a manutenção das elites políticas na conjuntura pós-ditadura.

Quaisquer propostas que visassem mudanças estruturais mais profundas não eram bem recebidas dentro do horizonte de expectativas criado para o país por ambas as revistas aqui analisadas. Exemplos significativos foram encontrados ao longo do processo de transição. A Lei de Anistia, aprovada em agosto de 1979, que envolveu, segundo a análise de Daniel Aarão Reis Filho, os três silêncios — sobre a tortura e torturadores, sobre o apoio da sociedade à ditadura e sobre as propostas revolucionárias de esquerda — configurando um *pacto de sociedade*, foi entendida pelas revistas como um símbolo por parte do governo de que o perdão nortearia a transição rumo à democracia. Por outro lado, embora não tenham sido limitados aos movimentos grevistas dos trabalhadores do ABC Paulista, foi por meio destes que a situação dos trabalhadores ganhou destaque nas mídias e tais

formas de luta passaram a ser acusadas por *Veja* de radicalismo e desordem. A Igreja, instituição que continuamente recebia espaço nas revistas, também foi entendida como órgão que, ao atuar como agente político corria o risco de dificultar o processo de conciliação nacional.

As primeiras experiências do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais, ao incorporarem a ênfase de seu diferencial com o slogan “trabalhador vota em trabalhador” tiveram resultados pouco expressivos. Dentro de um panorama político que direcionava as mudanças para a conciliação e nos limites da propaganda política imposta pela Lei Falcão, ainda aplicada nas eleições de 1982, o partido, que era relacionado ao movimento grevista, teve, conforme expressão usada por Luís Felipe Miguel, o saldo de uma “minguada bancada” de deputados federais. Como congressistas constituintes, o PT conseguiu 16 dos 487 deputados que formam a casa.

Assim como foram criadas expectativas a partir das experiências políticas anteriores à Constituinte, no decorrer dos trabalhos, formulam-se novas esperas quanto ao resultado de todo o processo. Nas narrativas das revistas, este parece ter sido o papel dos cidadãos e cidadãs que, após terem escolhido seus representantes, nada mais poderiam fazer, a não ser esperar. Direcionar aos representantes eleitos a responsabilidade única quanto ao andamento das decisões políticas, garantido um espaço público livre de censuras, mas capaz de conter radicalismos que ousem ameaçar a ordem vigente foi o sentido de democracia preconizado pelas revistas. E ao construir tal sentido para o que vem a ser entendido como um regime democrático, as mídias atuam politicamente. Tal postura parece paradoxal, quando nos referimos justamente a uma conjuntura de criação da Constituição, que veio a ser apelidada de “cidadã”, por conta das quase 13 mil emendas

populares recebidas pelos constituintes e por seus avanços na garantia dos direitos civis, políticos e sociais.

A conciliação continuou a ser valorizada e entendida como caminho a seguir, na garantia da construção “de uma sólida democracia”. Sólida, porém com ares de grande passividade. Quando, em março de 1988 a ANC votou a favor do sistema presidencialista e da duração de cinco anos para o mandato do presidente José Sarney, *Veja* elogiou a “virtude do Parlamento brasileiro de contornar as crises políticas em sessões barulhentas na coreografia e conciliadora nos resultados”.⁹⁹

Resumos dos trabalhos dos constituintes e de capítulos aprovados ou em votação, emendas propostas por instituições da sociedade civil ocuparam os cadernos de política durante o decorrer do ano de 1988. Entretanto, tais temáticas não ocuparam mais espaço do que as manobras realizadas pelos partidos, no sentido de angariar números suficientes para a aprovação de propostas de seus interesses.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a sétima Constituição brasileira, no conjunto de suas disposições, ampliou significativamente os direitos individuais e, simbolicamente, foi retoricamente apresentada como uma ruptura oficial com o passado autoritário. Tal intenção, inclusive, esteve presente no discurso de Ulysses Guimarães, que bradava contra o estado autoritário, que “prende e exilou”, enquanto a sociedade “mobilizada” era entendida como vítima.

Desde a sua promulgação, a literatura jurídica, histórica e sociológica vem realizando análises do real alcance de suas

⁹⁹ *Veja* n. 1021, 30 mar. 1988 p. 28.

normas e princípios, bem como das práticas de violação por meio de ação ou omissão. Contudo, os arranjos políticos que resultaram na manutenção de velhas elites políticas, na conservação de práticas de desrespeito por meio dos mais variados tipos de violência e carências impostas aos limites de uma efetiva prática cidadã, juntamente com o poder de agenciamento da imprensa, precisam continuar a ser analisados pelas Ciências Humanas. As camadas sobrepostas no complexo cenário político das últimas décadas precisam ser entendidas como possibilidades de análises que, além de nos auxiliarem na compreensão das querelas vivenciadas no Brasil deste início de século, servirão para que novos sentidos qualifiquem o que passamos a chamar de democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agenciamento de temas e a ressignificação de certos conceitos estão entre as ações que nos levam a afirmar que a imprensa foi um dos agentes envolvidos na desconstrução da legitimidade e no enfraquecimento do regime militar, bem como no fortalecimento de determinados valores liberal-democráticos. Isso ocorreu num movimento simultâneo ao que ocorria entre diversos segmentos da sociedade brasileira, muitas vezes ao largo das primeiras páginas de jornais e de revistas, quando a experiência contestatória, seja por meio dos crescentes resultados favoráveis ao partido de oposição ou através das mobilizações que tomaram as ruas e que sinalizavam para um desejo de mudança, levou brasileiros e brasileiras a vivenciarem efetivas práticas participativas ao longo da abertura política. Entretanto, conforme observamos no decorrer da pesquisa, o modelo de democracia construído pela grande imprensa durante os anos finais do regime militar privilegiou processos conciliatórios capazes de evitar grandes rupturas.

Em meio a esse processo histórico, no qual as lutas por condições de vida mais dignas transfiguraram-se na conscientização de se ter direito a ter direitos, ou seja, a ser entendido como cidadão, o desejo de concretização de uma abertura, que inicialmente parecia não passar de mais uma trama palaciana para a manutenção das mesmas forças no poder, deu lugar a um processo de transformações das culturas políticas e das relações entre Estado e sociedade (AVRITZER, 1995). A imprensa apresentou-se como um lugar legítimo para estabelecer um ponto de encontro entre as aspirações populares e o projeto de distensão controlado pelo governo. Todavia, ao realizar tal operação, a grande imprensa empresarial agregou aos debates manobras capazes de selecionar temas e propor

debates, o que criou acontecimentos e inscreveu seus interesses e aspirações como parte indispensável do modelo de democracia que estava sendo construído.

Ao iniciar seu projeto de distensão segura, lenta e gradual, o Presidente Geisel assim o fez, com uma imprensa ainda amarrada aos grilhões da censura. Naquele momento, o *horizonte de expectativa* postulado por *Veja*, e após 1976 também por *Isto É*, parecia bastante nebuloso e limitado quanto aos caminhos que tomaria a abertura ou mesmo quanto a sua efetivação. Em um momento inicial, constata-se nas revistas críticas ao modelo econômico e às dificuldades referentes ao custo de vida, da falta de recursos nos campos da saúde, educação, transportes e moradia. Com a consolidação das pretensões de efetivação da abertura e o afrouxamento da censura, os diversos tipos de controles impostos à sociedade civil, como a ausência de votações diretas ao cargo de presidente e a manipulação do jogo político sob o viés da legalidade, passaram a receber maior destaque nos veículos de imprensa. Por meio de suas narrativas, as revistas apregoaram a inviabilidade da manutenção de um sistema político militarizado, contudo, sem valorizarem transformações mais profundas no aparelho político e nas maneiras de atuação cidadã. Reivindicava-se, contudo, a abertura econômica e o afrouxamento do controle estatal sobre a economia, posturas identificadas, sobretudo durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

As transformações no cenário internacional – resultantes no campo econômico da crise do petróleo e no espaço político das pressões contra o desrespeito aos direitos humanos – colaboraram para o entendimento de que o regime arbitrário não permitia, no interior de seu sistema político, a coordenação de interesses divergentes, ação característica de regimes democráticos. Nesse sentido, os esforços parecem ter

sido direcionados a um objetivo mais preciso que consistia na busca pelo reestabelecimento da democracia e o estabelecimento de um arcabouço legal legítimo, distantes de manobras jurídicas arbitrárias.

Conforme nos propomos a demonstrar, ocorreu ao longo da abertura, o fortalecimento de valores democráticos, atrelados a pressões vindas de diferentes segmentos da sociedade. Enquanto os estudantes reivindicavam atenção ao sucateamento do ensino e às amarras de uma educação destinada a formar técnicos, o restringia uma formação norteada para práticas cidadãs, os trabalhadores operacionalizavam um movimento organizado e de atuação paralela ao Estado, na luta por melhores salários e condições de vida. A Igreja, em suas frentes de atuação, também modificou sua relação com a política, ao questionar os arbítrios praticados contra um número ainda indefinido de brasileiros e brasileiras, unindo forças aos grupos que reivindicavam a urgência da anistia.

Os veículos de imprensa aqui estudados, colaboraram com o ritmo imposto à redemocratização pelas forças políticas consideradas legítimas para conduzi-la, apresentando-se como vítimas do autoritarismo, que também fez vítima o Estado de direito. E em meio às narrativas que exaltavam valores democráticos ocorreu a operacionalização de um esquecimento quanto ao apoio e participação da própria imprensa e de amplos setores sociais à deposição do presidente João Goulart.

A crítica à incapacidade por parte do governo em gerir os problemas econômicos deu lugar a marcos de mobilização e clamores populares que eram visibilizados nas páginas das revistas, que se colocavam como intérpretes e mediadoras. Ao adotar esta postura, propondo-se a organizar o mundo a seus leitores, as revistas fizeram usos do passado, ressignificando certos acontecimentos e operando no silenciamento de outros,

agindo como construtoras de uma memória consensual dos anos de ditadura.

Mesmo apresentando teores distintos de críticas ao modelo autoritário, *Veja* e *Isto É* compartilharam em suas narrativas expectativas acerca da construção de um *novo Brasil*, alicerçado por um pacto de reconciliação nacional. Os caminhos a serem percorridos variaram de acordo com os espaços de experiências de cada momento e estiveram presentes nas mobilizações pela anistia, no envolvimento popular na campanha pelas *Diretas* e na construção de uma nova Constituição. Entretanto, propunham inevitavelmente o diálogo conciliatório como meio ao reestabelecimento de um Estado de direito democrático. Atrelado ao projeto de conciliação, o silêncio acerca da participação e do apoio convergiam para o esquecimento e a absolvição de integrantes de grupos políticos e empresariais que, décadas antes, foi às ruas marchar “com Deus pela Liberdade”, mas que em meados da década de 1970, encontravam dificuldades em aceitar que apoiou o golpe que entregou o poder nas mãos dos militares.

A retomada do poder às mãos de um presidente civil em 1985 e a promulgação da Constituição em 1988 foram entendidos como marcos políticos da fase final de transição. Contudo, a ampliação dos direitos sociais, civis e políticos por meio de arcabouços legais, mesmo que incontestavelmente importante, não foi suficiente para garantir a prática cidadã. Além de facilitar o acesso à justiça e de possibilitar a participação direta nas decisões políticas por meio de plebiscitos, referendos e iniciativas populares de lei, o modelo democrático brasileiro carece de confiabilidade.

As ferramentas necessárias à aplicação da democracia existem, porém o descrédito nos representantes compele a população a duvidar do seu funcionamento. O preço a se pagar por uma transição pactuada e que impôs consensos foi alto,

tendo em vista que os atores políticos ligados ao funcionamento do regime militar continuaram presentes, sob novas siglas partidárias, mas ainda portadores dos velhos interesses que privilegiam determinados grupos, ou ainda, sem qualquer punição democrática pelas práticas de tortura e assassinato realizadas aos opositores do regime. Tais questões estão longe de serem esgotadas e demandam novas interpretações, que contemplem a atuação dos meios de comunicação como atores políticos e que analise, por exemplo, o distanciamento latente dos produtores de notícia das grandes mídias com a realidade de parcelas menos favorecidas da população.

Consumada a transição e a devolução da presidência às mãos de um civil, instituiu-se na construção de um novo código de leis as esperanças de que a partir dele, seria possível realizar efetivamente a experiência democrática, mas o “entulho autoritário”, como bradou Ulysses Guimarães em 5 de outubro de 1988, não são tão facilmente removíveis e, passado um quarto de século da promulgação da Constituição, ainda buscamos compreender as consequências que o modelo de transição conciliatória legou ao nosso jeito de fazer política.

Por fim, entre os desafios e estímulos que se colocam àqueles que optaram por realizar um trabalho no campo da História do Tempo Presente, no qual se dialoga com sujeitos, grupos sociais e fontes que lhe são contemporâneas, destaco dois. Como desafio à pesquisa, saliento que o excesso de fontes nos obriga a redobrar a atenção quanto ao foco da pesquisa. Ao trabalhar com as revistas semanais, em um período de aproximadamente quinze anos, foram analisadas quase 1.200 exemplares, somando as edições de *Veja* e *Isto É*. Neste mergulho ao passado recente, ater-se às temáticas referentes à abertura política e às experiências que mobilizaram diferentes formas de atuação cidadã enquanto folheava as revistas, foi

sem dúvidas um trabalho à parte. Como estímulo aos que desejam se debruçar sobre pesquisas que contemplem o estudo de fenômenos políticos e práticas sociais e culturais tecidas ao longo das últimas décadas, saliento que o constante envolvimento com tais temáticas, seja por meio de análise das fontes escolhidas ou a partir das leituras referentes ao tema que se farão necessárias durante a realização do trabalho, incorrerão em um significativo leque de recursos para a compreensão de questões atuais, sob um viés alternativo à enxurrada de manejos sobre o passado efetivadas diariamente em nosso presente pelos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Alzira Alves. **Jornalismo Cidadão**. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n° 3, 2003, p.25-40.

ABREU, Alzira Alves de & LATTEMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU (org.) **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro, Editora FGV: 2006.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BACZKO, Bronislaw. “**A imaginação social**” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Marialva Carlos. **O filósofo do sentido e a comunicação**. Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v.5, n. 9, p. 139-149, jan/jun. 2006.

_____. **Comunicação e História**: presente e passado em atos narrativos. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol. 6 n. 16 p11-27, jul. 2009.

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília et al (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares / DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo, direitos sociais e direitos humanos / SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado(Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**.

CAPELATO, M.. História política. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 9, jul. 1996. Disponível em :<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2016/1155>. Acesso em: 19 Ago. 2013.

_____ & PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o Jornal *O Estado de S. Paulo***. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise (Org.). **A construção social dos regimes totalitários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHOMSKY Noan; BARSAMIAN, David. **Propaganda e consciência popular**. Bauru/SP, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1979, n 9. 33-47.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. RJ: FGV, 1997.

_____. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. jul.dez 2011. p. 318-333.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 6, Dez 2011. Disponível em <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/view/5731>>Acessado em 15 jan. 2014

_____. O conservadorismo patronal da grande Imprensa brasileira. **Opin. Publica**, Campinas, v 9, n. 2, outubro de 2003. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762003000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 09 out. 2013.

FREIRE, Alípio. **Organizações e movimentos populares e de trabalhadores na segunda metade dos anos 70 ou de um tempo quando não havia guias geniais dos povos**. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/content/organizacoes-e-movimentos-populares-e-de-trabalhadores-na-segunda-metade-dos-anos-70-ou-de> Acessado em 23 jun. 2013.

GARCIA, M. A. São Bernardo: **A (auto) construção de um movimento operário**. In: Desvios, nº 1, nov. 1982, p.10-27. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/sao-bernardo->

auto-construcao-de-um-movimento-op Acessado em 13 out. 2013.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia / SIRINELLI, Jean-Jacques. Os intelectuais / RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História política**. RJ: FGV, 2000.

KINZO, Maria D'alva G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. Revista São Paulo em perspectiva. V.15, nº4, out/dez. 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc/Rio: 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 5, jul. 1992. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>. Acesso em: 7 Fev. 2013.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz (orgs).

Cultura Política, memória e historiografia. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2009, pp. 79-97.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOPES, Júlio Aurélio. **A Carta da Democracia.** Rio de Janeiro. Ed. Top books, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). **Fontes históricas.** 2 a ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1979)-1978).** 2. ed. São Paulo: Global, 1980.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARTINS Fº, João Roberto. A Ditadura revisitada: Unidade ou desunião? In: REIS Fº., Daniel Aarão et al (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois.** Bauru, Edusc, 2004

MIGUEL, Luis Felipe. **Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil.** Revista Brasileira de História São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199. 2000

MORAES, Luiz Fernando Nunes & AZOLIN, Audren Marlei. **O antagonismo entre Democracia Moderna e Cidadania:** refletindo sobre a Teoria da Democracia. UFPR, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na História:** novos estudos. Belo Horizonte: Agvmentvm, 2009.

_____. **Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 237-266 – 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura e Poder no Brasil contemporâneo (1977-1984).** Curitiba: Jaruá, 2006.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (org.). **História: novos problemas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 3, 1989, pp. 3-15

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação.** Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 23, n° 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

RICOEUR. Paul. **Tempo e Narrativa** (Tomo 1). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

_____. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: Unesp, 1993.

ROMANCINI, Richard & LAGO, Claudia. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **A anistia entre a memória e o esquecimento.** História Unisinos, Vol.13, n°2, maio/agosto de 2009.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** São Paulo, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Jordana. **A repressão ao movimento estudantil na ditadura** militar. Aurora, ano III, n. 5, dez.2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio: Campus, 1987.

SANTANA, Marco Aurélio. “Política e História em disputa: o ‘Novo Sindicalismo’ e a ideia da ruptura com o passado”. In: JÁCOME RODRIGUES (org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes p. 133-161.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. **Temporalidades em imagens de imprensa**. Maringá: Eduem, 2011.

SILVA, Sonia Meneses. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o golpe de 1964**. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. 2011.

SINKDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a redemocratização / LAMOUNIER Bolivar. O Brasil autoritário revisitado: o impactos das eleições sobre a ditadura / SOUZA, Maria C. Campello de. A Nova República brasileira sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil - de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.